UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARIA LÚCIA RAVELA NOGUEIRA DA SILVA

ZUMBI VIVE NA ESCOLA?
AS EXPERIÊNCIAS DE UMA ESCOLA PARA AFRO – DESCENDENTES
EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

NITERÓI

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA LÚCIA RAVELA NOGUEIRA DA SILVA

ZUMBI VIVE NA ESCOLA?
AS EXPERIÊNCIAS DE UMA ESCOLA PARA AFRO – DESCENDENTES
EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Campo de Confluência: Políticas Públicas e Movimentos Instituintes.

Orientador: Prof. Dr. GIOVANNI SEMERARO

Niterói
2008

MARIA LÚCIA RAVELA NOGUEIRA DA SILVA

ZUMBI VIVE NA ESCOLA?
AS EXPERIÊNCIAS DE UMA ESCOLA PARA AFRO – DESCENDENTES
EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Campo de Confluência: Políticas Públicas e Movimentos Instituintes.

Aprovada em abril de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. GIOVANNI SEMERARO – Orientador
UFF

Profa. Dra. MARIA MARTHA D'ANGELO PINTO
UFF

Prof. Dr. RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS
UERJ / SÃO GONÇALO

Niterói
2008

*Dedico esta dissertação a minha irmã
Ranalúcia que ao partir deixou um
grande vazio no meu coração, mas
também uma grande esperança que
nunca será apagada.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me acompanhou durante todo o mestrado e me deu a oportunidade de não apenas avançar nos estudos acadêmicos, mas também de rever a minha vida e descobrir as suas prioridades.

A meus pais Ronaldo e Maria Lúcia por privilegiarem sempre a educação em nosso lar, e por todo esforço e incentivo que sempre me dispensaram e que me deram condições de chegar até aqui.

A meus irmãos Ronara e Luciano por todo companheirismo e dedicação que me dispensaram nesses anos de estudos e em toda a minha vida.

A meu marido Marciano por ter tido paciência e amor de conviver com uma esposa sobrecarregada e em constante crise existencial.

A Everardo Paiva de Andrade que foi fundamental na elaboração do pré-projeto do Mestrado e que me levou a descobrir o que era um problema.

Aos coordenadores do curso de História da Fafic: Eduardo Peixoto e Neila Ferraz por todo incentivo e apoio para a minha conclusão do curso.

A Synthio Vieira de Almeida pelos livros emprestados e pela disponibilidade sempre que precisei.

A minhas alunas do 8º período do curso de História da Fafic: Cirlane, Kissilane e Rafaela, pela grande ajuda na pesquisa com os alunos e professores do pré-vestibular da Fundação.

A meu orientador Giovanni Semeraro por sua sabedoria e disponibilidade em me atender, mesmo estando na Itália.

A professora Iolanda Eustáquio por sua colaboração nos assuntos relacionados às populações negras.

A Viviane Merlim, amiga que o mestrado me proporcionou e que muito me ensinou nesse período juntas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. A FUNDAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES	18
1.1 A disputa de memória.....	18
1.2 A relação Partido/ Fundação/Governo.....	22
2. O MOVIMENTO NEGRO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	35
2.1 O movimento negro nacional: mudanças e avanços das últimas décadas.....	37
2.2 A Fundação Zumbi: síntese e antítese do movimento negro campista.....	50
3. A FUNDAÇÃO ZUMBI E SEU PRÉ-VESTIBULAR	57
3.1 Pré – Vestibular para negros e carentes: solução branca para um problema negro?.....	62
4. A FUNDAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES: uma face no Estado e outra na sociedade civil	71
4.1 O embate entre o poder constituído e o poder constituinte – CECAB.....	76
4.2 O CECAB: uma segunda trincheira ou um Terceiro Setor?.....	80
5. ZUMBI VIVE NA ESCOLA?	88
5.1 O projeto pedagógico do pré-vestibular da fundação.....	90
5.2 A formação continuada dos professores do Pré-Vestibular da Fundação.....	97
BIBLIOGRAFIA	108

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CECAB – Abdias do Nascimento – Centro de Referência da Cultura Afro-Brasileira
– Abdias do Nascimento
CGT- Central Geral dos Trabalhadores
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CONED – Congresso Nacional de Educação
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
EDUCAFRO - Educação e Cidadania de Afro-Descendentes e Carentes
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FAFIC – Faculdade de Filosofia de Campos
FECONEZU – Festival Comunitário Negro Zumbi
FNB – Frente Negra Brasileira
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEAFRO – Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros
IPCN – Instituto de Pesquisa de Cultura Negra
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério de Educação e Cultura
MNU – Movimento Negro Unificado
MNUCDR – Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
MUCDR – Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
ONG – Organização Não-Governamental
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PIB – Produto Interno Bruto
PNE – Plano Nacional de Educação

PNPIR – Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes
SEAFRO – Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDH – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINBA – Sociedade de Intercâmbio Brasil África
TEN – Teatro Experimental do Negro
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

RESUMO

A presente dissertação apresenta os resultados de investigação realizada sobre a criação e funcionamento do curso pré-vestibular da Fundação Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes-RJ. Através da análise das Leis e portarias municipais que criaram e estruturaram a Fundação, do material pedagógico de seu pré-vestibular, de entrevistas realizadas com seus idealizadores, diretores, coordenadores, professores, alunos e funcionários e através da observação e contato prolongado de um ano e meio com seu ambiente de funcionamento foi possível perceber como seus atores se relacionam com o poder constituído nos embates que travam em torno da causa afro e a dimensão do seu projeto pedagógico e da formação de professores de seu pré-vestibular. A pesquisa revelou como as questões afros dos movimentos instituintes foram apropriadas pelo poder constituído local, que ao longo da criação da Fundação a foi subordinando e como o seu projeto pedagógico do seu pré-vestibular e a formação continuada de seus professores não contemplam um projeto contra-hegemônico de emancipação das classes subalternas.

Palavras – chave: Poder – Estado – Sociedade Civil – Pré-vestibulares para afro-descendentes e carentes.

ABSTRACT

This thesis presents the results of research on the creation and operation of the course pre vestibular of Zumbi dos Palmares Foundation in Campos dos Goytacazes. Through the review of laws and municipal ordinances that created and structured the formation of educational material from his pre vestibular of interviews conducted with their creators, directors, coordinators, teachers, students and staff and through observation and prolonged contact of a year and means with environment of operation was possible realize now his actors relate to the power consists in collisions that hinder around the african question and the size of your project teaching and training of teachers of their pre vestibular. The poll showed wider the issues of african institutes movements were constituted by the appropriate local, that over the creation of the foundation was tied in with his project of his teaching pre vestibular and continuing education of these teachers don't include a project counts hegemonic of emancipation the subalter classes.

Key words: Power – State – Civil Society – Pre Vestibular of african descendants and needy.

Apresentação

É muito comum que no Brasil se associe educação a órgãos de governo, às iniciativas governamentais e às suas esferas de poder. Em parte, isso se deve ao fato de ser um dever constitucional do Estado garantir a educação a todos os brasileiros¹, assegurando também a sua manutenção, a organização e a formação do quadro docente. Por outro lado, é verdade também que fomos nos acostumando, ou temos sido forçosamente acostumados, a enxergar que toda responsabilidade, poder, ideologia, iniciativa e ação que agem sobre a educação, devem partir exclusivamente dos órgãos de governo e que à sociedade não caberia nenhuma participação.

Entretanto, temos observado que a preocupação com a educação e a formação de profissionais de educação no Brasil tem ultrapassado os limites do poder público e chegado até os “*movimentos instituintes*” (LINHARES & SILVA: 2003), entendendo como instituintes, movimentos que nascem da sociedade civil, dos diversos segmentos da sociedade brasileira que têm sentido a importância e a necessidade de participar ativamente do processo educacional, seja para preencher os espaços que o poder público tem deixado ociosos ou carentes de maior intervenção, ou para amenizar e combater desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais que se manifestam em nossa sociedade.

Entender a educação brasileira nos dias atuais significa não só compreender e analisar as políticas públicas, o poder constituído, mas também perceber a força e o mover do “*Poder Constituinte e a Potência da Multidão*” (NEGRI, 2002).

Referimo-nos aos termos poder constituinte e potência da multidão como um pulsante mover da sociedade civil que tem impulsionado a política, o direito, a

¹ CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988, ARTIGO 6º/LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL: Lei nº 9.394 de 20.12.1996.

cidadania; tem forçado o poder público – o poder constituído - a se envolver em debates e questões que, historicamente, sempre evitou e que sempre fingiu não existir; tem pressionado o Estado no sentido de apresentar respostas a problemas urgentes ou pelo menos alternativas frente às demandas que lhe são expostas.

Não entendemos os conceitos de poder constituinte e poder constituído através de uma concepção maniqueísta, de que tudo que vem do poder constituinte, por ser oriundo da sociedade civil, é sempre bom, puro e funcional e que o poder constituído, por representar o Estado, o poder público é sempre negativo, corrupto e ineficiente.

Por mais que sejamos, em muitos momentos, tentados a ter essa visão maniqueísta, principalmente quando nos deparamos com tantas deficiências do poder constituído no Brasil, sabemos que essa postura além de ingênua é extremamente perigosa e corrobora para tornar o poder constituído cada vez mais negligente e distante. Prova disso é o crescente desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil, representado principalmente pelas Organizações Não-Governamentais (ONGS), que são incentivadas pela lógica de um modelo de Estado neoliberal que quer se eximir cada vez mais de todas as suas responsabilidades sociais, repassando-as para a sociedade civil.

O que temos visto é que o Estado tem caminhado no sentido de transferir suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, via Terceiro Setor, ONGS, “amigos da escola” e tantos outros meios. Este Estado transferidor de suas funções pode ser exemplificado no Plano Nacional de Educação (PNE) brasileiro, em vigor desde 2001. Neste PNE, vemos um Estado que quer resultados, mas que não quer aumentar gastos; que quer investir prioritariamente na Educação Básica, mas que veta qualquer projeto que lhe aumente os custos. Estado que se apresenta como um planejador, orientador e avaliador dos mecanismos educacionais, como sendo suas únicas funções, esquecendo suas atribuições como financiador e cumpridor das metas educacionais.

Demerval Saviani, ao analisar os dois projetos de Plano Nacional de Educação que chegaram ao Congresso Nacional, um governamental e outro do II CONED (Congresso Nacional de Educação), mostra como o projeto oficial do Estado (MEC), em sua parte de financiamento, dizia ser inviável o aumento do percentual do PIB para investimento na educação, e como o projeto da oposição lutava para que o percentual do PIB, chegasse a 10%. O autor conclui, então, que se não aumentasse o percentual para o financiamento da educação, todo o plano seria comprometido, e não só algumas metas. Neste sentido ele mostra que a marca norteadora do projeto do MEC era uma abordagem “*neoliberal das políticas públicas*”.

“(…) A lógica que presidiu a proposta do MEC é, como se assinalou, a da racionalidade financeira. Compreende-se, então, por que o socorro aos bancos tem precedência sobre o socorro às escolas. (...) Nas condições atuais, em que a estrutura econômica assume a forma do capitalismo financeiro, a racionalidade financeira passa a comandar a política de modo geral e, conseqüentemente, também as políticas sociais, dando origem à ‘abordagem neoliberal das políticas públicas’”.(SAVIANI: 2004, 157).

Nossa intenção é, portanto, mostrar como esses poderes interagem, avançam e recuam, têm momentos de tensões e contradições, ou seja, como se relacionam dialeticamente. Mostrar como o poder constituinte tem forçado o Estado a fazer mudanças, como tem se apresentado como força de resistência, de luta para a transformação social. Neste sentido, não entendemos o poder constituinte como antítese do instituído, como a negação de tudo que está posto pelo poder público e que vai retirar as responsabilidades educativas do Estado, mas como algo capaz de forçá-lo a avançar, através dos movimentos de resistência da sociedade civil.

Acreditamos também, que existe um espaço de tensão quando o poder público, seja municipal, estadual ou federal, encampa projetos que nasceram do movimento livre da sociedade, e que mesmo trazendo estabilidade financeira / institucional, estende seu controle, suas normatizações sobre o movimento livre. Mas também acreditamos que existe um grande potencial de resistência deste movimento instituinte, que dialoga a todo o momento com o poder constituído.

Dentro desse contexto de poder constituinte e suas relações com o poder público, vários projetos pedagógicos têm sido implementados de maneira isolada ou articulada ao Estado, visando atender, não mais a todas as camadas da sociedade, como acontece na rede regular, mas priorizando grupos até então marginalizados e excluídos de nossa sociedade, que encontram nessas escolas um espaço mais voltado às suas necessidades, aspirações e dificuldades. Dentre as várias escolas organizadas e dirigidas pelo poder constituinte, a nossa pesquisa volta - se para uma iniciativa ligada ao movimento negro, e se propõe a analisar como se articula uma escola criada e organizada por esse movimento e como se relaciona com o poder constituído.

As perguntas de partida são: Como este poder constituinte se relaciona com o instituído? No embate travado entre o constituinte e o instituído quem está prevalecendo? Qual o poder dessa escola frente ao poder governamental? Será que o projeto pedagógico elaborado por uma escola criada pelo movimento negro é um

projeto emancipador? Os professores que atuam em suas salas de aula seriam professores formais, no sentido de terem uma formação voltada apenas aos elementos teórico – metodológicos aprendidos nos cursos de Formação de Professores ou nas licenciaturas; ou esse processo de formação continuada, junto ao movimento negro, os está preparando para que saibam lutar, se mobilizar, e construir uma educação mais democrática?

Estudar a educação processada numa escola vinculada ao movimento negro se justifica pela grande diversidade étnico-cultural que existe no nosso país, em que grande parte da população descende mais diretamente de africanos que vieram para o Brasil, e que são parte integrante de nossa sociedade.

Mesmo constituindo uma parte importante de nossa sociedade sabemos o quanto esta parcela da população vem sofrendo com a miséria, a precariedade da educação, da saúde, da moradia e com o preconceito.

Hoje se discute muito sobre o poder constituinte e as questões étnicas em nosso país, o que mostra que há um grande mover da sociedade civil organizada participando do cenário político e forçando o poder público a fazer leis e projetos que avancem em direção a direitos e à cidadania.

Ao trazer à tona esses questionamentos nos colocamos em sintonia com Célia Linhares que indaga “*sobre o que se conhece dos pré-vestibulares criados pelo movimento negro, que mostram a potência dos projetos educacionais que vem reinventando as escolas?*”. (LINHARES & GARCIA: 2001, 47).

Na cidade de Campos dos Goytacazes / RJ, o movimento ligado às questões afro organizou e administra uma Fundação chamada Zumbi dos Palmares, que realiza diversos projetos sociais voltados à comunidade de afro – descendentes e carentes. Dentre os demais projetos, destaco o pedagógico, que culminou na criação de um Pré - Vestibular coordenado pela Fundação em 1999, mas que já constituía sonho antigo do movimento negro campista.

A Fundação Zumbi dos Palmares foi criada pela Lei 6.502/97 e sancionada pelo então prefeito Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira, portanto, é uma Fundação Municipal que tem por finalidade² promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos da influência negra na formação social brasileira e recuperar a sua memória histórica e cultural, com o objetivo de infundir nos jovens um

² Conforme a justificativa do Processo nº 3.623-97 enviado à Câmara Municipal pelo vereador Paulo de Souza Albernaz.

merecido auto-respeito coletivo, substituindo o sentimento de vergonha e frustração que a sociedade dominante instalou na consciência dos afro-brasileiros como única herança deixada por seus ancestrais.

A Fundação tem por estrutura³ três cargos comissionados, que correspondem à sua diretoria.

- 1- Presidente DAS1 (01)
- 2- Assessoria Administrativa e Financeira DAS2 (01)
- 3- Departamento de Estudo, Pesquisas e Projetos DAS3 (01)

Pensar em uma Fundação criada para atender a afro - descendentes e carentes com projetos educacionais e sociais pode nos levar num primeiro momento, a idealizar essa fundação, a vê-la na sua pureza, força e vontade de preencher os vazios deixados por um Estado elitista e descompromissado.

Nessa idealização podemos ser levados a achar que a criação e manutenção dessa Fundação estão isentas de ideologias, de interesses próprios, de comportamentos e políticas que consideramos negativos e que, pertenceriam apenas ao Estado, nunca à sociedade civil, nunca ao poder constituinte, que é o “*reino do bem e da liberdade*”. Só que não podemos esquecer que toda a sociedade civil está permeada de política, de ideologias e também de idealismos, projetos e ação, elementos imprescindíveis para o entendimento da Fundação Zumbi dos Palmares, da sua criação e de sua manutenção.

Achar que uma Fundação como a Zumbi dos Palmares está acima do bem e do mal e de todas as mazelas que atacam o poder público e os governos é cair num purismo muito grande e corroborar as idéias liberais tão em voga que disseminam que tudo que vem da sociedade civil é justo, asséptico e verdadeiro.

Neste sentido, trataremos a Fundação Zumbi dos Palmares como uma instituição que tem suas especificidades, sua lógica própria, mas que não é autônoma, asséptica e desvinculada de um contexto político, de uma mentalidade que permeia o lugar histórico onde se localiza e conseqüentemente os membros que lhe deram e que lhe dão vida. Pois como diz Losurdo *não se deve afirmar nada, sem situar os fatos na História* (2004, p. 9).

Seguindo a recomendação de Losurdo, vamos procurar entender a Fundação Zumbi dos Palmares no contexto histórico de Campos dos Goytacazes – RJ, onde se localiza, estudando a sua dinâmica política, de seus governos, a sua práxis e a sua

³ Lei nº 6.535, de 07/04/98 – dispõe sobre a criação da estrutura da Fundação Zumbi dos Palmares.

mentalidade pública e social. Muito do que a Fundação é hoje, do seu funcionamento, pode ser atribuído à maneira como o Município de Campos aprendeu a fazer política e a lidar com a coisa pública. Muito da história da Fundação está intrinsecamente ligada a meandros políticos do Município das últimas décadas, a personalidades políticas de destaque na região e às disputas internas dentro e fora do governo municipal.

Para percorrer o caminho que levou à criação da Fundação Zumbi dos Palmares, recorreremos a abordagens qualitativas de pesquisa através do estudo de caso, que segundo Menga Lüdke (1986, p. 11) “*supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra, através do trabalho intensivo de campo*”. Dentro desta perspectiva nossa estratégia foi a de observação da Fundação Zumbi dos Palmares: as suas instalações, seus recursos materiais, seu funcionamento interno, seus funcionários, seus professores e alunos em atuação na sala de aula. Essas observações foram registradas em um diário de campo e posteriormente analisadas.

Usamos também entrevistas com os alunos do pré da Fundação, com seus funcionários e professores, antigos e atuais, procurando, assim, entender essa entidade através dos indivíduos que a idealizaram e a compõe atualmente. Nas entrevistas, traçamos a trajetória de vida dos integrantes do movimento negro campista até ligá-las ao período específico do tema, o que nos forneceu dados para a análise das estratégias de luta, dos sonhos e das articulações feitas por esse grupo que levaram à criação da Fundação e posteriormente de seu Pré-Vestibular. O mesmo método foi estendido aos professores, funcionários e alunos que compõem o Pré-Vestibular da Fundação, no intuito de coletar dados sobre a formação inicial de seus professores, o processo de seleção dos alunos e do que mudou a partir do momento em que passaram a atuar / estudar em uma escola ligada ao movimento negro.

Outra estratégia utilizada foi coleta de dados nas fontes documentais existentes. Nas oficiais como a Lei Municipal 6.502/97 e o Decreto Lei 71/98, que instituíram a Fundação; nas suas atas de reuniões e estatutos internos, nos seus ofícios e no seu material pedagógico.

A análise empírica e o aprofundamento teórico têm como objetivo estruturar o trabalho no sentido de discutir os conceitos de sociedade civil e Estado usando como referência as contribuições teóricas de Antonio Gramsci, dentro de uma concepção de Estado Ampliado; identificar no contexto histórico brasileiro a trajetória da sociedade civil até o momento recente de “Estado Liberal de Terceira Via” que atribui valor

extraordinário à sociedade civil, identificando-a como um Terceiro Setor isento das “mazelas” do Estado e do Mercado; Analisar os avanços e recuos dos movimentos instituintes, e como eles se relacionam com o poder constituído, especificamente os movimentos negros e a Fundação Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes – RJ; Recuperar o contexto histórico da criação dos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes e discutir os seus projetos pedagógicos e a formação continuada de seus professores a fim de verificar se têm um caráter emancipador e democrático e o objetivo de emancipar as classes subalternas e fazê-las pensar autonomamente, tornando-as dirigentes, ou seja, especialistas + políticos, como deveria ser a educação segundo Gramsci.

1. A FUNDAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES

1.1 A disputa de memória

A criação da Fundação Zumbi dos Palmares, situada no tempo e no espaço de Campos dos Goytacazes do final da década de 90 do século XX, não pode ser entendida fora do contexto e dos embates que eram travados no Município nesse período.

Existe uma disputa em torno da criação da Fundação, que envolve uma gama de elementos factuais em comum, mas que foram interpretados e construídos de diferentes maneiras pelos grupos que advogam ser seus criadores. Em torno dessa disputa, podemos perceber que existem três discursos sobre a criação da Fundação, ou seja, existem três grupos que advogam para si os atos e fatos que levaram à criação da Fundação.

Essa disputa em torno dos fatos e personagens que levaram à criação da Fundação envolve ao mesmo tempo: uma disputa de memória, uma disputa de representação e uma disputa de aparelho.

Entendemos a memória não apenas como algo passado e enterrado, mas segundo a concepção de Carneiro (2003) de que “*memória é reviver, é refazer, é refletir e trabalhar o agora a partir do outrora*”. Se o passado e o presente se alimentam mutuamente, poderemos entender por que é tão importante para estes grupos em disputa consolidarem os seus discursos da criação da Fundação.

Para Carneiro toda memória requer um trabalho de organização e consolidação que vai garantindo, ao longo do tempo, uma identidade social àqueles que a reivindicam.

“O trabalho com a memória (na perspectiva de reconstrução do passado) e a presença de um projeto (com ideal de trajetória futura) se articulam e dão significados à identidade de cada grupo. Com suas visões retrospectiva e prospectiva, a memória e o projeto são amarras fundamentais, pois oferecem significado às vidas individuais, situando esse indivíduo durante as etapas de sua trajetória e estabelecendo a continuidade entre o que passou e o que virá, na medida em que organiza o que aconteceu e prescreve as aspirações futuras”. (CARNEIRO: 2003, 70).

Ultrapassando o campo da memória e adentrando os campos das representações e dos aparelhos, constatamos que a disputa em torno da criação da Fundação Zumbi envolve muito mais do que interpretações sobre esse fato histórico. Significa também a disputa entre os integrantes dos movimentos sociais campistas ligados às questões afro. Uma disputa para decidir quem exerceria a liderança, quem se destacaria frente ao movimento negro daquele momento e também uma disputa de aparelho, no sentido material – a Fundação Municipal Zumbi dos Palmares – que trazia embutido em si três cargos de confiança comissionados pela prefeitura Municipal, poder de decisão, verba aprovada pelo orçamento do Município, inserção social, prestígio político e oportunidades de enriquecimento cultural e relacional.

Patrice Bonnewitz, em suas Primeiras Lições sobre a sociologia de P. Bourdieu (2005), mostra a concepção de luta que marca a análise de campo desse autor.

Ele mostra que os campos possuem pessoas engajadas que têm certos interesses fundamentais em comum, que disputam entre si objetos que em suas concepções merecem ser disputados e que aceitam as regras do jogo, mesmo que não saibam que estão jogando.

Segundo a teoria de Bourdieu, dentro de cada campo de conhecimento, de ação social ou religioso, existem os princípios do jogo, da luta, de objetos em disputa e do capital.

“A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores”.

(BOURDIEU: 1983, 90).

Bonnewitz (2005) distingue quatro tipos de capital pensados por Bourdieu: 1) capital econômico, constituído pelos diferentes fatores de produção e pelo conjunto de bens econômicos; 2) capital cultural, constituído pelas qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família; 3) capital social: conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo ou grupo; 4) capital simbólico, que corresponde ao conjunto dos rituais ligados à honra e o reconhecimento.

“(…) Bourdieu chama de ‘leis gerais do campo’. Para esclarecer o conceito, podemos proceder por analogia. Efetivamente, um campo pode se conceber como um mercado, com produtores e consumidores de bens. Os produtores, indivíduos dotados de capitais específicos, se enfrentam. A razão dessas lutas é a acumulação da forma de capital que garante a dominação do campo. O capital aparece então, ao mesmo tempo, como meio e como fim. A estrutura do campo, num dado momento da história, mostra a relação de forças entre os agentes. Nesse sentido, o campo é um espaço de forças opostas”. (Bonnewitz 2005: 60-61).

Bourdieu (2000), observando os grupos envolvidos com a representação política, analisa que para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer seja do simples prazer de jogar ou de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital, aceitam as regras envolvidas no jogo.

Ele analisa que o capital político consiste na força de mobilização que detém a título pessoal ou através de uma organização (partido ou sindicato).

Observaremos os discursos dos três grupos que disputam a criação da Fundação segundo o conceito de “*Leis Gerais do Campo*” de Bourdieu e da disputa de aparelhos.

O primeiro grupo é o dos diretores atuais da Fundação Zumbi dos Palmares como: o vice-diretor atual da Fundação, o coordenador de estudos, pesquisas e projetos e o atual presidente da Fundação, que colocam como decisivo para a criação da Fundação o Simpósio realizado em Campos dos Goytacazes - RJ, nos dias 26 e 27 de janeiro de 1991, organizado pela Organização Não-Governamental (ONG) José do Patrocínio, em que foram levantadas as questões de qual das figuras nacionais teria dado

maior contribuição para a causa do negro no Brasil: a princesa Isabel ou Zumbi dos Palmares; e também qual seria a principal data: 13 de maio ou 20 de novembro.

Esse Simpósio teve uma grande repercussão na mídia local e entre as autoridades políticas que estavam presentes, levando o governo municipal a criar a Assessoria Especial para Assuntos das Populações negras ligadas à Secretaria de Ação Social, no final do governo do então prefeito Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira e no início do mandato do prefeito Sergio Mendes.

Pelo fato de ter sido criada dentro da esfera do poder constituído, ou seja, do Estado, a Assessoria ocasionou um debate dentro da ONG José do Patrocínio, pois o seu então presidente resistiu à idéia de institucionalizar o movimento e não participou da Assessoria, ficando sua presidência a cargo do então vice-presidente da ONG José do Patrocínio.

No período de funcionamento da Assessoria Especial para Assuntos das Populações Negras foram abertos caminho para projetos como: capoeira, curso de percussão, reforço escolar, culminando na criação da Fundação Zumbi dos Palmares desvinculada da Secretaria de Ação Social, e com orçamento próprio, durante o segundo mandato do prefeito Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira.

O segundo grupo é o formado pela Fundação Cultural Vovó Tereza⁴, na figura de sua fundadora e diretora, que desde 1958 – 59, mantém uma obra de cunho assistencialista voltada às populações negras e carentes do município de Campos dos Goytacazes – RJ que distribui refeições, doa roupas, remédios e livros.

A diretora da Fundação Vovó Tereza advoga para si o ato de ter conseguido trazer para Campos a Fundação Zumbi dos Palmares. Ela relata que devido aos seus bons contatos com políticos pedetistas do Rio de Janeiro e de Brasília e também com políticos oriundos de outros partidos ela conseguiu a documentação para a criação de uma Fundação através do deputado José Miguel, antigo pedetista e que na época estava filiado ao PSDC.

Conforme o seu depoimento, o deputado chegou a sua casa, em Campos, com a documentação em mãos, mas disse que ela teria que levar tudo ao prefeito para que se desse a legalização. A diretora estava preparando a comida que distribuiria no outro dia, e não podia ir ao encontro do prefeito e de seu vice, que estavam em campanha eleitoral fazendo um comício na cidade. Por esse motivo, ela pede a um amigo, que era

⁴ A Fundação foi criada em 1958 – 1959, mas só foi registrada em 13 de maio de 1966 e está inscrita na Lei de Utilidade Pública Municipal sob nº 5494/93 e na Estadual sob o nº 2367/93.

frequêntador da sua casa e que na época estava desempregado, para levar o deputado ao comício onde estava o prefeito, para que ele pudesse mostrar a documentação e tratar sobre a legalização da Fundação.

Após três dias a diretora da Vovó Tereza é chamada pelo então prefeito para uma conversa. Nessa conversa o prefeito propõe que a diretora da Vovó Tereza aceite a vice-presidência da Fundação que seria criada e abra mão da presidência em favor do seu então amigo que a havia ajudado levando o deputado ao comício. O prefeito argumenta que a diretora já tinha a presidência da Fundação Cultural Vovó Tereza e que o amigo estava desempregado. A diretora aceita, e fica aguardando os trâmites legais para a criação da Fundação que ela havia lutado para trazer a Campos e da qual seria a sua primeira vice-presidente. Para sua surpresa ela sabe através dos jornais locais que a Fundação Zumbi dos Palmares havia sido criada e que seu presidente era o já sabido amigo, mas que a vice-presidência havia sido dada ao ex-vice-diretor da ONG José do Patrocínio, ex - presidente da Assessoria Especial para Populações Negras e pedetista como os demais⁵.

O terceiro grupo é representado pelo pedetista que foi o primeiro presidente da Fundação Zumbi dos Palmares, e que atribui a criação da Fundação ao PDT de Leonel de Moura Brizola e à sua relação direta e pessoal com o pedetista e o prefeito da época.

Na prática, essas três versões vão ser hegemônicas pelo terceiro grupo como veremos a seguir.

1.2 A relação Partido/Fundação/Governo.

Em Campos dos Goytacazes - RJ o novo e o velho caminham juntos. O novo pode ser visto na produção petrolífera, nas universidades e centros tecnológicos que a cidade possui, já o velho se perpetua na forma de exploração da mão-de-obra nos canaviais, nas olarias e na maneira de se fazer política na região. O velho teima em continuar existindo na forma de gerir a coisa pública, no clientelismo, no populismo que existe na maioria das ações do governo, dos partidos, das instituições e da sociedade em geral.

⁵ Todas as informações sobre o segundo grupo, que disputa a memória da criação da Fundação Zumbi, são provenientes de entrevistas realizadas com a fundadora e diretora da Fundação Vovó Tereza.

Campos dos Goytacazes é o maior município do interior do Estado do Rio de Janeiro, ocupando uma área territorial de 4.032 km² e com uma população de 426.154⁶, entre os quais 172.172 são de pretos e pardos, fazendo o Município figurar em 45º lugar na listagem⁷ das maiores cidades negras do Brasil.

Campos participa com aproximadamente 2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e 16,2% do PIB estadual do Rio de Janeiro, uma vez que a principal renda do Município advém dos royalties do petróleo de sua bacia hidrográfica.

De acordo com a análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos ganhos e perdas na participação percentual do PIB de 2003 em relação a 1999 levando em consideração os municípios com pelo menos 0,5% do Produto Interno Bruto, ou seja, das 25 cidades que agregavam 31,1% do PIB nacional, Campos foi a que teve o maior ganho percentual, passando de 27º lugar em 1999 para 6º lugar em 2002/2003, ficando abaixo apenas dos municípios (de forma decrescente) de: São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF, Manaus/AM e Belo Horizonte/MG.

Mas se observarmos a análise do IBGE sobre a posição dos 10 maiores municípios em relação a PIB *per capita* total e participação relativa da população, no mesmo período, vamos ver que Campos dos Goytacazes não está entre eles, o que mostra a diferença entre o que o Município arrecada e o que ele repassa à sua população.

Temos a maioria da população ativa do município empregada no comércio (23.210 pessoas), na administração pública (18.246 pessoas) e na indústria de transformação (9.607 pessoas).

Desde o século XVIII o município foi um grande produtor de cana-de-açúcar para o mercado interno brasileiro baseado no trabalho escravo. O município continua dedicando a maioria das suas terras agrícolas ao plantio da cana-de-açúcar o que faz com que produza 3.815.145⁸ toneladas de cana, enquanto apenas 368 toneladas de arroz, 79 toneladas de feijão, 11.070 toneladas de mandioca e 837 toneladas de milho.

Sua estrutura rural continua quase inalterada em relação à estrutura que possuía na época colonial (séculos XVIII e XIX), porque mantém-se o predomínio do latifúndio da cana-de-açúcar e a utilização da mão-de-obra barata e desqualificada. Isso pode ser

⁶ Segundo dados do IBGE de 2007 – disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 março de 2008.

⁷ Observatório Afro-brasileiro (UFRJ/IPDH).

⁸ Segundo dados do IBGE de 2007 – Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=330100&n=2>. Acesso em: 18 mar. 2008.

comprovado através da soma dos hectares plantados no município de lavouras de arroz, feijão, mandioca, e milho – 1.396 hectares de área plantada – comparada à área ocupada sozinha pela lavoura da cana-de-açúcar – 34.201 hectares de área de plantio.

Essas permanências de estruturas arcaicas e excludentes têm permeado todos os aspectos da vida campista e contribuído para a sua estagnação e corrupção política, social e econômica.

No entanto essa realidade política não atinge apenas o município de Campos, mas todo o país, uma vez que segundo Coutinho (1992), o Brasil teve uma transição democrática “fraca” e com alguns traços de “via prussiana” – em que as mudanças foram feitas pelo alto Segundo ele, esses resquícios prussianos passaram a se manifestar na política brasileira de quatro maneiras: 1) um Executivo forte em detrimento do Parlamento; 2) uma tentativa permanente de obter apoio para o governo por meio de cooptação e de favores clientelares; 3) as formas de populismo em que existe o vínculo direto entre o líder e a massa atomizada; 4) a tutela militar (2000, 93).

Analisamos que a história política de Campos, desde a década de 1980, está intimamente ligada à história do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e aos seus líderes políticos da região. Uma prova disso é que o município é governado por prefeitos oriundos do PDT desde 1988⁹ e que um antigo pedetista¹⁰ tem sido uma forte figura política na região, girando as campanhas municipais em torno de seus aliados e de seus opositores.

O PDT foi originalmente formado por membros exilados da oposição, sob a liderança do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. O PDT surgiu de uma cisão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), quando Ivete Vargas ganhou no Tribunal Superior Eleitoral o direito de usar a sigla.

Uma grande disputa pela sigla do PTB ocorreu entre os anos de 1979 e 1981. De um lado Brizola representando o trabalhista histórico e um dos principais atores no processo político que o país experimentara antes da ditadura militar de 1964; e do outro lado Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas, ligada à tradicional parentela que havia dominado as instâncias decisórias do antigo PTB.

⁹ Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira (1988); Sérgio Mendes (1992); Anthony Matheus Garotinho (1996); Arnaldo Vianna (1998); Arnaldo Vianna (2000); Carlos Alberto Campista (2004); Alexandre Mocaiber (2005/2006).

¹⁰ Anthony Matheus é uma figura política que tem estado presente na vida política do município desde a década de 1980, e tem angariado aliados e opositores na vida partidária, nas campanhas e no governo da região, desde então.

Em 1979, foi promulgada a Lei nº 6.767/79 que extinguiu a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático (MDB), e estipulou o prazo de 180 dias para a organização de novos partidos políticos, acabou com o bipartidarismo político do período da ditadura militar e regulamentou a criação dos partidos no Brasil de 1980 a 1995.

No final do período da ditadura militar iniciou-se a criação de novos partidos e essa ditadura fez de tudo para que a sigla do PTB não ficasse com Brizola, que era visto pela ditadura como um elemento a ser temido, ainda mais de posse de tão famosa sigla.

Segundo Alves (1987), o PDT criado por Brizola era:

“[um partido] que tentou reviver a corrente de esquerda do trabalhismo político, reorganizando a herança do ex-presidente João Goulart. De características social-democratas, ... que abrigava um pequeno setor socialista que influenciou a redação final de seu programa. O partido dotou-se de uma estrutura organizacional fortemente centralizada, responsabilizando-se as principais lideranças pelo processo decisório. Seu programa visava a formação de um partido socialista, dando especial ênfase à promoção da infância e aos direitos das minorias negras e indígenas.” (ALVES: 1987,276).

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) surge assim como um herdeiro histórico do PTB, e seu líder Leonel de Moura Brizola um herdeiro de seu último líder João Goulart, esse por sua vez herdeiro do criador e da central figura do PTB, Getúlio Vargas. Portanto, para entender o PDT, temos que recorrer ao PTB e entender a sua dinâmica.

O Partido Trabalhista Brasileiro, criado a 9 de abril de 1945, foi uma invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo de Getúlio Vargas, que atraiu a simpatia das massas.

Seus objetivos eram, de início, promover a imagem de Getúlio Vargas, fazer a defesa da legislação social criada durante o Estado Novo e garantir a continuidade de uma política governamental que preservasse os direitos sociais já conquistados. Nesse sentido o conceito de trabalhismo de Ângela de Castro Gomes (1988) nos ajuda a entender e caracterizar esse partido através do que ela chama de trabalhismo.

Segundo a autora o trabalhismo foi inventado no período do Estado Novo, principalmente de 1942 a 1945, quando o ministro Marcondes Filho ocupava o Ministério do Trabalho do governo Vargas.

Esse trabalhismo se tornou a ideologia do governo estado-novista de Vargas e possuía as seguintes características: 1) apagar o discurso, a “*palavra*” dos trabalhadores brasileiros – principalmente socialistas, comunistas e corporativistas – da República Velha que valorizavam o trabalho manual e a figura do trabalhador - e se apropriou desse discurso transformando a “*palavra*” em um discurso do Estado; 2) uma dimensão personalista, em relação ao poder público e ao povo; 3) a promoção através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) da figura do presidente Vargas; 4) trabalhador como figura central; 5) relação povo/presidente baseada em dar/receber/retribuir.

Mais e mais o Estado após 1930, e principalmente no período do Estado Novo se utilizou do discurso e das reivindicações dos trabalhadores/operários da República Velha que investiam na valorização do trabalhador manual e no reconhecimento deste mesmo trabalhador como honesto e grande criador das riquezas do país.

Havia também, concomitantemente ao grupo dos comunistas e socialistas, o grupo dos corporativistas - chamados pelos primeiros de reformadores ou amarelos - que advogavam um acordo harmonioso entre o patronato e os trabalhadores na conquista da questão social.

Esse discurso elaborado durante a República Velha foi apropriado pelo estado-novista de Vargas, que se utiliza da “*palavra*” desses trabalhadores como a valorização do trabalho e do trabalhador e das conquistas em relação às questões sociais que ocorrerem de forma harmoniosa, e não através de lutas. O Estado se apropria assim da “*palavra*” dos trabalhadores, fazendo dela o novo e decisivo discurso do Estado Novo.

O tipo de aproximação que foi desenvolvida e promovida entre o poder público e o povo tinha uma dimensão personalista. Foi criado um calendário oficial de comemorações em que durante as três festas principais: o 1º de maio, o 10 de novembro – aniversário do Estado Novo e o aniversário de Getúlio Vargas, eram oportunidades em que o presidente se encontrava como o povo/trabalhador, e se dirigia a ele.

Encarregado pelo governo o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo começou a articular um sistema de propaganda através do rádio, de cartazes, livros, imprensas e outros, onde Getúlio Vargas era a personagem central.

Principalmente através das conferências e palestras dadas no rádio pelo ministro do trabalho Marcondes Filho, foi construída a imagem de Vargas “*pai dos pobres*”, o Vargas “*clarividente*”, a idéia de que todas as providências envolvendo a questão social advinham diretamente de Vargas, chefe/guia e ao mesmo tempo amigo/pai.

Entre todas as comemorações oficiais do Estado Novo, o grande destaque cabia à figura do trabalhador – a festa do 1º de maio. Nessa festa, sempre havia uma comemoração de massa e o momento em que Vargas “*presenteava*” os trabalhadores com uma realização na área da política social.

Ser trabalhador durante o Estado Novo passou a ser sinônimo de cidadão, em contraponto aos desempregados, mendigos e vadios. Ser trabalhador era ganhar o atributo da honestidade que neutralizava em termos de honra o estigma da pobreza.

A relação povo/presidente se baseava em dar/receber/retribuir. O presidente Vargas por sua “clarividência” outorgava a legislação social/trabalhista, utilizando-se de suas habilidades de chefe e guia da nação. O presidente evitou confrontos que existiram em outros países para que os trabalhadores conquistassem os direitos sociais. O presidente além de suas habilidades de guia/chefe, também possuía a de amigo/pai que percebia as necessidades dos trabalhadores e entendia a urgência das questões sociais. Por esse motivo era vinculado pela propaganda oficial que “*no Brasil, o trabalhador obteve por outorga do poder público, sem lutas, os benefícios que tanto custaram a outros povos*”.(GOMES: 1988, 241).

Dentro dessa lógica aquele que recebe (trabalhador) “*precisa*” aceitar o benefício. Receber benefícios é uma obrigação, mas aquele que dá o benefício sempre estabelece uma relação de ascendência sobre o beneficiário, não só porque dá, mas principalmente porque espera o retorno. “*A não retribuição significa romper com a fonte de doação de forma inquestionável*”. (GOMES: 1988, 248)

Existia um contrato entre povo e presidente e era um contrato como troca de presentes. Não é um contrato como a lógica de mercado do Hobbes, onde o cidadão abre mão de sua liberdade em troca de segurança do Estado. Esse contrato remete à idéia de mercado onde tudo tem um preço e a idéia de sacrifício está ausente. Já o contrato que foi estabelecido no Estado Novo é o contrato como troca de presentes “*o povo revelava à autoridade suas necessidades, seu destino, e esta, por sua virtude e sensibilidade, captava e executava este sinal que existia implicitamente*”. (GOMES: 1988, 249).

Para visualização desse contrato se recorria a ilustração da construção da nação/Estado dada pelo DIP, como sendo a formação de uma grande família, em que o presidente Vargas era o “*pai dos pobres*”, o pai do povo trabalhador e pedia/exigia total obediência e mesmo sacrifícios como retribuição.

“O contrato estabelecia uma relação pessoal (o que é diferente de individual) entre o chefe da nação na “pessoa moral” do presidente Vargas, e todo o povo trabalhador, entendido como uma “pessoa coletiva” e não como uma coleção de indivíduos.” (GOMES: 1988, 251).

Para Gomes (1988), o sentido principal da relação de doação e a sua força estava em criar um tipo específico de obrigação que se estrutura, não apenas em função de interesses individuais, mas em termos de uma lógica simbólica em que a força da coisa dada produza sem quem recebe a consciência de uma obrigação de retribuir como um dever político de natureza ética.

“As leis sociais eram uma dívida da coletividade nacional para com os trabalhadores, o que significava tanto a possibilidade do bem-estar material, quanto a demonstração da proteção, da atenção que, merecidamente, deviam receber. A legislação não era uma caridade; ela era função da solidariedade criada e devida pela autoridade. No entanto, ela comportava o sentimento da generosidade, da virtude do Estado e do estadista.” (GOMES: 1988, 253).

Com a aproximação do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a pressão para que o país voltasse à democracia e a ter partidos e eleições para presidente e demais cargos, a cúpula do Governo, na figura do ministro do trabalho, e o presidente Vargas começaram a se incumbir da tarefa de compatibilizar a experiência do Estado Novo com a necessidade de formação de partidos. Começou assim, no início da década de 1940 a se pensar na formação de um partido nacional ligado à figura de Vargas.

Foi criado assim o PTB: um partido trabalhista, que deveria se apresentar como a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro. Um partido de massa, ou seja, com base nas massas trabalhadoras e que deveria se tornar um divisor de águas entre a extrema esquerda e a extrema direita.

Esse partido utilizou todas as iniciativas do Ministério do Trabalho para arquitetar um grande projeto político que tinha como objetivo básico garantir a continuidade de Vargas no poder, utilizando para isso a nova máquina sindical e previdenciária que havia sido alimentada com recursos e acarinhada com palavras durante os anos 40 e uma intensa propaganda.

Criado em 1945, o PTB tem seu apogeu na década de 50, com o segundo governo de Vargas, e dominou o cenário político brasileiro até o golpe militar de 31 de março de 1964.

Quando a ditadura militar não tem mais como se sustentar no poder e os generais decidem pela abertura “*lenta e gradual*” do sistema, a vida partidária volta à cena política do país e com ela alguns de seus protagonistas exilados pós-64 e a chance de se reabilitar o PTB.

Brizola, mesmo não conseguindo a posse da sigla do partido, dá continuidade, em grande parte, ao trabalhismo do PTB e de Vargas, conciliando-o com uma proposta socialista. Permanece no PDT o projeto trabalhista, baseado nas massas trabalhadoras, na presença central do líder, do seu carisma, da luta em prol das questões sociais, da relação dar/receber/retribuir.

Brizola e o PDT conseguem grande força e expansão nos antigos redutos do trabalhismo de Vargas, o Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Rio Grande do Sul.

Esse partido, fundado por Leonel de Moura Brizola e baseado na Carta de Lisboa¹¹, visava conscientizar a sociedade brasileira da grande dívida social que esta tinha com os negros, as mulheres e os índios do país¹². A partir da vitória de Brizola para governador do Rio de Janeiro, em 1982, o PDT começa a ganhar força no interior do Estado - em Campos dos Goytacazes - RJ, principalmente a partir de 1986 quando vários integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) abandonam esse partido e se filiam ao PDT¹³.

A partir de 1986, o PDT passa a ser um partido forte no município e na região fluminense, e as idéias da dívida social com os negros e as mulheres chegam às discussões do PDT campista e passam a fomentar as idéias de quem já militava nas questões étnicas. Em 1988, o PDT elege o seu primeiro prefeito em Campos dos Goytacazes – RJ e este cria uma Assessoria para Assuntos Especiais das Populações Negras, vinculadas à Secretaria de Ação Social.

Durante todo o tempo de existência desta Assessoria foram travadas disputas com outros segmentos políticos ligadas ao movimento negro de Campos. O grupo de maior oposição era o dos ex-integrantes da ONG José do Patrocínio, que não foram absorvidos pela Assessoria. Estes integrantes não aceitavam que a Assessoria sintetizasse os esforços do movimento negro campista e viam a Assessoria como uma

¹¹ Carta redigida por Leonel de Moura Brizola e assinada por 120 colaboradores em Lisboa em 1979 – período em que Brizola e seus companheiros estão no exílio – criando o PTB. Depois já no Brasil, e devido a várias manobras da Ditadura Militar Brasileira que não concedeu a Brizola a sigla do PTB, deu base para a criação do PDT.

¹² Disponível em: <http://www.pdt.org.br/partido/cartalis.asp>. Acesso em: 25 jan. 2007.

¹³ Os integrantes do PT que abandonaram esse partido e se filiaram ao PDT seguiram os passos de Anthony Matheus Garotinho que havia deixado o PT e se filiado ao PDT conseguindo se eleger Deputado Estadual por esse partido em 1986.

traição a um movimento autônomo e livre que existia anteriormente. A Assessoria tinha também problemas internos: 1) Estava vinculada à Secretaria de Ação Social e por isso não possuía orçamento próprio e autonomia de projetos; 2) A Secretaria de Ação Social não via os projetos da Assessoria como prioritários, ficando sempre relegados em segundo plano e dependendo de negociações internas.

Nas eleições municipais de 1992 o prefeito vitorioso é Sérgio Mendes pedetista, e aliado político de Garotinho. Sérgio Mendes passa a assumir também a direção do PDT em Campos, já que Garotinho havia ido para o Rio de Janeiro disputar as eleições para governador do Estado. Nesse mandato Campos assiste a uma briga política interna dentro do PDT. O ex-prefeito, Garotinho, que havia sido derrotado nas eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro é apoiado por uma ala do PDT campista no seu regresso ao município e no seu intento de voltar à direção do partido. A outra ala mantém-se fiel ao prefeito e presidente do PDT campista Sérgio Mendes.

No meio desta disputa política o pedetista e relações públicas da Assessoria Especial para Assuntos das Populações Negras posiciona - se ao lado de Garotinho e por consequência de sua escolha política é exonerado do cargo que exerce.

Garotinho trava uma luta política¹⁴ com Sérgio Mendes, ganha a direção do PDT campista e se reelege, prefeito de Campos pelo mesmo partido, em 1996.

Nesse segundo mandato, o prefeito Garotinho retribui a fidelidade política do antigo relações públicas da Assessoria autorizando-o a criar um estatuto para uma Fundação que seria não mais uma assessoria, mas uma secretaria, com autonomia, recursos especificados no orçamento do município e autonomia de projetos. A Fundação criada foi a Zumbi dos Palmares e José Carlos Gama seu primeiro diretor. Nascia assim a Fundação Zumbi dos Palmares.

Observando o contexto nacional e internacional em que a Fundação Zumbi dos Palmares foi criada, observamos que havia um ambiente propício e vantajoso para que se voltasse a atenção para as questões referentes às populações negras.

Em 20 de novembro de 1995, no então governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi realizada a Marcha Zumbi dos Palmares, em Brasília, contra o racismo, pela cidadania e a vida. Marcha essa que contou com a presença de mais de 30 mil participantes.

¹⁴ Conforme livro de Atas nº 2 do Diretório Municipal e da Comissão Executiva do PDT de Campos - RJ, p. 2-5.

Os organizadores da Marcha foram recebidos pelo presidente ao qual entregaram propostas anti-racistas e exigências de ações concretas contra o racismo no país.

No mesmo dia, o Governo Federal criou o Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da população negra (GTI), sob a coordenação do professor Hélio Santos da PUC – SP.

Em julho de 1996, acontece na Universidade de Brasília (UNB), o Seminário Internacional “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos”, que contou com a participação de importantes intelectuais nacionais e internacionais.

Sem contar que os Pré – Vestibulares para Negros e Carentes (PVNCS), já haviam sido criados desde 1993, na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, e que no ano de 1996 eles já haviam alcançado um crescente reconhecimento social e uma grande inserção na mídia.

No final do ano de 1997, foi criada a Educação e Cidadania de Afro-Descendentes e Carentes – Educafro, pelo Frei Davi, que em 1993 foi um dos fundadores do PVNC.

Nesse contexto ganha força e legitimidade na sociedade brasileira a luta anti-racista, beneficiada por um contexto internacional favorável – como o apoio de agências multilaterais e a preparação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada na África do Sul em 2001; e também pela intensa atuação de outras entidades dos movimentos negros nacionais.

Segundo Santos¹⁵

“O governo federal, pressionado interna e externamente à assumir posicionamentos e tomar providências acerca da questão racial, pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (Sedh), começa a preparar seminários regionais e estabelecer contatos com entidades do movimento negro, numa estratégia de coleta de experiências e informações que subsidiassem esses posicionamentos e a construção de políticas. Em meio a experiências observadas, acaba ganhando força a idéia de fortalecimento dos cursos pré-vestibulares, pois, além de ser a iniciativa que quantitativamente mais vem se multiplicando, ou seja, vem mostrando capacidade de mobilização de subjetividades e grande capilaridade social, a idéia de um curso em si não rompe com a idéia do mérito, um dos mitos de origem de nossa sociedade burguesa”.

¹⁵ SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. Agendas & Agências: a construção do movimento PVNC. In: OLIVEIRA, Iolanda de; PETRONILHA, Beatriz G. e Silva (orgs). *Identidade Negra. Pesquisa sobre o negro e a educação no Brasil. RJ: ANPED/Ação Educativa/Fundação Ford, 2003, p54.*

O ano de 1999 é a época em que os PVNCS alcançam um grande reconhecimento por parte das esferas estatais nacionais, e é nesse momento que é implantado o Pré – Vestibular da Fundação Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes – RJ, ou seja, o prefeito de Campos se apropria de um projeto dos movimentos negros que gozava de grande legitimidade na sociedade e na mídia nacional e o viabiliza na cidade em que governa.

Analisando os discursos criados em torno da criação da Fundação podemos destacar alguns pontos que são comuns a todos eles: 1) os integrantes dos três grupos em disputa militam na causa negra em Campos; 2) a centralidade da figura do prefeito Garotinho; 3) a política partidária do PDT.

Os três grupos em disputa: os da ONG José do Patrocínio, a diretora da Fundação Vovó Tereza e o relações-públicas da Assessoria Especial para assuntos das Populações Negras, militavam em prol da causa negra, ou seja, participavam de um mesmo campo, compartilhavam lutas, reivindicações e sonhos em comum, mas como Bourdieu analisa, todo campo se caracteriza como um lócus de luta, em que disputas ocorrem em torno de objetos que são caros e valorosos aos olhos desses integrantes. Entre os militantes dos movimentos sociais ligados à causa afro, a Fundação era um objeto que merecia/valia ser disputado, pois representava não apenas a posse de uma instituição pública através da qual poderiam ser colocados os seus sonhos e projetos voltados às populações negras do município; mas também a posse dessa Fundação faria com que o grupo que a conseguisse se projetasse no cenário municipal acima dos outros grupos ligados à questão afro e se abriria um leque de oportunidades políticas, econômicas e pessoais sem precedentes. Por esse motivo, disputar a memória de criação da Fundação é lutar para se mostrar digno de ter recebido a Fundação – no caso do ex-relações públicas da assessoria e de seus outros diretores – ou injustiçado por ter sido privado dela – como é o caso dos outros integrantes da ONG José do Patrocínio, que não participaram da assessoria, e da diretora da Fundação Vovó Tereza.

Toda essa disputa dentro do campo dos movimentos sociais ligados à causa afro em Campos dos Goytacazes tem como pano de fundo a vida do Partido Democrático Trabalhista – PDT.

O PDT campista, na figura de seu líder Garotinho, seguiu algumas velhas e conhecidas estratégias políticas seguidas pelo trabalhismo do Estado Novo, pelo

trabalhismo do PTB e pelo seu desdobramento no PDT. Primeiro o PDT campista foi organizado e girava em torno da figura emblemática de Leonel de Moura Brizola e, a nível local, de seu discípulo Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira. O PDT, como o PTB de Vargas se caracterizava por ser um partido de massas, personalista e em que a relação entre o seu líder e os outros militantes e os eleitores se dá através da lógica: dá/recebe/retribui, e também na centralidade da coisa dada estar ligada às questões sociais.

Como na época do Estado Novo, o líder do PDT na região, consegue uma grande legitimidade entre os militantes do partido e entre os eleitores, porque se apropria da “*palavra*” dos integrantes dos movimentos sociais ligados à questão afro do município, dos seus sonhos, de suas necessidades e projetos, e torna essa “*palavra*” um discurso municipal, fazendo com que se esvazie e morra como se nunca tivesse existido – as lutas dos sujeitos ligados ao movimento afro. O discurso passa a ser um discurso oficial, vinculado na propaganda como obra de um prefeito que possui a “*clarividência*” e a “*sabedoria*” de entender as necessidades de seus eleitores, de seus cidadãos. O governante consegue captar a vontade das massas, o desejo latente dentro dos movimentos populares, tornando-se assim o seu benfeitor e esvaziando as formas de luta fora de sua influência.

A relação que existe entre o líder do PDT local no discurso do grupo dois e no discurso do grupo três, pode nos dar alguns exemplos da relação personalista que existe entre o líder do PDT e o militante/eleitor.

No segundo grupo temos: o prefeito do PDT negociando com a diretora da Fundação Vovó Tereza uma Fundação que ela lutou para trazer para o município através de seus conhecimentos políticos, e ele consegue convencê-la a abrir mão da presidência da Fundação em favor de seu aliado. No terceiro grupo vemos a relação pessoal de compromisso e fidelidade política que existia entre o prefeito e o pedetista exonerado de suas funções na assessoria. O discurso três é muito emblemático no sentido do poder exemplificar perfeitamente a lógica do relacionamento entre o candidato/eleitor, ou governante/eleitor ou ainda o líder do Partido e o seu militante: a lógica do dar/receber/retribuir.

No terceiro discurso o prefeito se coloca como aquele que ajudou/colaborou, mesmo que isso esteja implícito, em colocar o pedetista no cargo de relações-públicas da Assessoria, essa benesse foi recebida pelo pedetista, que com o passar do tempo se sentiu na obrigação moral de retribuir a benesse em prol do líder que agora enfrentava a

hostilidade de outro pedetista. A retribuição se manifestou através do posicionamento ao lado do ex-prefeito, que lhe acarretou o ser exonerado de suas funções na assessoria. Mas quando o antigo líder volta novamente ao governo, ao poder, ele pode recomeçar novamente a lógica de seus relacionamentos com o eleitorado e com seus seguidores dentro do Partido a de dar/receber/retribuir e, obedecendo a essa lógica, ele não se desliga do cargo de prefeito para se candidatar a governador do Estado, sem antes doar a Fundação Municipal Zumbi dos Palmares a seu tão leal seguidor, angariando com isso não apenas a certeza de uma futura retribuição, mas a certeza de que essa relação, esse acordo de troca de presentes, cria vínculos sentimentais, de amor, entre o seguidor e o líder.

Assim a Fundação Municipal criada no contexto da vida partidária do Partido Democrático Trabalhista – PDT de Campos, sob o contrato de troca de presentes e baseada na lógica do dar/recebe/retribui, deixa marcas profundas em sua história.

2. O MOVIMENTO NEGRO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

Não dá para falar em um movimento negro em Campos dos Goytacazes, no sentido de um grupo coeso, com idéias sistematizadas e uma liderança reconhecida, mas de várias iniciativas individuais e descentralizadas que vão formando seus projetos e suas lutas em torno da questão popular e afro.

Os grupos que trabalham a questão afro em Campos são ligados à cultura popular como um todo e muito ligados à dança, ao teatro e à música. Têm papel de destaque alguns grupos de teatro, como os que existiram no SESC de Orávio de Campos e o de Osvaldo Peixoto, que com a proposta do resgate da cultura popular campista começaram a encenar temas ligados à cultura dos escravos africanos e seus descendentes na região. Através desses grupos foram resgatados a Mana Chica, o Jongo e a famosa lenda local do Ururau da Lapa, que é uma lenda em que um negro é morto por um coronel induzido por um padre.

Através desses grupos teatrais a questão do negro ganha visibilidade na região e é levada aos estudantes secundaristas e universitários e à sociedade em geral.

Alguns grupos de Jongo existentes na periferia da cidade, principalmente nas antigas regiões açucareiras das cercanias de Guarus – um grande bairro da periferia campista - afro-descendentes mantêm viva essa tradição herdada de seus antepassados e cantam e dançam ao som de seus tambores.

Existem também muitos grupos de capoeiras espalhados pela cidade, alguns ligados a Fundação zumbi dos Palmares, mas a maioria autônomos. Sem contar as associações de cunho assistencialista como a Fundação Vovó Tereza e a do Motorista Gordiano.

O movimento popular em Campos é muito ligado ao teatro, à dança e à educação, e muitos de seus representantes ao serem entrevistados e perguntados sobre

qual idéia nortearia o movimento negro campista não respondiam de imediato, mas acabavam citando Abdias do Nascimento e seu teatro experimental do negro, ou então grupos como o Agbara Dudu – um braço do movimento negro do Rio de Janeiro que trabalhava muito a questão cultural – e o Afoxé. O interessante é que fazendo a mesma pergunta de quem legitimava a Fundação Zumbi dos Palmares para um de seus diretores a resposta foi a mesma: Abdias do Nascimento, o que a princípio causou estranheza, pois o Abdias não trabalhava a questão de vestibulares para negros, mas a questão cultural, do teatro. Mas avançando mais na pesquisa ficou claro que o Abdias estava muito presente nos dirigentes da Fundação Zumbi, pois na época de sua criação Abdias do Nascimento era um pedetista expoente na causa da luta negra e exercia nesse período, respectivamente, os cargos de Deputado Federal (1983 – 1986) e Senador da República (1991 – 1999 como suplente do senador Darcy Ribeiro, assumindo a cadeira do Senado, representando o Rio de Janeiro pelo PDT, em dois períodos: 1991-1992 e 1997 – 1999, em 1997 assume em caráter definitivo o mandato de Senador da República).

O período em que o Abdias é Deputado Federal corresponde à época de formação do PDT em Campos, e o período em que foi Secretário de Estado do Governo do Rio de Janeiro da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-brasileiras – SEAFRO (1991-1994), corresponde ao tempo de mandato do primeiro prefeito pedetista em Campos, da criação da ONG José do Patrocínio e da Assessoria para Assuntos Especiais das Populações Negras.

Como pano de fundo do período temos o centenário da abolição da escravatura (1888) que coincidia com a Assembléia Constituinte brasileira e as vitórias alcançadas na nova Constituição, de modo que a proposta de políticas públicas anti-racistas ganha dimensão, legitimidade e apoio; e vários governos municipais e estaduais instituem assessorias – como foi o caso de Campos – e conselhos de direitos do negro.

No período de 1998/1999, em que Abdias está terminando o seu mandato de Senador pelo PDT/RJ, é o período em que a Fundação Zumbi dos Palmares em Campos está sendo criada, e a influência que o Abdias exerce sobre a recém instituída diretoria da Fundação é tão grande, que o primeiro ofício expedido pela Fundação foi endereçado ao Senador Abdias do Nascimento, comunicando-o da criação da Fundação, da posse de sua diretoria e agradecendo a sua relevante participação no processo de resgate da cidadania das populações afro-brasileiras. O ofício termina dizendo que o senador simboliza o “Zumbi da modernidade”.

No ofício nº 65/98, de quatro de setembro, a diretoria da Fundação envia um projeto ao senador pedindo um financiamento de um milhão de reais; e no ofício 96/98, endereçado a um vereador campista, há um convite às comemorações alusivas ao Dia Nacional da Consciência Negra, e um comunicado de que no dia quatro de novembro a Fundação estaria homenageando o Senador Abdias do Nascimento, com a comenda “Zumbi dos Palmares”. Até o disk – racismo da Fundação foi intitulado com o nome do senador.

2.1 O Movimento Negro Nacional: mudanças e avanços das últimas décadas.

Na década de 1980, o recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT), através de suas lideranças: Sidnei Pascotto, Lenilson Chaves e Anthony Matheus Garotinho, começa a trazer para Campos as notícias e fatos que estavam ocorrendo no Rio de Janeiro, principalmente o Sidnei Pascotto que participava do movimento negro no Rio e trazia essas idéias e as difundia entre os militantes e estudantes secundaristas e universitários da cidade.

Estes movimentos que estão ocorrendo no Rio de Janeiro e que repercutem no Município de Campos, ressurgiram no cenário brasileiro a partir de 1975 – 1985, pois a partir dos anos 1960, a ditadura militar inviabilizou todas as manifestações de cunho racial e os militares transformaram o mito da “democracia racial” em peça fundamental de sua propaganda oficial. Os militantes da causa negra eram acusados pela ditadura de “impatrióticos”, “racistas” e “imitadores baratos” dos ativistas norte-americanos que lutavam pelos direitos civis.

O movimento negro, enquanto proposta política, só ressurgiria realmente em dezoito de junho de 1978, com a fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), e o posterior ato público realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, no dia sete de julho de 1978.

Este ato público ocorreu em forma de protesto contra a morte do jovem negro Robson Luís, que foi preso pela polícia da 44ª Delegacia de Polícia em São Paulo, e teve seu rosto desfigurado e seu escroto arrancado pelos policiais; e também por causa de atletas do Clube de Regatas Tietê, indignados porque o clube havia barrado quatro

adolescentes negros, atletas de voleibol, de treinarem no clube sob o argumento de que se eles deixassem um negro entrar na piscina, com brancos sairiam.

O MUCDR foi rebatizado em vinte e três de julho como Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), e em dezembro de 1979, durante o primeiro congresso realizado no Rio de Janeiro, passa a se chamar Movimento Negro Unificado (MNU), nome que conserva até hoje.

Vários dos movimentos negros que vão fundar o Movimento Negro Unificado (atual), surgiram durante a ditadura militar brasileira, pois uma das características da ditadura brasileira era não interferir na organização da sociedade civil que não a contestasse.

Segundo Coutinho (1992), a ditadura militar não veio para bloquear o desenvolvimento capitalista no Brasil, mas para consolidar definitivamente esse modo de produção no Brasil. E esse capitalismo promove objetivamente uma complexificação da estrutura social brasileira e a diversificação de interesses. Ele apresenta os pressupostos acima como responsáveis da ampliação das organizações sociais e para a criação de uma sociedade civil não mais primitiva e gelatinosa. Por isso no final da década de 1970, já existe o Grupo Palmares no Rio Grande do Sul, e aparecem nesse mesmo período, outros grupos em São Paulo como : Evolução de Campinas, o Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU), o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) – fundada por Abdias do Nascimento em 1980; e no Rio de Janeiro como: o Instituto de Pesquisa de Cultura Negra (IPCN) e a Sociedade de Intercâmbio Brasil África (SINBA), o Grupo de Estudos André Rebouças; e na Bahia o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, o Grupo de Teatro Palmares Inãron e outros.

Segundo Hanchard (2001), esses movimentos que estão surgindo no Brasil nesse período, não se comparam ao movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos dos anos 1960, pois segundo ele:

“Embora tenha havido, durante esses anos, grandes e pequenas tentativas de agregar um conjunto diferente de pessoas num movimento de cunho racial em prol da mudança social, não houve na sociedade civil brasileira, nenhum movimento nacional de oposição às desigualdades e à subordinação raciais”. (HANCHARD 2001:19).

Segundo o autor a não-politização e o enfraquecimento da consciência racial no Brasil seriam devido primeiro à propagação do mito da “democracia racial”, pelo qual

foi difundida a idéia de que não existe discriminação de raça no Brasil, ao menos não na intensidade de outros países; segundo devido à contínua reprodução e disseminação de estereótipos negativos com relação aos negros e de imagens positivas associadas ao branco, o que resulta em dificuldades para a ação coletiva; e em terceiro à coerção e ameaças para os negros, que pretendem ir de encontro aos padrões assimétricos de relações raciais.

Hanchard destaca a transição dos movimentos integrativos ou assimilacionistas, característicos da primeira metade do século XX – como a imprensa negra paulista, a Frente Negra Brasileira (FNB), o Teatro Experimental do Negro (TEN) – para o afro-marxismo emergente a partir dos anos 70, como tendo desenvolvido uma crítica global à sociedade e não mais mobilizado por uma demanda meramente reivindicativa.

Para ele a questão cultural foi decisiva neste período formativo do moderno movimento negro, e por esse motivo ele critica estes grupos no sentido de que a maioria deles concentrou sua ação simbólica sobre raízes africanas, que passaram a basear suas práticas e a negritude passou a ser a pedra fundamental para a definição de determinado sujeito político negro.

Devido ao fato dos movimentos negros do período terem assimilado a questão racial pelo viés da expressão cultural negra internacional e ignorado as suas dimensões práticas como os boicotes, os piquetes, a desobediência civil e a luta armada, esses movimentos não conseguiram nacionalizar formas de resistência popular que estes movimentos – discursos produziram em seus contextos de origem.

Para Hanchard, práticas culturais não mobilizam as pessoas por si próprias, pois os traços do passado podem ser glorificados ou caricaturados, sem que se altere seu sentido. Ele considera um erro acreditar que uma política diaspórica, ou seja, ligada a diáspora africana e aos valores da África, conduzirá automaticamente à consciência racial. Para ele é preciso historicizar o presente, mostrando e documentando as desigualdades raciais que operam na sociedade, fazendo emergir uma consciência de massa, comandada por um grupo social emergente com a missão de não apenas comandar a economia, mas também os elementos étnicos e políticos da sociedade. É preciso desenvolver instituições com o propósito de organizar as pessoas. Expandir as bases do movimento negro situando-o fortemente no debate público nacional, tornando-o cada vez menos diaspórico e mais nacional. Constituindo-se em uma alternativa concreta e enraizada em instituições fortes.

Esse grupo em profunda vinculação com as massas é o que Gramsci chama de Bloco Histórico, ou seja, uma unidade de estrutura e superestrutura enraizada em um processo dialético. Esse bloco histórico lideraria a consolidação de elementos culturais, políticos e econômicos no interior de uma aliança contra-hegemônica.

Baseado em Gramsci, Hanchard aponta como fundamental para o movimento negro desse período, a política de coalizões e alianças entre diversos movimentos, até mesmo com os contraditórios, pois isso além de representar uma prova de maturidade, representaria também a prova de uma responsabilidade histórica, que resultaria na criação de uma consciência entre os ativistas na busca de coalizões institucionais. Mas Hanchard aponta algumas dificuldades para a formação de um bloco histórico no Brasil. A primeira seria a de que diferentes grupos raciais subordinados no Brasil entram em relações de produção que são fundamentalmente diferentes; e segundo que os brancos de esquerda ou de direita compartilham a mesma matriz cultural. Ora, a primeira dificuldade se apresenta porque os afro-brasileiros não pertencem a uma mesma classe, pertencem em sua maioria à classe trabalhadora e uma parcela à pequena burguesia, o que os separa na medida em que não enfrentam os mesmos desafios e ameaças como grupo, fazendo com que não tenham os mesmos interesses e as mesmas expectativas. Isso dificulta a formação de uma consciência afro, pois segundo ele a consciência emerge à medida em que se prevêem desafios e ameaças similares para cada grupo considerado; a segunda dificuldade porque os brancos tendo a mesma matriz cultural, compartilham as mesmas idéias, esvaziando a oposição clássica entre a direita e a esquerda, enfraquecendo assim uma possibilidade de aliança dos movimentos negros com a esquerda.

O período de 1988 a 2000, registrou avanços nas lutas institucionais dos movimentos negros brasileiros e numa maior aceitação e discussão desta temática por parte da sociedade. Em 1990 a questão racial entrou para a pauta de discussão das centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT); em 1995 o Partido dos Trabalhadores (PT) criou um espaço para a discussão racial através da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT.

Mesmo com esses avanços, alguns autores fazem uma análise menos empolgada do Período. Segundo Hanchard:

“As condições de contestação da ordem dominante também sofreram mudanças significativas. O movimento negro pôde passar de uma

atividade política indireta e amiúde clandestina para uma contestação e uma condenação franca dos legados de violência racial, discriminação e subjugação generalizada dos negros em todos os níveis da sociedade brasileira. Embora a filiação a partidos políticos tenha aumentado nos últimos dez anos, com a eleição de negros para cargos municipais e estaduais, o número de negros no Congresso Nacional não se alterou significativamente desde o fim da ditadura militar”. (HANCHARD: 2001,11).

Ainda segundo Sant’ana (1998):

“Ao tornarem-se negros e militantes (com a ajuda de uma construção de memória) os membros do movimento em questão parecem ter afastado-se dos “pretos”, “mulatos”, “escuros” – distanciamento, aliás reconhecido. Este é um dilema de difícil encaminhamento. Sem dúvida era (e é) necessário contrapor-se à imagem preconceituosa e aviltante atribuída aos não-brancos. Nesse processo, porém, constituiu-se e destacou-se um setor dificilmente associável àquela imagem, mas também já muito distanciado do contingente ao qual pretendem colocar-se como representantes”. (SANT’ANA: 1998, 17).

Pelas análises de Hanchard (2001), os movimentos negros brasileiros são inseridos na luta democrática do Brasil, através das ações políticas destes no pós-1945, conscientes da problemática política e racial e em articulação com os grupos de guerrilha urbana, marxistas e a IV Internacional. Mas o autor recebe muitas críticas, por não perceber, verificar os efeitos de positividade dos movimentos da década de 80 que militavam exclusivamente no campo da cultura e que tratavam a cultura como fronteira política. Essa crítica se manifesta no sentido de que ele não tenha ouvido os argumentos oferecidos pelos chamados “*culturalistas*”, ficando restrito à opinião dos grupos que na década de 80 mantinham um ataque cerrado aos “*culturalistas*”. Ele é acusado de não ter revelado a materialidade da fala culturalista e a partir dela verificar o significado do culturalismo como proposição, identificando e explorando os efeitos políticos dos seus discursos.

Hanchard sofre crítica interna de algumas correntes dos movimentos negros e crítica externa que se manifesta nas figuras de Pierre de Bourdieu¹⁶ e Louis Waquant. A crítica se dá sobre a forma de que o livro de Hanchard *Orfeu e poder*, não passaria de uma versão nova do Imperialismo americano, agora se manifestando sob a forma de um

¹⁶ BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Louis – Sobre as artimanhas da razão imperialista. Disponível em: <http://www.scielo..>

certo imperialismo negro-norte americano, ao aplicar as categorias raciais norte-americanas à situação brasileira colocando a história do Movimento em favor dos Direitos Civis, como padrão universal da luta dos grupos de cor oprimidos.

Procuramos apreender de Hanchard as suas análises pioneiras de análise dos movimentos negros do eixo Rio-São Paulo e a sua metodologia etnográfica de descrever esses movimentos e a teoria de hegemonia Gramsciana para analisar esses movimentos.

Após o ano 2000, dois processos políticos vêm sendo destacados pelos militantes do Movimento Negro como marcos de sua história recente: a preparação para a participação brasileira na conferência de Durban, realizada na África do Sul, em 2001, e o projeto de lei do Senador Paulo Paim (PT – RS), o Estatuto da Igualdade Racial.

Nesse período, ocorre uma mudança de foco das ações dos movimentos negros brasileiros, saindo de uma luta pelo reconhecimento social de uma identidade negra e incorporando em sua pauta questões resultantes das desigualdades, em específico, do racismo.

A partir desses dois eventos o que vai se destacando dentro dos movimentos negros é a luta em torno das políticas afirmativas. Reparação pensada como combate às desigualdades entre brancos e negros, e que coloca o Estado brasileiro como responsável histórico por essas desigualdades raciais, e que, portanto caberia a ele (Estado) combatê-las. Sendo assim, a política eleita como reivindicação principal do movimento negro e o Estado foi crescendo grandemente.

Políticas de ação afirmativa no Brasil foram pensadas no sentido de promoção de medidas governamentais objetivando a reparação dos danos causados pela sociedade contra determinados grupos, no caso os afro-descendentes. Dentre os defensores dessas políticas existiam aqueles que a entendiam pelo ângulo da justiça compensatória, defendendo que era preciso conceder ao violado a condição que ele possuía antes da violação. No caso brasileiro a violação seria a escravidão e o violado os negros e afro-descendentes, portanto, nessa visão os negros e seus descendentes deveriam receber uma reparação do governo e da sociedade por todos os danos que estes lhe causaram. Existia também o grupo que defendiam as políticas afirmativas, mas as enxergavam sob um outro viés, o da justiça distributiva, que procura não “cobrar” a reparação pela escravidão do negro no passado, mas se deter nos danos causados por ela no presente, e a partir daí procurar promover políticas que distribuam esses grupos violados nas áreas em que eles foram excluídos.

Esta ala do movimento negro brasileiro argumenta que a reparação compensatória, ou justiça compensatória é legítima do ponto de vista filosófico, mas se torna problemática no sentido jurídico, pois diante da lei é preciso haver a presença do violado e do violador para que haja a exigência da reparação, mas estes não estão mais presentes; portanto a reparação baseada na violação passada não seria mais possível.

O Projeto de Lei do Estatuto da Igualdade Racial é um exemplo dessa luta por políticas afirmativas e engloba questões como pesquisa, formas de prevenção e combate de doenças prevalentes na população negra, direito à liberdade religiosa e de culto, reconhecimento e titulação das terras remanescentes de quilombos, cotas para negros nos concursos públicos e instituições de ensino superior, etc. Mesmo observando que algumas questões levantadas pelo Estatuto da Igualdade Racial já estavam previstas na Constituição de 1988, ele é visto pelos militantes dos movimentos negros como uma conquista, pois sinaliza a maturidade do movimento negro e a luta por sua aprovação significa que se conseguiu não apenas reivindicar direitos e colocá-los na Constituição do país, mas também o seu prosseguimento para que esses direitos sejam postos em prática.

Embora as políticas de ação afirmativa já estivessem sendo discutidas por várias entidades do movimento negro e mesmo pelo governo federal – que após a Marcha Zumbi de 1995 criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), para debater as políticas públicas raciais – a Conferência de Durban sinalizou a aglutinação dos movimentos negros brasileiros em torno da necessidade de se implantar políticas afirmativas no Brasil.

Em julho de 2001, foi realizada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância, marcando o encerramento do processo de preparação brasileira para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, organizada pelas Nações Unidas, em Durban, África do Sul, em setembro de 2001.

Na UERJ a mobilização para a Conferência de Julho foi nacional, e assinala que tanto nessa Conferência preparatória para Durban quanto nas audiências públicas realizadas para instruir o Estatuto da Igualdade Racial, prevalece o discurso baseado nas políticas afirmativas. Esse discurso argumenta que o Estado brasileiro formado com a Constituição Outorgada de 1824, durante o Primeiro Reinado, optou por um Estado brasileiro escravista e assentou este Estado sobre as desigualdades raciais, o que criou o racismo estrutural da sociedade brasileira, ou seja, o racismo que atua no nível das

instituições sociais, dizendo respeito à forma como estas funcionam, seguindo as forças sociais reconhecidas como legítimas na sociedade. Assim contribuindo para a naturalização e reprodução da hierarquia racial.

Esse racismo estrutural não se manifesta por atos explícitos ou declarados de discriminação orientados por motivos raciais, mas atuam de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes grupos raciais. Por esses motivos, os movimentos negros do período, atribuem uma responsabilidade histórica ao Estado Brasileiro de reparar os danos causados às populações afro-descendentes do Brasil, pela escravidão e pelo tipo de abolição que foi feita, que não criou mecanismos de integração do negro na sociedade brasileira.

Neste sentido, a utilização do conceito de racismo institucional permitiu uma compreensão mais ampla sobre a produção e a reprodução das desigualdades raciais e aumentou a possibilidade de resgatar, nas políticas públicas e nas políticas organizacionais, novas frentes de combate ao preconceito e à discriminação, e desalojou o debate do plano exclusivo das relações interpessoais e colocou-o nos termos de sua dimensão política e social.

As políticas afirmativas que começam a ser delineadas no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ganham intensidade no governo de Luis Inácio Lula da Silva, através da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR)¹⁷, vinculada diretamente à Presidência da República e com status de Ministério. A SEPPPIR foi criada com o objetivo de formular, coordenar e articular políticas de promoção da igualdade racial, de políticas de ação afirmativa e a proteção de direitos de indivíduos e grupos raciais afetados pela discriminação racial, com ênfase na população negra.

Também foi criado em 2003, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR)¹⁸, e lançada a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR)¹⁹. O CNPIR é um órgão colegiado de caráter consultivo, vinculado a SEPPPIR e tem como função propor políticas de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação e de promover a igualdade racial. Já a PNPIR, tem como objetivo reduzir as desigualdades raciais no Brasil, determinando algumas orientações básicas nesse

¹⁷ Criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, posteriormente transformada em na Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003.

¹⁸ Criado pelo Decreto nº 4.885.

¹⁹ Criado pelo Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003.

sentido, entre as quais se destacam: 1) a qualificação de gestores públicos e de professores; 2) o apoio ao “*etnodesenvolvimento*” de comunidades quilombolas; 3) a adoção de cotas no Ensino Superior e no mercado de trabalho; 4) o incentivo a programas de diversidade racial nas empresas; 5) o desenvolvimento de programas de saúde para a população negra. A PNPIR define também, os princípios norteadores da política racial: a transversalidade, a descentralização e a gestão democrática.

Dentre as políticas afirmativas propostas e defendidas pelos movimentos negros e pelas ações governamentais, nos deteremos a analisar as ligadas ao campo educacional, principalmente as relativas ao acesso dos afro-descendentes ao Ensino Superior, por ser esse o foco de nossa análise.

Segundo análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), das políticas sociais brasileiras do período 1995-2005 de promoção do acesso ao ensino superior, as ações governamentais podem ser agrupadas em três grupos: 1) as voltadas a preparação dos jovens negros para o vestibular, através da implementação do Programa Diversidade na Universidade; 2) as iniciativas de incrementar a presença de negros nas universidades privadas, especialmente por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI); 3) através da reserva de vagas nas universidades públicas.

O apoio aos cursos preparatórios para o vestibular surge no contexto da conferência de Durban, que recomenda a adoção de políticas afirmativas para redução das desigualdades raciais. Nesse sentido o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso cria na segunda metade de 2002 o Programa Diversidade na Universidade, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O programa visava estimular a criação de cursos pré-vestibulares para jovens negros, visando facilitar sua entrada nas universidades.

Nesse sentido o Ministério da Educação decidiu, também, apoiar cursos pré-vestibulares promovidos por entidades da sociedade civil.

No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Programa Diversidade na Universidade tem prosseguimento e é colocado sob a responsabilidade da Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), o que fez com que o enfoque do Programa se tornasse mais amplo e voltado para os três níveis de ensino, e não apenas para os cursos pré-vestibulares.

Segundo o IPEA a opção pelos cursos pré-vestibulares como política de enfrentamento das desigualdades raciais na educação refletia o debate que existia sobre

o tema na época e a alternativa encontrada pelo governo e por alguns setores políticos e acadêmicos para a reivindicação das cotas:

“De um lado, ampliavam-se as demandas por cotas raciais no ensino superior, medida defendida pela maioria das entidades do movimento negro. De outro, setores políticos e acadêmicos manifestavam sua resistência a esta proposta, entendendo que as provas vestibulares representavam uma garantia da prevaência dos critérios de mérito e isonomia no acesso ao ensino superior. Para estes grupos, a idéia de criar cursinhos pré-vestibulares parecia mais adequada do que a entrada direta de negros nas universidades por meio de cotas. Assim, esta iniciativa, atendia, em alguma medida, as demandas do movimento social por políticas educacionais inclusivas.” (IPEAS: 2005, 298)

Ações políticas públicas voltadas às universidades particulares, foram implementadas principalmente via Programa Universidade para Todos (PROUNI), que tem por objetivo conceder bolsas de estudos integrais e parciais aos estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas, e parte delas deve ser dirigida a negros e indígenas. Também podem concorrer a bolsas do PROUNI, professores do ensino básico na rede pública, para cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia e às instituições participantes do PROUNI são conferidos a isenção de alguns impostos e contribuições sociais²⁰.

O PROUNI, mesmo tendo uma cota para negros e indígenas, é um programa de enfoque social e não racial, tendo como objetivo principal estimular o acesso de jovens oriundos das classes mais pobres ao ensino superior. O que não inviabiliza a maior inserção de negros nas universidades, já que estes estão entre as parcelas mais desfavorecidas de nossa população.

Segundo análise do IPEA, o fator que possibilitou a negociação e a aprovação do PROUNI foi a grande quantidade de impostos e contribuições que as universidades particulares deixarão de pagar ao aderirem ao programa e, também, devido à existência de um grande número de vagas ociosas nessas instituições de ensino. Sendo assim, o PROUNI ajudou a resolver o problema do elevado número de estudantes com ensino médio concluído, mas sem recursos para pagar os estudos, devido ao alto preço dos

²⁰ As instituições que aderirem o PROUNI deixarão de pagar o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a Contribuição Social sobre o lucro líquido, a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social e a Contribuição para o Programa de Integração Social.

cursos superiores privados; e de outro a oferta excessiva de vagas em faculdades particulares.

Mas segundo o IPEA (2005):

“Certamente, a oferta de mais vagas no ensino público seria uma melhor opção, pois muitas das instituições particulares se caracterizam pela baixa qualidade da educação – o que, por sua vez, leva à necessidade de uma política rigorosa de concessão de licenças e de avaliação de cursos, por parte do governo federal. Não obstante, os jovens incluídos nessas instituições, em princípio, terão melhores condições para acessar o mercado de trabalho do que teriam se não chegassem ao ensino superior”. (IPEA: 2005, 200).

A política afirmativa de reserva de vagas nas universidades públicas para negros, sem dúvida é a política mais polêmica e que mais tem estimulado o debate e acirrado os ânimos em nossa sociedade, mesmo sabendo que as políticas afirmativas não se resumam a ela.

Desde que em 2003 a SEPPIR encarregou um grupo de trabalho de propor medidas que garantissem o acesso e a permanência dos estudantes negros nas universidades públicas federais, e esses especialistas entregaram um relatório demonstrando a necessidade de se adotarem políticas afirmativas de cotas para o ingresso de estudantes negros no ensino superior, criou-se uma forte oposição a essas políticas e o não acolhimento desta pelo Ministro da Educação da época, argumentando que a política de cotas não poderia ser implementada, pois faltava consenso sobre elas na sociedade. Mas, não obstante a oposição do ministro e independente da legislação nacional ou da coordenação federal, iniciativas instituindo cotas para o acesso ao ensino superior passaram a ser implantadas em todo o país. A primeira experiência foi fruto de uma iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que aprovou em 9 de outubro de 2002, um projeto de lei constituindo reserva de 40% das vagas para negros, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), o que foi seguido por outras Assembléias Legislativas e por iniciativas autônomas de Universidades Federais.

O debate em torno da política de cotas gira de um lado com a argumentação de que as políticas afirmativas deveriam ser feitas para os mais pobres, já que o problema da inserção do negro no ensino superior é um problema social e não racial. Portanto, as cotas - a reserva de vagas nas universidades públicas - deveriam ser para os estudantes

das escolas públicas; e também argumentam que se forem criadas cotas para negros nas universidades públicas, os alunos cotistas, por serem pobres não ficarão nas universidades, o que faria com que as vagas que foram separadas para eles fossem desperdiçadas; e como os alunos cotistas são menos preparados faria com que em pouco tempo caísse a qualidade de ensino nas universidades públicas. Do outro lado do debate a argumentação gira em torno dos dados que demonstram que se não forem aplicadas as cotas, os negros continuarão alijados da modalidade do Ensino Superior.

Analisando as tabelas abaixo, observaremos que os dados mostram que houve a adoção de uma política geral, o que fez aumentar a renda *per capita* geral, a dos brancos e a dos negros, mas os brancos se encontram situados acima da média *per capita* nacional, enquanto os negros, mesmo tendo tido sua renda *per capita* elevada, continuam tendo a metade da renda *per capita* dos brancos.

Tabela²¹ 1 – Brasil renda per capita – período (1992-2001)

	BRASIL	BRANCOS	NEGROS
1992	273,3	363,0	161,1
2001	356,4	481,6	205,4

Tabela²² 2 – Brasil renda domicilia média – período (1995-2005)

	BRANCOS	NEGROS
1995	582,0	245,0
2005	590,0	276,0

Tabela²³ 3 – Brasil porcentagem da população vivendo abaixo da linha da pobreza – período (1992-2001)

	BRANCOS	NEGROS
1995	25,6%	53,4%
2005	22,9%	46,3%

²¹ Fonte: IPEA (2002).

²² Fonte: IPEA (2005).

²³ Fonte: IPEA (2007).

Segundo o IPEA (2005), e baseado nos dados da tab. 3, mesmo com a taxa de redução do número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, a velocidade da redução é muito lenta, o que faria com que por essas proporções o Brasil só conseguisse eliminar a pobreza entre os negros, daqui a 65 anos e fazê-los chegar ao nível de pobreza dos brancos em 52 anos. O IPEA destaca ainda, que quase toda a redução se deu entre os anos de 2003 e 2005, o que representa dizer que não estamos diante de uma redução sustentada e sim, por enquanto, de um episódio muito recente.

Tabela²⁴ 4 – Ensino no Brasil = anos de estudos – período (1992-2001)

	BRASIL	BRANCOS	NEGROS
1992	4,9	5,9	3,6
2001	6,0	6,9	4,7

Tabela²⁵ 5 – Ensino no Brasil = anos de estudos – período (1995-2005)

	BRANCOS	NEGROS
1995	6,4	4,3
2005	7,8	6,0

*Branco e negro de 15 ou mais anos.

Observando os dados das tabelas 4 e 5, podemos constatar que está havendo um crescimento no nível de escolaridade das populações negras brasileiras, mas esses dados comprovam também que o maior crescimento da quantidade de anos de estudos entre as populações negras se processa, também, de maneira mais acentuada no período de 2003 em diante – quando a média de anos de estudos de um negro de mais de 15 anos salta de 5,5²⁶ em 2002 para 6,0 em 2005, isso devido em grande parte ao aprofundamento das políticas universais, para acabar com a pobreza – como querem os opositores das cotas - mas não vão resolver os problemas das populações afro-descendentes do Brasil, pois

²⁴ Fonte: IPEA (2002).

²⁵ Fonte: IPEA (2007).

²⁶ Conforme Gráfico 5 IPEA (2005: 286).

mesmo os dados das tabelas mostrando que aumentou o número de anos escolares de brancos e negros, os negros continuam a ter dois anos de estudos a menos que os brancos, por isso é inoperante, a curto prazo, o discurso que diz que as cotas não são necessárias e que basta melhorar a Escola Pública para que acabe a defasagem entre brancos e negros no Ensino Superior.

As políticas universais não conseguem igualar as condições sociais, educacionais e outras dos grupos particulares. Mas isso não significa que não devem existir as políticas universais. O que se quer dizer é que é preciso, por um tempo, fazer coexistir as políticas universais e as políticas particulares, ou seja, é preciso que coexistam as políticas universais em prol da melhoria da escola pública e ao mesmo tempo as políticas afirmativas – como as cotas para negros nas universidades públicas – para igualar a educação de brancos e negros no Brasil. As políticas particulares assim, não excluem as políticas universais e vice-versa.

2.2 A Fundação Zumbi: síntese e antítese do movimento negro campista.

Podemos situar os movimentos campistas dedicados às questões afro, muito ligados ao que acontece nos grandes centros do país, principalmente à cidade do Rio de Janeiro, manifestando a partir da década de 1980 a questão cultural de valorização dos elementos diaspóricos, da “mãe África”, ligados à busca de uma identidade negra, o que pode ser percebido nos grupos de teatro de Orávio de Campos e de Osório Peixoto e do resgate de danças afro-brasileiras, como o Jongo e a Mana Chica.

A Fundação Zumbi dos Palmares representa a passagem que acontece nos movimentos negros nacionais de uma visão cultural, da negritude, para uma visão mais política e de reivindicação de políticas afirmativas perante o poder público.

Nos primeiros anos de funcionamento da Fundação Zumbi, percebemos, através de seus ofícios enviados e recebidos, uma grande vontade dessa recém empossada diretoria de fazer parcerias. No ofício de nº 39/98 aparecem parcerias com a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), a Fundação Cultural Palmares do Distrito Federal e com a Universidade de Brasília (UNB), no tocante a um curso de

formação e capacitação de professores de história e áreas afins, que a Fundação Zumbi dos Palmares oferece à Rede Pública Municipal de Campos, para qualificar seus docentes em História e Cultura afro-brasileira; e também no ofício nº 65/98, endereçado ao senador Abdias do Nascimento, pedindo financiamento para a implementação de seis projetos: 1) inclusão do estudo da civilização africana nos currículos escolares da rede pública municipal, 2) reestruturação e ampliação do Projeto Mayombe (voltado para as artes e profissionalizante), 3) criação de um pré-vestibular para negros e carentes, 4) criação de um centro de convivência das populações de rua, 5) apoio e execução de projetos culturais de artistas negros da região, VI) projeto de pesquisa: “O Negro no Norte Fluminense – História, Cultura e Relações Sociais”, coordenado pela professora Lana Lage da Gama Lima, coordenadora da Câmara de Extensão e ação comunitária da UENF.

Há um grande desejo desses primeiros integrantes e parceiros da Fundação de aproveitarem o espaço conquistado junto ao poder público, e colocarem seus sonhos, seus projetos e suas idéias em prática. Pelo projeto enviado ao senador Abdias do Nascimento, observamos o desejo de contemplar através da Fundação todas as áreas carentes, deficitárias das populações afro. Eles atacam ao mesmo tempo a educação, a arte, a cultura, a pesquisa e os moradores de rua. Muitas cabeças! Muitas idéias! Mas se nota que não há muita experiência política, pois a diretoria da Fundação perde o prazo de enviar o projeto ao senador Abdias, para que este pudesse entrar no orçamento de 1999 da União. Outro fator que prova a falta de experiência é que a diretoria elabora um projeto abrangente demais, voltado para várias direções, em uma Fundação iniciante, com poucos recursos humanos e principalmente materiais.

No período de 1999 a 2003, a Fundação volta-se claramente para os projetos educacionais e culturais e começa a desenvolver seus projetos: o Mayombe²⁷ e o Pré-Vestibular para Afro-Descendentes e Carentes. O pré-vestibular inserido dentro de uma perspectiva de políticas públicas afirmativas, que nesse período norteia o pensamento do movimento negro nacional.

Através do ofício nº 40, de 27 de fevereiro de 2003, percebemos como vai crescendo a interferência da política partidária de Campos na política e funcionamento interno da Fundação, e como essa passa a controlar de maneira direta ou indireta os seus projetos, a sua composição e até a sua diretoria.

²⁷ Projeto que inclui: reforço escolar, aula de capoeira, aula de informática, aula de educação física, iniciação musical. A maior ênfase do projeto é a aula de reforço escolar.

O ano de 2003 corresponde ao ano em que Campos dos Goytacazes assiste a um racha político entre dois pedetistas: o ex-governador Garotinho e o então prefeito Arnaldo Vianna. No ofício nº 40/2003, o presidente da Fundação é citado pedindo exoneração da presidência por motivos de incompatibilidade política, ou seja, ele não pode continuar participando do governo municipal de Arnaldo Vianna, que agora se tornou inimigo político de Garotinho, a quem ele sempre foi leal. Os outros diretores da Fundação não perdem tempo em demonstrar todo o apoio ao prefeito, o que é comprovado pelas datas da reunião em que o presidente Gama comunica à diretoria o seu afastamento (28/02/03), e a data que a diretoria manda o ofício (27/02/03), ou seja, antes que o Gama oficializasse a sua saída junto ao prefeito²⁸. Outro ponto que demonstra o fator partidário na diretoria da Fundação é a declaração feita ao final do mesmo ofício pelos diretores que o enviaram ao prefeito: “Somos 100% Arnaldo Vianna”.

Após a exoneração do Gama, quem se torna presidente da Fundação é João José Ribeiro Damásio, continua como vice Rogério Rodrigues. Isso acontece por uma questão de proximidade política que o Damásio mantém com o prefeito, o que pode ser percebido através do ofício nº 216/2003 enviado pela Fundação ao Secretário de Planejamento da prefeitura, que tem ao seu final um elogio à coragem, à ousadia do prefeito e à manifestação de sua lealdade ao mesmo.

Na gestão do Damásio vemos um retorno do movimento ligado às questões afro em Campos para o foco cultural, da negritude e da luta por uma identidade negra, em parte porque o João Damásio é um cantor e está muito envolvido com a questão artística no município.

Nesse período notamos a permanência dos projetos iniciais da Fundação como: o Mayombe, o Disk Racismo e o Pré-Vestibular para afro-descendentes e carentes, mas percebemos claramente como os projetos atuantes e os projetos previstos privilegiam a parte artística. Isso pode ser percebido pelo projeto que passa a ser a menina dos olhos do novo presidente, o Concurso Beleza Negra, e pela quantidade de projetos artísticos propostos como a criação de um estúdio para cantores afro-descendentes e carentes, cursos de modelo nas comunidades carentes, uma rádio FM, entre outros.

Na portaria nº 267/04, o então prefeito Arnaldo Vianna nomeia Lúcia Damásio, para ocupar o cargo de presidente da Fundação, no lugar de seu marido, já que este está

²⁸ Fato que só ocorre em 11 de março de 2003, segundo ofício nº 51/2003.

se afastando do cargo por causa de sua candidatura a vereador nas próximas eleições municipais.

É interessante ressaltar que a presidência da Fundação nunca foi dada ao vice Rogério Rodrigues, que se encontra nesse cargo desde a criação da mesma. Por questões político-partidárias, se entrega a presidência a alguém que não está ligado à instituição e aos seus projetos; e coloca como responsável em responder pelo pré-vestibular, junto com a recém nomeada presidente, o diretor cultural Eduardo Guedes²⁹, e não ao vice-presidente, que foi um de seus implementadores. Esses fatos mostram que existem dois campos conflitantes dentro da diretoria da Fundação: um representado por Rogério Rodrigues, ligado ao grupo fundador e aos projetos educacionais como o pré-vestibular, os cursos preparatórios para concurso e as aulas de língua estrangeira; e o outro campo representado por João Damásio, apoiado nas relações estreitas com a vida partidária do município e ligado a projetos artísticos como o Concurso Beleza Negra.

Em novembro de 2004, João Damásio retorna à presidência da Fundação Zumbi, mas a partir do ano de 2005 o município de Campos tem um novo prefeito Carlos Alberto Campista. Esse nomeia Paulo Roberto Alves³⁰ para a presidência da Fundação e Rogério Rodrigues e Antônio Francisco Silva Filho para os mesmos cargos que ocupam desde a criação da Fundação, respectivamente, Assessor Administrativo Financeiro e Diretor do Departamento de Estudos, Pesquisas e Projetos³¹.

O presidente nomeado passa a ser mal visto pelos outros membros da diretoria da Fundação, pois argumentam que ele não é negro, não tem nenhum envolvimento com a causa negra e só está ocupando o cargo por uma questão político-partidária.

2005 é um ano tenso no município de Campos e na Fundação Zumbi dos Palmares. No município porque muitas irregularidades e fraudes do governo anterior são trazidas à tona no recém governo empossado; e na Fundação Zumbi porque o prefeito eleito, para reduzir gastos, retira a verba e os professores cedidos ao pré-vestibular da Fundação, fazendo com que esse só volte a funcionar em 28/11/2005.

Campos dos Goytacazes vive um estado de tensão com a expectativa do prefeito eleito ser cassado, a qualquer momento, por ter sido acusado de irregularidades em sua campanha eleitoral. A cassação acontece e são convocadas novas eleições municipais para 2006, que são vencidas por outro pedetista Alexandre Mocaiber. Esse novo prefeito

²⁹ Conforme ofício nº 176/04.

³⁰ Diário Oficial do Município (Jornal Monitor Campista) de 14/01/2005.

³¹ Conforme as portarias nº 442/2005 e nº 443/2005.

exonera Paulo Alves da presidência da Fundação e nomeia novamente João Damásio para o cargo, que o ocupa até março de 2008.

Pelos fatos descritos acima, a Fundação desde a sua criação, e principalmente a partir de 2003, perdeu sua liberdade de ação, por estar muito envolvida nas disputas e mazelas partidárias do Município de Campos.

A Fundação que nasceu dentro da vida partidária campista, mas cheia de sonhos e projetos se envolveu cada vez mais no que Gramsci chama de pequena política, de pequeno poder, perdendo a dimensão do macro, de preparar a organização das massas campistas, de criar um bloco histórico que mostrasse a sua maturidade e responsabilidade histórica nas alianças e coalizões com os demais grupos que lutam pela causa racial no município.

Sua diretoria percorreu o mesmo caminho das lideranças nacionais dos movimentos negros brasileiros das décadas de 70 e 80, o de se tornarem distantes dos “negros”, “pardos”, “escuros”, que dizem representar. Os negros do município não se sentem representados pela Fundação. Por estarem amarrados demais a compromissos partidários não conseguiram aglutinar os demais movimentos afros do município, nem liderá-los no sentido de uma construção da consciência negra, de raça do município.

Esses movimentos enfocando as questões populares e afro, mesmo sendo em número significativo, e estando presentes na região desde a década de 1980, não se sentem representados pela Fundação e nem contemplados e auxiliados por ela, o que criou um grande ressentimento desses grupos em relação à diretoria da mesma e um afastamento, fazendo com que esses grupos trabalhem em separado desta.

A Fundação Zumbi dos Palmares não tem conseguido cumprir o papel de fomentadora e de catalisadora de todos esses esforços individuais, para que o movimento negro ganhasse uma unidade e visibilidade maior diante da sociedade e do poder público, podendo assim influenciar positivamente a cidade de Campos dos Goytacazes - RJ tão marcada pela monocultura da cana-de-açúcar e pela exploração da mão-de-obra. Mas o que se percebe é que a mentalidade política e hierárquica em que a sociedade campista foi constituída permeia também a constituição dos movimentos sociais campistas, o que dificulta a troca de experiência e a união, a soma de esforços no meio dos movimentos sociais. Cada grupo e principalmente, cada líder de grupo quer manter o seu pequeno poder, quer reter o seu conhecimento e suas informações, não abrindo espaço para novos sujeitos e novas lideranças, o que se transforma num grande empecilho para o crescimento do movimento negro na cidade.

Sabemos que as lutas intestinas e as cisões não são uma especificidade dos movimentos sociais de Campos dos Goytacazes, pois se analisarmos apenas a ala do movimento negro ligada aos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes - PVNCS da Baixada Fluminense, vamos perceber dentro deles várias frações, vários conflitos que levaram à cisão em 1996 e à criação da Educação e Cidadania de afro-descendentes e Carentes - Educafro por Frei Davi, em 1997, e o seu posterior afastamento dos PVNCS.

Nessas disputas dentro dos PVNCS criaram-se três grupos que Santos (2003) assim caracteriza:

“Campo eclesial – de cunho religioso católico tradicional, centralizadores, rara consciência em nível de conjuntura, baseiam-se no voluntariado assistencialista e paternalistas, contrários a financiamento externo, e também contrários à regulamentação jurídica e institucionalização,... descaracterizam as decisões do coletivo (Assembléias, Conselho Geral, Equipes).

Campo amplo – heterogêneo - ligado a vários segmentos do movimento popular, partidos de esquerda, bastante experiência política, grande parte com nível superior ou pós-graduandos, agnósticos, candomblecistas, religiosos católicos, ecumênicos e protestantes, defensores do financiamento externo e criação de estatutos, vêm com reservas as ligações com as instituições privadas de ensino, priorizando a questão racial.

Independentes – também com curso superior na sua maioria, simpáticos ao movimento, não se envolvem diretamente com as questões raciais étnicas, participam pouco das instâncias de decisões”. (SANTOS: 2003, 48-49).

Ao analisarmos os movimentos sociais em Campos dos Goytacazes e os ligados aos PVNCS da Baixada Fluminense, podemos perceber que eles não estão isentos de conflitos e mazelas, existem dentro deles sérias divergências, pontos de tensão e toda sorte de interesses de grupos e pessoais. Mas sabemos também que esses conflitos não existem apenas dentro dos movimentos negros, mas em todos os movimentos sociais e políticos; e também que esses conflitos não têm apenas um lado negativo, pejorativo, prejudicial. O conflito tem uma dimensão positiva, pelo fato que estimula o debate, a troca de idéias, a reformulação de pensamentos e ações, o repensar a prática social.

Como nos alerta Santos (2003), os anos de maior acirramento do conflito nos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes da Baixada Fluminense (PVNCS), foram os anos de maior crescimento e expansão desses pré-vestibulares, e quando o grupo dos independentes consegue afastar dos PVNCS, o campo eclesial e o amplo (ligados a

vários segmentos do movimento popular) os PVNCS enfraquecem e perdem visibilidade.

Levando a dimensão positiva do conflito para o caso campista da Fundação Zumbi dos Palmares, percebemos que a partir de 2003, quando iniciam propriamente os conflitos internos, a Fundação vai se estruturando e crescendo, mas apesar desse crescimento vai perdendo muito de sua liberdade e de seus sonhos iniciais.

A dimensão positiva dada por Santos aos PVNCS da Baixada Fluminense fazia o movimento crescer, pois envolvia o debate, idéias, correntes ideológicas e políticas diferentes. O conflito girava em torno de lideranças espontâneas do movimento e do fato de deixar ou não o movimento autônomo em relação ao poder público.

Já na Fundação os conflitos giram em torno da política partidária do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que nomeia seu presidente e o restante da diretoria, e com isso subordina toda a Fundação e suas ações, fazendo com que esses diretores para se manterem no cargo tenham que exercer a política, não a grande política, mas a pequena política. Isso faz com que seus conflitos, mesmo tendo a aparência de serem conflitos em torno de idéias e projetos – o artístico ou o educacional -, no fundo são uma disputa pelo pequeno poder que as alianças e compromissos partidários podem trazer, o que faz com que muitas pessoas que assumiram ou assumem a liderança da Fundação não sejam líderes espontâneos que os movimentos sociais fazem surgir.

3. A FUNDAÇÃO ZUMBI E SEU PRÉ-VESTIBULAR.

Em 30 de agosto de 1999 foi implantado o Pré – Vestibular na Fundação Zumbi dos Palmares o que gerou um debate dentro dessa instituição e dentro dos órgãos do poder constituído, quanto aos critérios que deveriam ser escolhidos e definidos para sua efetivação. Em primeiro lugar se discutiu sobre a terminologia que se daria ao Pré – Vestibular: pré – vestibular para negros ou pré – vestibular para afro – descendentes e carentes? Em segundo lugar que critérios seriam utilizados para selecionar os alunos interessados em cursar o pré – vestibular?

Venceu a terminologia Pré – Vestibular para afro - descendentes e carentes, pois se chegou à conclusão de que a sociedade, naquele momento, não estaria preparada para lidar com a questão nua e crua de um pré – vestibular para negros carentes e ficaria chocada rejeitando o projeto, por isso se amenizou para a terminologia afro – descendentes e carentes.

Também porque se entendeu que se fechasse o pré – vestibular apenas para negros carentes, a Fundação estaria praticando um processo de exclusão, o que não era sua intenção.

A Fundação e o Movimento Negro campista sempre militaram pela educação, pois a entendem como libertária e includente, portanto a sua proposta era incluir o negro sem excluir o branco, pois o racismo não é nocivo apenas para o negro, mas para toda a sociedade.

Também foram estabelecidos quatro critérios em ordem decrescente para triagem e seleção dos interessados em ingressar no Pré – Vestibular da Fundação: 1) Critério sócio-econômico; 2) Alunos oriundos de escolas públicas; 3) Alunos há muito afastados dos bancos escolares; 4) Questão étnica – ser afro-descendente.

O Pré – Vestibular da Fundação Zumbi foi criado dentro de uma perspectiva de políticas públicas afirmativas, não com a idéia de resolver os graves problemas de exclusão das populações negras, mas de minimizá-los, de garantir um maior acesso do afro-descendente carente à universidade.

Teve como seu primeiro lugar de funcionamento a Escola Municipal Luiz Sobral, em Guarus – bairro periférico de Campos. No seu primeiro ano funcionou com um total de 22 professores, 16 disciplinas e uma turma inicial de 70 alunos, chegando ao final dos três primeiros meses de funcionamento com 150.

Nos seus três primeiros meses de funcionamento aprovou três alunos para Universidades públicas do município (Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF; Universidade Federal Fluminense – UFF) e diversos para Universidades privadas (Univero, FAFIC, e outras). O Pré – Vestibular teve uma grande aceitação por parte da comunidade e se transformou no carro chefe da Fundação Zumbi dos Palmares.

Atualmente o Pré – Vestibular da Fundação Zumbi dos Palmares e a Organização Não-Governamental Centro de Referência da Cultura Afro-Brasileira Abdias do Nascimento (CECAB), funcionam em horário de três turnos (manhã, tarde e noite) com uma capacidade de duzentos alunos por turno, ou seja, no início do ano letivo são oferecidas 1200 vagas, que vão diminuindo de acordo com o que os alunos vão passando nos vestibulares ou se ampliando de acordo com a procura.

Sua grade curricular segue a mesma das escolas públicas regulares e se divide em: Português, Literatura, Redação, Biologia 1 e 2, Química 1 e 2, Matemática 1 e 2, Física 1 e 2, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, Inglês e Espanhol.

Seus professores, quando não são disponibilizados pela rede municipal de educação de Campos, são recrutados para trabalharem em sistema de contrato pela coordenadora pedagógica, que atende a Fundação Zumbi dos Palmares e a ONG CECAB – Abdias do Nascimento mediante análise de currículo vitae levando em conta a formação para a área que pleiteia e análise do perfil do professor que deve ser capacitado para lidar com turmas muito heterogêneas, principalmente no que diz respeito à faixa etária e às diferenças de aprendizagem.

A triagem dos alunos é feita pela assistente social da Fundação, levando em conta os mesmos critérios estabelecidos pela Fundação e já citados acima.

De posse dos dados acima podemos analisar alguns aspectos do Pré – Vestibular da fundação Zumbi dos Palmares em que ele rompe com os PVNCS nacionais, especificamente os PVNCS da Baixada fluminense.

O primeiro aspecto é que o PVNC nasce na autogestão e na não criação de aparatos jurídico-institucionais, com predominância da influência negro-eclesial – representada na figura do Frei Davi; e com o crescimento e expansão dos PVNCS surge uma cisão dentro do movimento, o que gera uma cisão com o grupo que quer a construção de um aparato institucional com configuração de ONG.

Já o Pré – vestibular da Fundação Zumbi nasce dentro de uma Escola Municipal, ou seja, já nasce ligado ao poder constituído e só em 2005 é que se trava uma discussão dentro do movimento no sentido de ganhar um pouco de autonomia em relação ao poder público e criar uma Organização Não-Governamental Centro de Referência da Cultura Afro-Brasileira Abdias do Nascimento – CECAB.

O segundo aspecto diz respeito aos professores que lecionam nesses pres. Os dos PVNCS são voluntários e alguns ainda em processo de graduação; Os do pré da Fundação ou são professores concursados cedidos à Fundação pela Secretaria Municipal de Educação do município ou são contratados pela coordenação da instituição, sendo um dos quesitos o de ser graduado.

Nesse sentido o pré – vestibular da Fundação Zumbi avança em relação aos PVNCS da Baixada Fluminense na medida em que preserva o magistério como profissão, mas ao mesmo tempo o subordina ao poder constituído.

Em relação aos dias letivos, os alunos do pré da Fundação têm aulas durante todos os dias da semana e durante apenas meio período, podendo optar por manhã, tarde ou noite. Isso ocorre devido aos quadros regulares de professores, coordenadores e funcionários que possui; já os PVNCS, por trabalharem com voluntariado, têm aulas somente aos sábados e durante todo o dia.

Um ponto em que os PVNCS da Baixada avançam em relação ao da Fundação é a existência da disciplina cultura e cidadania, que é ministrada em conjunto com as demais disciplinas exigidas nos vestibulares. Mesmo com todos os problemas que essa disciplina possa enfrentar no dia – a – dia dos PVNCS, ela é uma tentativa de diálogo, de conscientização dos alunos e professores sobre questões polêmicas como preconceito, direito, luta, raça e cidadania.

Um ponto de convergência analisado entre os dois é o grande descompasso que existe entre os dirigentes e o cotidiano das bases (professores, alunos, coordenadores, funcionários).

O discurso geral dos dirigentes é calcado pelas lutas fundadoras do movimento: a politização da ação e luta contra o racismo, mas não conseguem chegar às bases, ou

geralmente, não são tidas como essenciais para estes. O que se pode observar é que a maioria dos alunos está mais interessada nos conhecimentos sistemáticos que lhes darão condições de galgar a universidade do que com as questões étnicas e democráticas; e os professores, devido à sua transitoriedade, se limitam em grande parte às aulas dadas.

Analisando especificamente a Fundação Zumbi dos Palmares e seu Pré – Vestibular, percebemos que existem dois mundos: os dos dirigentes que mantêm o discurso étnico, democrático e da luta contra o racismo; e o das bases: funcionários, alunos e professores, que em sua maioria estão distantes das questões étnicas e encaram o Pré – vestibular da Fundação como um pré “regular”, cumprindo apenas o papel que lhes é atribuído.

Outra semelhança entre os dois pré – vestibulares é a grande aceitação que conseguiram na sociedade, na mídia e no poder constituído.

É inegável que o Pré – vestibular da Fundação Zumbi dos Palmares é o que dá legitimidade e visibilidade à Fundação frente à sociedade campista, como é inegável também como seu sucesso dá visibilidade aos seus criadores e diretores.

Concomitantemente o poder constituído também recebe grandes benesses ao patrocinar, incentivar ou procurar parcerias com esses pres, pois consegue assim captar as boas graças que esses pres adquiriram na sociedade civil.

Usando o município de Campos dos Goytacazes para exemplificar a afirmação acima observamos que os prefeitos de Campos, mesmo reservando o menor orçamento para a Fundação Zumbi dos Palmares e deixando-a até relegada ao segundo plano em relação à Fundação Jornalista Osvaldo Lima e a Fundação Trianon, não abrem mão dela, já que ela, e principalmente seu pré – vestibular para afro-descendentes e carentes, representa uma grande arma propagandística e eleitoral numa sociedade em que crescem a cada dia os debates em torno das questões étnicas e das políticas afirmativas.

Vamos analisar através de seus ofícios como a Fundação Zumbi que foi criada no governo do prefeito Garotinho (1997), mas estruturada e alicerçada no governo Arnaldo França Vianna, devido ao afastamento do primeiro da prefeitura para se candidatar a Governador do Estado do Rio de Janeiro, era ao mesmo tempo relegada e imprescindível para o governo municipal de Campos dos Goytacazes - RJ.

De acordo com os ofícios nº 3 de sete de abril de 1998 a Fundação Zumbi criada em 1997, ainda não tem um espaço físico; no de nº 21 de 14 de maio, a diretoria pede ao prefeito que autorize a compra dos móveis básicos para o funcionamento da Fundação; no ofício nº 32 de 18 de junho eles solicitam uma linha telefônica e no ofício

de nº 34, de 19 de junho do mesmo ano, eles pedem a compra de materiais elementares como: caneta, papel higiênico, etc., para que possam funcionar, e acrescentam uma frase muito interessante “*sem recursos próprios, ou de qualquer natureza, a mesma está vinculada ao gabinete do prefeito Arnaldo Vianna*”.

Os ofícios mostram como a Fundação Zumbi era totalmente dependente das benesses e da disposição política do prefeito de arrumar um lugar para a Fundação funcionar e os elementos básicos para este funcionamento. Em pleno mês de junho a Fundação ainda não tem os meios materiais para o seu funcionamento, e sua primeira sede foi no Palácio da Cultura, onde funciona a Secretaria Municipal de Educação, ou seja, a Fundação não ocupava um espaço próprio, se instalando em um espaço cedido pela citada secretaria.

Até meados de 1998 a Fundação não contava com computadores em suas dependências³², não tinha o seu conselho curador³³ nomeado, não havia tomadas³⁴ e lâmpadas suficientes em suas salas e não dispunham de nenhum veículo³⁵ que a auxiliasse no trabalho de conscientização étnico-racial que era realizado nas escolas da rede municipal, mas em nenhum momento o governo municipal se recusa a atendê-los ou os descarta. Os utiliza como algo não urgente, mas que precisa estar a mão quando necessário.

Mesmo levantando os pontos acima, eles não obscurecem o avanço que constitui a Fundação Zumbi dos Palmares no contexto político e social de Campos e de suas populações negras, mas ainda há muito que avançar, principalmente no sentido de fazer com que os grupos subalternos, no caso os afro-descendentes e carentes, emancipem - se, tornem - se dirigentes.

Gramsci analisa que é dentro da sociedade civil que agem os intelectuais, e ele destaca a importância de se formarem intelectuais orgânicos em nossa sociedade, intelectuais que não se sintam superiores às massas, mas ajam junto a elas, no sentido de ajudá-las no seu processo de emancipação, no processo em que esses grupos subalternos que são caracterizados pela fragmentação, pelos interesses múltiplos, possam romper com o senso comum, o discurso dominante e começar a lutar pela hegemonia. E como a hegemonia é vista por Gramsci como uma “relação pedagógica”, de aprendizado da

³² Pois dos ofícios de nº 32/98 ao de nº69/98 é usado a máquina de escrever, que foi um dos itens pedidos no ofício nº21, de 14 de maio, em que pedem quatro mesas para máquinas de escrever, e nenhuma de computador.

³³ De acordo com o ofício de nº 35/98.

³⁴ Conforme ofício nº 30, de 26 de junho de 2008.

³⁵ Ofício nº 54/98, de 11 de agosto de 1998.

liberdade, da autodeterminação, é preciso que haja uma junção entre a diretoria da Fundação Zumbi dos Palmares e as suas bases, pois só assim a Fundação vai se constituir verdadeiramente em uma ponte ligando o poder constituinte ao poder constituído.

3.1 Vestibular para negros e carentes: solução branca para um problema negro?

Segundo Gomes (2001), o vestibular representa uma “*discriminação por impacto desproporcional*”, pois coloca no mesmo dia e na mesma hora, agentes sociais que, por conta de processos sócio-históricos diferenciados, carregam quantidade absolutamente desigual de capital cultural, e a esses agentes é apresentada a mesma prova.

Os pré - vestibulares foram criados em nossa sociedade e vêm sendo difundidos para dar condições para que as pessoas, principalmente de classe média, tenham condições de fechar as lacunas dos conhecimentos ou aprofundar seus conhecimentos para que possam pleitear uma difícil vaga nas universidades públicas e nos cursos de maior prestígio social, que correlatamente são os mais procurados pela maioria dos vestibulandos e os que apresentam maior dificuldade para entrar.

Na década de 1960, quando muito se discutia sobre a ampliação de vaga nas universidades públicas brasileiras e na democratização do ensino foram criados pré-vestibulares populares, com o intuito de viabilizar o acesso dos estudantes menos favorecidos financeiramente ao Ensino Superior.

Em 1993 foram criados os Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNCS) na Baixada Fluminense sobre a liderança de Frei Davi e outros militantes, com o objetivo de viabilizar o acesso de afro-descendentes e carentes ao Ensino Superior, tendo como base a politização da ação e a questão racial, diante da dificuldade apresentada pelas pesquisas de um afro-descendente chegar à Universidade.

Podemos perceber que o movimento negro da Baixada Fluminense e posteriormente de muitos outros lugares usou a estratégia dos pré-vestibulares como uma trincheira de luta para a democratização do ensino superior, principalmente entre os setores afros da sociedade.

Analisando o que vem a ser um pré – vestibular, constatamos que ele não passa de uma aula de reforço, pois não é legalizado, não tem estatuto e não faz parte da formação básica de um indivíduo, nem de sua especialização, mas apenas tem a função de dar maior condição de seu freqüentador vencer esse grande obstáculo – que se tem constituído o vestibular em nossa sociedade.

Cursos pré-vestibulares não rompem com a questão do mérito, tão caro à nossa sociedade liberal burguesa, por isso dá para entender por que na década de 1990, entre os vários movimentos e ações implementadas pelo movimento negro nacional, o Estado – pressionado externamente e internamente – procura se aproximar e legitimar os PVNCS já que estes estavam de acordo com seu modelo meritório e liberal e também por ter grande legitimidade diante da sociedade civil.

Os governos, de maneira geral, gostam dos pré-vestibulares voltados para as camadas subalternas, pois eles preenchem as lacunas do ensino público sem incomodá-los, sem fazer com que tenham que investir recursos, tempo, estratégias para melhorar a qualidade da escola pública.

Esses pré-vestibulares têm cumprido um papel que segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, pertence ao ensino médio e à educação básica como um todo, pois no seu art. 22 ela diz que “*a Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum e indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores*”. Diz também que o Ensino Médio possui função síntese da Educação Básica, constituindo-se um elo entre esse nível escolar e o Superior. Assim sendo, a finalidade do Ensino Médio é dar condições ao educando de dar prosseguimento aos seus estudos, exercer a sua cidadania e prepara -lo para o mundo do trabalho.

Sendo o Ensino Superior a etapa posterior ao Ensino Médio, o educando deveria ter condições de ingressar automaticamente ao término do Ensino Médio nessa nova fase de seus estudos. Só que na prática não é isso que acontece. Existem vários fatores que fazem com que o educando ao término do Ensino Médio não entre logo no Ensino Superior, entre eles a baixa oferta de vagas nas Universidades Públicas, a grande concorrência nos cursos de maior prestígio social e para a maioria das classes subalternas a baixa qualidade do ensino da Escola Pública.

A coleta de dados feita entre os alunos do Pré-Vestibular da Fundação Zumbi dos Palmares, confirma o último fator descrito acima, pois como todos eles são oriundos de Escolas Públicas pudemos detectar em suas falas e na de seus professores as grandes

dificuldades que esses alunos vêm trazendo, mesmo já tendo terminado o Ensino Médio. Um ponto comum à fala de todos os alunos: a falta de professores nas áreas de Biologia, Química, Física e Matemática. Esse problema que não é exclusividade da Escola Pública do Município de Campos dos Goytacazes, mas que afeta todo o país, tem feito com que os alunos que ingressam no pré-vestibular estejam vendo pela primeira vez, ou quase, matérias que eles deveriam apenas estar lembrando. Por esse motivo os professores dessas disciplinas relataram que têm que ter estratégias, metodologias para ministrarem suas aulas, pois têm que dar uma grande quantidade de matéria, a turmas muito heterogêneas em questão de idade e nível de aprendizagem e ainda com o agravante de que a maioria da turma nunca “viu” aqueles conteúdos, ou se os viram foi de maneira superficial e insuficiente.

Outro fator destacado na pesquisa foi a grande quantidade de alunos que completaram o Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa EJA, que antes da LDB de 1996 era denominada de Supletivo³⁶ e atendia, majoritariamente, a alunos em defasagem idade/série, principalmente adultos e idosos, se propagou após a nova LDB e se tornou uma grande e vantajosa alternativa, não só para os adultos e idosos, mas para adolescentes e jovens em geral, pois estes vêm na EJA uma oportunidade de acelerar os seus estudos do Ensino Médio de três anos para um ano e meio, e assim ingressar rapidamente no mercado de trabalho. Só que entre os alunos do pré da Fundação os que mais apresentam dificuldades são os alunos oriundos da EJA, e esses mesmos alunos quando perguntados por que procuraram o pré-vestibular da Fundação responderam que o procuraram pelo fato de terem cursado a EJA e de não se sentirem preparados para prestar um vestibular, nem um concurso para emprego.

A EJA, além das dificuldades que assolam todo o ensino Médio das Escolas Públicas, como a falta de professores, ainda sofre com o aceleração e a baixa quantidade dos conteúdos dados, já que os conteúdos que seriam dados em três anos terão que ser vistos na metade do tempo.

Esses fatores citados acima levam os alunos do Pré-Vestibular da Fundação a terem que repetir o pré por vários anos para conseguirem acompanhar as aulas e se sentirem seguros para prestar o vestibular.

Grande parte dos alunos, principalmente os das turmas da manhã e da noite, que em geral são adultos e já concluíram o Ensino Médio há mais de dois anos, relataram

³⁶ Nomenclatura oficial usada na LDB 5.692/71.

que estão cursando o pré pela segunda vez. Ou seja, o aluno que chega ao pré-vestibular, com o Ensino Médio concluído precisa passar em média, mais dois anos fazendo uma aula intensiva de reforço e complementação de seus estudos, e em casos extremos três anos. Isso equivale dizer que: a grande maioria dos alunos, têm que cursar o equivalente a um outro Ensino Médio.

Os dados citados acima podem nos dar alguns indicativos da situação de precariedade em que se encontra o Ensino Médio e a Educação Pública como um todo. Também o fato de como os pré-vestibulares populares e afros estão usando uma arma branca para um problema negro, pois mesmo que seja louvável a atitude de reforçar a educação dos afro-descendentes e carentes, estes ainda continuarão em defasagem em relação às classes médias e ricas, pois esses colocam seus filhos para estudarem em escolas particulares, em sua maioria de renome, onde não faltam professores, há abundância de recursos e esses alunos quando vão para o pré-vestibular vão apenas para relembrar, para aprofundar os conhecimentos que já tiveram no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, enquanto os afro-descendentes e carentes usam em sua maioria os pres para aprenderem conteúdos que nunca viram. Isso faz com que a disputa continue desleal e as classes médias e ricas continuem a entrar nas Universidades Públicas e nos cursos de melhor prestígio social, enquanto afro-descendentes e carentes entram, em sua maioria, em universidades particulares ou nos cursos das Universidades Públicas de menor prestígio social.

Em sua grande maioria os alunos aprovados pelo pré-vestibular da Fundação Zumbi dos Palmares, estão em Faculdades particulares do município nos cursos de licenciatura, o que pode ser comprovado pela quantidade de ofícios enviados pela direção da Fundação ao prefeito de Campos pedindo a liberação de bolsas de estudo para os alunos aprovados e pelos dados do IBGE/2007 da situação do ensino no município de Campos.

No ofício 24/2004 solicitam-se bolsas de estudos da prefeitura para 30 alunos oriundos do pré. Desses 30³⁷ alunos, 13 estão se encaminhando para as licenciaturas e 1 para o Normal Superior, ou seja, quase metade (14) vai para os cursos mais baratos e os que possuem menor prestígio social em nossa sociedade. Apenas 4 se encaminham para Engenharia e 5 para Direito. E em relação às universidades de maior prestígio no município constam 3 alunos para a Faculdade de Direito de Campos, 4 para a Cândido

³⁷ Sete alunos não foram especificados em relação a seus cursos.

Mendes e nenhum para as Universidades Públicas: Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, Universidade Federal Fluminense – UFF e Centro Federal de Tecnologia – CEFET.

Segundo os dados do IBGE³⁸, sobre a situação do Ensino no Município de Campos dos Goytacazes no ano de 2006, no referente a número de matrículas, docentes e rede escolar observamos que o município conta com 299 escolas de Ensino Fundamental, sendo 233 públicas (93 estaduais e 137 municipais) e 66 particulares; 53 escolas de Ensino Médio, sendo 37 estaduais, 1 federal, 3 municipais e 12 privadas; e 7 instituições de Ensino Superior, sendo 1 estadual, 1 federal e 5 privadas.

Seguindo a observação dos dados do IBGE constatamos que a maioria da população campista completa seus estudos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio na rede pública, seja na Municipal ou Estadual³⁹ e o Ensino Superior na rede de ensino privada. Mesmo o município contando com duas instituições de Ensino Superior Público, a maioria das instituições de Ensino Superior do Município é privada, e são elas que recebem a maioria dos alunos, o que pode ser comprovado pela análise do número de matrículas. Das 22.337⁴⁰ matrículas feitas em 2005 no Ensino Superior de Campos, 18.379 foram feitas em estabelecimentos de ensino privado, contra, apenas, 1.982 na Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF e 1.975 no Federal - Centro Federal de Tecnologia de Campos (CEFET – Campos). Levando em conta que a UENF e o CEFET não matriculam apenas campistas, mas alunos advindos de municípios vizinhos e até de outros estados – como é o caso da UENF, o número se reduz mais ainda.

De acordo com o quadro⁴¹ de bolsas ofertadas pelos municípios para o segundo semestre de 2007 do PROUNI, o município de Campos ofertou 106 bolsas integrais e 48 bolsas parciais, totalizando 154 bolsas. Ainda segundo a Portaria nº 324/2002 e a Lei nº 7.207, de 27 de março de 2002, a prefeitura de Campos concede bolsas de estudos para os servidores municipais, seus dependentes e para os alunos carentes da

³⁸ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/tmas.php?nomemun=campos>. Acesso em: 18 de março de 2008.

³⁹ Das 74.005 matrículas feitas para o Ensino Fundamental na rede escolar no ano de 2006, 62.117 foram feitas na Escola Pública; e das 19.637 matrículas feitas no Ensino Médio 17.186 foram na Escola Pública. IBGE (2007)

⁴⁰ O número de matrículas no Ensino Superior é maior do que o número total de matrículas do Ensino Médio porque o município recebe uma grande quantidade de estudantes advindos dos municípios vizinhos como: Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Cardoso Moreira, Carapebus, Italva, Itaperuna, Macaé, Quissamã, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco, São João da Barra e outros.

⁴¹ Disponível em: <http://www.prouni.mec.gov.br>. Acesso em: 18 de março de 2008.

comunidade. O que comprova que a maioria dos estudantes do Ensino Médio do município se dirige às instituições privadas de Ensino Superior⁴².

Os dados citados acima demonstram o quanto o pré da Fundação, mesmo objetivando minimizar as dificuldades educacionais dos afro-descendentes e carentes contribui para, perpetuação da situação de subordinação social dessa população, no sentido de não romper com o círculo vicioso do ensino em nossa sociedade.

Uma das formas de romper com esse círculo vicioso é fazer com que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio cumpram as suas funções de fornecer meios para que o indivíduo progrida no trabalho e em estudos posteriores, sem precisar do reforço dos pré-vestibulares, ou que precisem do mínimo possível para enfrentar a concorrência dos vestibulares públicos, e que se amplie o número de vagas nas Universidades Públicas.

Isto não quer dizer que se deve eliminar o pré-vestibular para afro-descendentes e carentes, mas que concomitantemente se lute pela qualidade do ensino da Escola Pública e pela ampliação de vagas nas Universidades Públicas, pois assim se estaria apresentando uma solução negra para um problema negro, já que, a maioria dos afro-descendentes brasileiros provêm da Escola Pública, e quase não têm acesso às Universidade Públicas.

Pensar uma solução negra para um problema negro é abandonar a imitação de projetos da classe média branca. É lutar pela Escola Pública de qualidade, lutar pela ampliação de vagas nas Universidades públicas, é não se contentar com o PRÓUNI, mas lutar por medidas efetivas e duradouras e não apenas por medidas emergenciais e paliativas, que não tocam a fundo o grande problema da educação brasileira, que é a baixa qualidade do ensino da escola pública, as más condições de trabalho e salários de seus docentes, a falta de estímulo ao magistério e ao crescimento de sua qualificação.

O PROUNI criado em 2004 se apresenta muito mais como um meio de abrandar o grande clamor das classes subalternas pelo Ensino Superior, do que um meio eficaz e democrático de resolver a questão, pois o Ensino Superior disponibilizado pelo PRÓUNI a essas camadas da população se baseia na idéia de inseri-la em Universidades privadas, muitas delas com baixa qualidade de ensino e não voltadas à pesquisa, o que faz com se perpetue o *status quo*: ensino de qualidade nas universidades públicas para as classes médias e ricas e um ensino inferior para as camadas subalternas.

⁴² Conforme uma correspondência recebida pela Fundação Zumbi a diretora da Universidade Salgado de Oliveira – Universo Campos encaminha a xerox da portaria citada acima em que a prefeitura concede bolsas de estudos para a sua instituição e encaminha a relação dos cursos que oferecem, pedindo que seja difundida entre os funcionários e os alunos do pré da Fundação.

Quando na década de 1960 as classes médias brasileiras clamaram pela ampliação de vagas nas Universidades públicas, o governo respondeu com a criação e propagação das Faculdades de Filosofias nos municípios do interior dos Estados, deixando as universidades públicas para os grandes centros.

Na década de 1990 e 2000, as classes subalternas clamaram pela ampliação de vagas nas universidades públicas o governo responde com o PROUNI.

Quando os movimentos negros brasileiros começaram a clamar pela inserção dos negros nas universidades públicas, o governo responde com as cotas. Ou seja, nas três situações em que o governo se viu pressionado a ampliar o número de vagas das Universidades Públicas ele respondeu da mesma maneira, com uma alternativa de baixo custo, e em geral de baixa qualidade, pois a grande maioria das Faculdades de Filosofias criadas a partir de 1960 e o PROUNI encaminham as classes desejosas do Ensino Superior para o ensino privado, que em geral não têm a excelência das Universidades públicas, nem se dedicam à pesquisa.

Sabendo da importância da pesquisa para a formação do educando do Ensino Superior e como ele cresce intelectualmente, criticamente e adquire confiança quando passa a ser construtor do seu conhecimento; e sabendo que a pesquisa contribui para o crescimento científico, profissional e de desenvolvimento de um país, entendemos que os governos brasileiros têm tomado sempre medidas paliativas, que agradam às classes subalternas, mas não atacam o problema de frente e não o resolvem. Essas medidas governamentais não transformam a sociedade, mas perpetuam o *status quo*. E o pior, ao incentivar o Ensino Superior privado, o governo através do PROUNI, não criou, nem está mantendo uma ação afirmativa como divulga todos os dias através da mídia, mas a mesma atitude questionada pela discussão que envolveu a LDB de 1961 e que permaneceu na de 1996, o repasse de dinheiro público para incentivar organizações privadas de ensino. Dinheiro que na verdade deveria ser investido nas escolas e universidades públicas.

Muitas faculdades particulares têm se mantido à custa dos repasses recebidos do PROUNI e muitos governos se reelegendo e se promovendo através dele.

Palavras correntes nos governos brasileiros e na mídia nessas últimas décadas foram políticas afirmativas. Segundo Joaquim Barbosa Gomes podemos entender como políticas afirmativas às “*políticas sociais, que nada mais são do que tentativas de concretização da igualdade substancial ou material*”. (Gomes: 2001).

Segundo ele, por muito tempo se acreditou no mito da neutralidade estatal, difundido pelo liberalismo desde o Iluminismo, e no princípio de igualdade perante a lei, em que bastava que um princípio fosse incluído na lei para que ele se tornasse real. A experiência mostrou justamente o contrário, que a igualdade jurídica nada mais era do que uma mera ficção e que o sujeito abstrato, genérico, destituído de cor, sexo, idade, classe social imaginado pelos liberais não existia. A realidade mostrou que mais importante do que a igualdade de oportunidades, importava a igualdade de condições, e que o sujeito abstrato deveria ser substituído pelo indivíduo especificado em categorias que levam em consideração gênero, idade, etnia, etc.

Assim segundo ele:

“(…) O Estado abandona a sua tradicional posição de neutralidade e de mero expectador dos embates que se travam no campo da convivência entre os homens e passa a atuar ativamente na busca da concretização da igualdade positiva nos textos constitucionais”. (BARBOSA: 2001, 6).

Segundo Barbosa igualdade positiva ou discriminação positiva seria dar tratamento preferencial a um grupo historicamente discriminado, de modo a colocá-lo em um nível de competição similar ao daqueles que historicamente se beneficiaram da sua exclusão.

“(…) Essa modalidade de discriminação, de caráter redistributivo e restaurador, destinada a corrigir uma situação de desigualdade historicamente comprovada, em geral se justifica pela sua natureza temporária e pelos objetivos sociais que se visa com ela a atingir”. (BARBOSA: 2001, 22).

No Brasil os grupos historicamente discriminados são os negros e os índios, por isso o governo federal criou políticas afirmativas para inserir esses grupos no Ensino Superior, já que estes estavam excluídos, em sua grande maioria dessa modalidade de ensino. Só que, como salienta Barbosa, essa discriminação positiva deve ser temporária, e não permanente e encarada como solução para o problema negro e indígena.

As cotas são medidas emergenciais e paliativas, mas não são a solução do problema; por isso devem ser medidas provisórias. Se elas se tornarem medidas

permanentes o problema da subalternização dos afro-descendentes no Brasil será mantida, já que não está se atacando o problema principal que é o da Escola Pública.

Nesse sentido os movimentos negros não devem negligenciar a luta pela Escola pública de qualidade que dê condições iguais aos afro-descendentes de ingressarem nas universidades públicas com os não negros.

É preciso salvar a Escola Pública. Pressionar o governo a não se limitar às medidas emergenciais, mas atacar o problema central que é o da precariedade do ensino público.

A sociedade e seus movimentos instituintes devem travar guerra, luta, com o governo e o capital, para que seu projeto de escola pública seja hegemônico.

Os movimentos negros devem lutar para não usarem armas que não são suas. Não devem lutar para inserir o negro nessa sociedade que está posta. Sua luta deve vislumbrar o além do que está posto, deve buscar suas próprias armas, buscar projetos alternativos de sociedade que dêem condições para que os afro-descendentes e carentes consigam vencer os grandes obstáculos colocados pelas desigualdades sociais que lhe foram impostas.

4. FUNDAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES: uma face no Estado e outra na sociedade civil.

Se nos detivermos apenas na visão de educação realizada pelo poder constituído, entendendo - o no sentido das políticas públicas, das leis, dos regimentos, das normas, dos documentos oficiais que norteiam a nossa educação, veremos uma realidade fria e desanimadora. Mas se percebermos como esse mesmo Estado possui dinâmicas que se articulam com a sociedade civil, por onde penetram as ações, os anseios, as lutas e a resistência desta, e como essa sociedade civil, ao se articular com este Estado, não o nega, treinaremos a olhar, também, em outra direção, na direção das ações do poder constituinte. Poderemos ver, como nos incentivam Célia Linhares e Regina Leite Garcia, *“jardins nos chãos de nossa escola”*:

“(…) Que sabemos sobre as experiências instituintes que, como rizomas inquietos e incontroláveis, vão revolucionando secretarias de educação, presas tantas vezes ao instituído? Que sabemos de tantos projetos, resultado de uma solidariedade de preocupações, que vão aproximando e organizando professores e professoras e fazendo irromper jardins no chão de nossas escolas?” (LINHARES & GARCIA: 2001, 47).

Os movimentos constituintes, que nascem da força do movimento da sociedade, podem então ser encarados, como força capaz de provocar embates, tensões e mudar ou começar a mudar o que é injusto e opressor. Neste sentido, podem ser vistos como fator que geram mudanças, renovação e esperança, tanto para a educação como para a política:

“(…) possibilidades forjadas pelos movimentos instituintes, com os quais vamos reinventando a escola e a sociedade, nelas articulando ações includentes, acolhendo, respeitando e dialogando criticamente com diferentes formas de subjetividade, de linguagem, de tempos e de espaços educativos, como interfaces de uma democracia que urge por ser mais vivida e radicalizada” (LINHARES & SILVA: 2003, 12).

De acordo ainda com Negri (2002):

“(…) Um mundo político, muitos mundos políticos, no ocidente e no oriente, estão desmoronando com a exaustão do poder constituinte. Aquela política do passado, que fez do poder constituído sua única trama, mostra-se, enfim, aos nossos olhos, como dimensão apodrecida e feroz. O tempo da política parece obscuramente opaco, mas é percorrido pelo processo contínuo da multidão. De tempos em tempos, este movimento vem à tona. A materialidade metafísica do poder constituinte manifesta-se em enormes incêndios que iluminam de multidão as praças dos impérios decadentes” (NEGRI: 2002, 46).

Segundo Negri existe uma tentativa da modernidade de controlar, de domar o poder que tem a multidão de fazer história. A modernidade faz de tudo para que a multidão não se exprima. Mas ele analisa que o poder constituinte é força que irrompe, que desfaz todo equilíbrio pré-existente e toda continuidade possível.

O poder constituinte representa uma extraordinária aceleração do tempo e está ligado à idéia de democracia como poder absoluto, por isso para ele poder constituinte está intimamente ligado à Revolução democrática, ou seja, o poder constituinte é um sujeito, o sujeito constituinte que se apresenta como ruptura do poder constituído e, alternativa a este. Por isso, toda vez que o poder constituído diz que a história terminou, *“o monstro [o poder constituinte] aparece para renegar toda normalidade, para declarar miserável a obediência e toda a crença. (...) O monstro nos salvará”*. (NEGRI: 2002, III – IV).

Em todo esse texto de Negri vemos o pulsar da Revolução, a referência ao marxismo, mas na sua concepção não é o proletário de Marx que vai fazer a revolução, mas a potência da multidão, pois analisa que essa teoria do proletariado já atingiu seu limite histórico. Ele utiliza o método de Marx da procura de um sujeito adequado à estrutura, mas não utiliza o mesmo sujeito de Marx – o proletariado, por entender que: vivemos em uma outra estrutura, muito diferente da vivida por Marx no final do século

XIX, por isso a luta de classe vivida nos dias atuais representa uma potência, mas vivida por um novo sujeito: a multidão.

Negri analisa o poder constituinte ao longo de vários momentos da modernidade como: em Maquiavel, na Revolução Inglesa, no processo de Constituição americana, na Revolução Francesa, em Marx e na Revolução Russa, e ao longo dessa análise observa como cada época e cada pensador internaliza o conceito de poder constituinte e como esse conceito vai se modificando, se tornando complexo e irrompendo das mais diferentes maneiras. Ele consegue perceber que em cada fato histórico analisado - ocorrido em épocas tão distantes, em circunstâncias tão adversas e com sujeitos tão peculiares -, que o poder constituinte apresenta continuidades: uma é a de ser uma trama cada vez mais complexa, complementar e progressiva, uma expressão racional de um denso projeto de emancipação da liberdade social e de sua realização na política e a outra é que a democracia é o projeto da multidão enquanto força criadora, enquanto deus vivo.

Diz ainda que não dá para entender o conceito de poder constituinte como algo pronto, fechado – como querem os juristas, mas como o conceito de uma crise, pois para ele o poder constituinte é o conceito de uma crise, já que na história da democracia e das constituições sempre houve uma grande tensão entre o poder constituinte e o poder constituído, e essa tensão nunca atingiu uma síntese, por isso não é possível entendê-lo procurando uma síntese, mas nos concentrando justamente no oposto, ou seja, na negatividade e no vazio dessa síntese.

“(…) O movimento do poder constituinte é inesgotável – novamente e sempre a *‘virtu’* enfrentará a *‘fortuna’*, o trabalho da sociedade entrará em confronto com o trabalho morto acumulado pelo poder. É nesta crise contínua, porém, que o poder constituinte vive, em busca de seu próprio devir”.(NEGRI: 2002, 423).

Negri entendendo a modernidade como um pensamento totalizador que procura aprisionar toda criatividade individual e coletiva dentro da racionalidade instrumental do modo de produção capitalista, mostra o porquê esta modernidade teme a multidão e a sua potência, o porquê dela usar todos os mecanismos para domesticar, destituir, superar ou sublimar essa “fera”. Ele mostra como a modernidade precisa retirar e negar a subjetividade e a racionalidade dessa multidão, pois essa não consegue lidar com um conceito tão imprevisível, potente e que é sinônimo de tudo que a modernidade mais

teme – a crise e a não-regulamentação. Mas Negri argumenta a necessidade da existência do poder constituinte, pois um poder político sem poder constituinte é como “*uma velha propriedade, não só improdutiva, mas nociva para seus trabalhadores e proprietários*”. (NEGRI: 2002, 460).

Analisando o pensamento de Negri exposto acima somos levados a algumas indagações. A primeira é: se ele diz que o sujeito que vai fazer a revolução não é mais o proletário de Marx, mas a multidão e a potência, quem seria a multidão?

Ele fala que usará o método de Marx de achar um sujeito para a estrutura, ele diz que esse novo sujeito é a multidão, mas no decorrer do seu texto cada fato histórico analisado, ou cada autor analisado vai deixando claro quem para ele é o sujeito do poder constituinte. Maquiavel diz que o sujeito constituinte é o povo em armas. Marx que é todo trabalho vivo e Lênin que é o partido bolchevique. Mas quando chega a hora do Negri nos dizer quem para ele representa o sujeito do poder constituinte, ele se resume a responder que é a multidão, e nos deixa num vazio, num turbilhão de idéias a procura de descobrir quem seria essa tal multidão.

A segunda indagação diz respeito à potência da multidão invadindo as praças e derrubando o poder constituído. O que teríamos após a derrubada do poder constituído? O que faria a multidão com as instituições, as leis, as crenças? Já que ele fala que o poder constituinte irrompe destruindo toda ordem, toda crença e todo equilíbrio pré-existente. Que multidão é essa que não está ligada a nada do poder constituído, que pode destruí-lo totalmente sem se destruir?

Entendemos que essas indagações e observações feitas acima representam alguns limites do conceito de *potência da multidão* de Negri, mas não o invalida, não o torna inadequado para designar o grande potencial e a grande força que possui os movimentos sociais, a sociedade civil frente ao poder constituído.

Por esse motivo utilizamos os conceitos negrianos em nosso trabalho, entendendo que eles se adequam ao tipo de mover e potência da sociedade civil que eles exprimem, do seu poder de pressão, de mudar a história, de conceder vida ao poder constituído e forçá-lo a transformar-se.

Os conceitos negrianos nos são úteis, pois conseguem expressar a força que entendemos possuir a sociedade civil e o vir a ser que trás implícito em si. Portanto, as suas limitações não invalidam a sua utilização para a abordagem que nos propomos, mas sabemos que apenas com eles não conseguiremos dar conta da complexidade que existe nas relações existentes da sociedade civil e de sua materialidade, por isso

complementaremos esses conceitos recorrendo ao conceito de sociedade civil capaz de transformar o Estado, a economia, a política pensada por Antônio Gramsci, que lhe atribui não papel terciário – como as idéias neoliberais -, mas papel central, na medida em que não a vê separada do próprio Estado. Para ele o Estado é composto da sociedade política (os tribunais, o parlamento, o exército, etc.) e da sociedade civil (as igrejas, escolas, partidos, etc.), não existindo uma dicotomia entre elas, mas uma interação, uma dialética, no sentido de que o Estado moderno não é visto apenas como um Estado - força ou apenas como o reino da burguesia, mas como uma instância que usa ao mesmo tempo a coerção e a hegemonia.

Gramsci analisa que um grupo antes de se tornar dominante na sociedade política já tem que ser dirigente, já tem que ter conseguido a hegemonia na sociedade civil, por isso a sociedade civil é tão importante para ele, pois é nela que se decidem os grupos hegemônicos, é nela que começam as mudanças, que se travam as lutas pelos projetos de sociedade que devem ser implementados pela sociedade política.

Ele percebe que nas complexas sociedades ocidentais, não adiantava assaltar o Estado, como aconteceu em 1917 na Rússia, achar que a transformação será rápida, instantânea, pois nessas sociedades os grupos dominantes não se baseiam apenas na coerção, mas conseguiram um amplo consenso no seio da sociedade civil, por isso as mudanças, as transformações devem passar de uma “guerra de movimento” para o que ele denomina de uma “guerra de trincheiras” ou de “posição” no seio da sociedade civil, luta esta que deve ser travada pelos grupos subalternos em prol de sua hegemonia, da hegemonia das classes subalternas.

Para Gramsci a hegemonia é uma relação educacional, em que os grupos subalternos vão aprendendo a se autogovernar, a se tornarem dirigentes, ou seja, especialistas e ao mesmo tempo políticos, e todo esse processo se dá no âmbito da sociedade civil, onde praticamente se enraízam as bases da hegemonia.

A grande questão para Gramsci é fazer com que os grupos subalternos consigam tornar seu projeto de sociedade hegemônico, que se tornem dirigentes, pois só assim poderão abrir mão do Estado burguês que temos e transformá-lo num Estado ético, em que a sociedade civil vai se fortalecendo, se educando, passando de uma fase econômico-corporativa para uma fase ético-política, até conseguir chegar a uma sociedade regulada, em que não desaparecerão os avanços alcançados pela sociedade política como as leis, os direitos, mas essas leis passarão a ser feitas pelos próprios sujeitos que vão obedecê-las e em que os direitos serão o direito de todos e não de

alguns.

Percebe-se o caráter emancipatório que a educação pode assumir nesta perspectiva, propiciando uma reforma intelectual que tome como ponto de partida o *sensu comum* – conhecimentos desagregados e alienados – de maneira a construir o *bom senso*, ou seja, uma concepção de mundo articulada pelas classes subalternizadas.

Tal processo possibilitaria às classes dominadas a construção de uma concepção de mundo mais homogênea, livre dos mecanismos que reforçam a dominação. A gestação de um projeto contra-hegemônico no plano superestrutural – das ideologias – se agregaria ao plano estrutural – a economia – na construção de uma vontade coletiva, pública, de uma cultura popular - revolucionária, capaz de fazer surgir uma *sociedade regulada*⁴³. Esta concepção se pauta na elevação das classes subalternizadas, onde a sociedade política pudesse ser definitivamente absorvida por uma *sociedade civil* derrubando o Estado capitalista, e garantindo, enfim, a hegemonia revolucionária e a assunção da direção de sua própria história por estas classes, o que não significaria o fim do Estado, mas sua recriação em outras bases.

É nessa concepção gramsciana de Estado e sociedade civil que procuraremos analisar a Fundação Zumbi dos Palmares, os seus avanços e recuos frente ao poder constituído.

4.1 O embate entre o poder constituído e o poder constituinte – CECAB.

Temos visto no Brasil uma grande preocupação do poder constituinte de ocupar espaços abandonados ou mal utilizados deixados pelo poder constituído seja na parte social, econômica, política ou educacional. Prova disso é a grande expansão de organizações não-governamentais (ONGS) e movimentos que lutam pelos direitos das minorias étnicas ou de setores marginalizados em nosso país. Só que não podemos

⁴³Recomendamos a leitura dos seguintes autores para o aprofundamento da discussão sobre *sociedade regulada* em Gramsci:

ACANDA, J.L. *Sociedade civil e hegemonia*. Tradução por Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p. 213

SEMERARO, G. *Gramsci e a sociedade civil*. Cultura e educação para a Democracia. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 92.

_____. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. São Paulo: Idéias e letras, 2006, p.

esquecer que esse grande mover do poder constituinte que vem ocorrendo em nosso país, principalmente a partir da década de 1990, não é isento de contradições, de dificuldades e de interesses particulares ou de grupos. Sabemos que é essencial que o poder constituinte participe ativamente das decisões políticas, econômicas e sociais de nosso país, e que é esse poder de luta e de pressão política que faz as nossas leis e governos avançarem no sentido de um Brasil mais democrático e mais igualitário, mas não podemos esquecer que o poder constituinte é um poder inserido dentro da dinâmica do Estado, não de um Estado reduzido apenas aos trâmites oficiais, mas de um Estado ampliado pensado por Gramsci como o entrelaçamento de sociedade política + sociedade civil, em que os embates que acontecem na sociedade civil, as lutas pela hegemonia entre os grupos é que constituem o Estado. Seguindo a idéia do Estado ampliado de Gramsci, não podemos esquecer que o poder constituinte trava suas lutas em um contexto político, em que precisa a todo momento tomar decisões, escolher lados, relacionar-se com o poder constituído seja enfrentando-o, aliando-se a ele, ou assumindo as duas posturas ao mesmo tempo quando sentir ser necessário, ou seja, sendo ao mesmo tempo uma associação que está vinculada ao poder estatal para usufruir de sua estabilidade e financiamento; mas ao mesmo tempo estando presente em organizações fora da alçada do constituído.

Essa relação entre o poder constituído e o poder constituinte pode ser visualizada na história da Fundação Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes – RJ em todas as suas possibilidades, o que nos dá uma idéia concreta de que a relação entre esses dois poderes não é neutra, nem destituída de interesses, mas se insere em embates políticos e econômicos, que vem sendo vencidos à base de muita luta, articulação e jogada política.

Em 1987, foi criada no município de Campos dos Goytacazes – RJ a ONG José do Patrocínio, uma iniciativa do poder constituinte que via a necessidade de que a questão negra campista fosse incluída nas políticas públicas do município.

Em janeiro de 1991, essa ONG realizou um simpósio nacional de cultura negra no município de Campos, com a participação de representantes do movimento negro campista e de vários estados brasileiros, intelectuais de renome nacional e autoridades políticas do município.

No simpósio se discutiu, entre outras questões, a idéia de políticas afirmativas para a população negra campista onde se cogitavam aulas de reforço escolar e a criação de um pré-vestibular. Essa discussão culminou na elaboração de um documento que foi encaminhado à Câmara dos Vereadores e ao então prefeito de Campos, sugerindo

políticas afirmativas para a população negra principalmente nas áreas de educação e saúde, mostrando por meios de dados estatísticos e científicos o pouco ou quase nenhum acesso do negro a Universidade e as doenças genéticas que atacam as populações negras.

O simpósio teve uma grande repercussão na mídia, e chocou profundamente as autoridades políticas do município ao se depararem com as questões étnicas e de políticas afirmativas apresentadas pelo poder constituinte. A ação conjunta da política pedetista, que priorizava o pagamento da dívida social do Brasil com as populações negras e a repercussão do simpósio culminou na criação da Assessoria Especial para Assuntos das Populações Negras, vinculada à Secretaria de Ação Social.

Essa Assessoria gerou um grande debate dentro da ONG José do Patrocínio, pois o seu então presidente José Augusto Souza Cândido, resistiu à idéia de institucionalizar o movimento na forma de uma Assessoria, pois na sua visão quando o movimento é encampado pelo poder público ele fica tolhido pelos interesses de quem governa e o que a sociedade civil puder fazer sem a esfera pública, seja Municipal, Estadual ou federal, a tornará mais autônoma. Mas essa ala que defendia a idéia de não-encampação da ONG foi vencida, e seus representantes não participaram da criação da Assessoria.

Como seu primeiro presidente a Assessoria teve Rogério Rodrigues Silva, ex-presidente da ONG José do Patrocínio que preservou a grande paixão e interesse desta ONG – o campo educacional, em sua presidência na Assessoria. Neste sentido implementou vários cursos de capacitação e propôs em 1993 um projeto, que foi encaminhado à Câmara dos Vereadores⁴⁴, pedindo a inclusão no currículo escolar municipal de conteúdos sobre a história do negro no Brasil.

A criação da Assessoria e, posteriormente a criação da Fundação Zumbi dos Palmares colocou os integrantes do movimento negro campista em dois lados opostos: um que defendia – como o representado por Cândido – a não-encampação do movimento pelo poder constituído e outro – representado por Rogério Rodrigues – o da encampação.

O grupo que defendia a encampação, e que saiu vitorioso, defendia que se relacionar com o poder constituído traria recursos, estabilidade e profissionais necessários para a realização de um projeto mais forte, independente financeiramente e mais visível diante da sociedade.

⁴⁴ Projeto nº 033/93 do vereador Arnaldo França Vianna, que se transformou na Lei nº 5.428/93, de 13 de maio de 1993.

Em 1999, a Fundação Zumbi dos Palmares cria o seu Pré-Vestibular para afro-descendentes e carentes, e esse Pré passa a ser o seu mais importante projeto e o que lhe dá maior projeção e resultados positivos junto à sociedade campista e ao poder público.

O Pré-Vestibular funcionou sem interrupção de 1999 a 2004, mas em 2005 na gestão do então prefeito Carlos Alberto Campista, o Pré-Vestibular da Fundação foi suspenso por ordem governamental, tendo como justificativa da então secretária de educação Elizabeth Campista, que a função educacional do município era arcar com as despesas do Ensino Fundamental, e que, portanto o Pré-Vestibular não pertencia à órbita municipal.

Em 2005, na gestão do prefeito Alexandre Mocaiber, o Pré-Vestibular da Fundação é reaberto, e com ele é retomado o velho debate no seio do movimento negro campista: vale a pena se relacionar ou depender do poder constituído?

O fato da interrupção das atividades do Pré-Vestibular em 2005, por uma decisão arbitrária do poder público, reabriu uma discussão travada na época da criação da Assessoria Especial para Assuntos das Populações Negras, que girava em torno das vantagens e desvantagens de deixar o poder constituinte ser encampado pelo poder constituído.

Como resposta a este dilema foi criada a Organização Não - Governamental Centro de Referência da Cultura Afro-Brasileira – Abdias do Nascimento (CECAB), que é uma tentativa de desvincular o projeto do poder constituído e ter maior autonomia dos projetos que deseja implementar e manter.

O CECAB é parceiro da Fundação Zumbi e funciona como a segunda trincheira do movimento em Campos dos Goytacazes - RJ. A Fundação é um instrumento importante para a comunidade e um forte meio de pressão para que o governo não deixe de prover políticas públicas para a população afro-descendente e carente do município, e o CECAB é um instrumento paralelo, independente, um projeto sem a limitação dos governos. O movimento tem, portanto duas trincheiras de luta com os mesmos objetivos educacionais e formas de execução, mas uma dentro do poder constituído e outra fora dele.

Em 2006 o CECAB criou o Pré-Vestibular para afro -descendentes e carentes e um curso preparatório para concursos. Como o CECAB não tem vínculo com o poder público, sua forma de gerir recursos é a cobrança simbólica de mensalidade aos alunos dos cursos e parcerias com a própria Fundação Zumbi dos Palmares, a Petrobrás e a

Prefeitura de Campos – RJ, mas estas parcerias não significam encampação pelo poder constituído, mas apenas um apoio financeiro e logístico a seus projetos.

4.2 O CECAB: uma segunda trincheira ou um Terceiro Setor?

Atualmente, observamos empresas, sindicatos e organizações não-governamentais (ONGS) travando lutas ou prestando serviços e se auto-intitulando de *sociedade civil*. Entretanto, o que ocorre na maioria das vezes é o que Coutinho (2000: 98), chama de “liberal-corporativismo”, ou seja, “*propostas econômicas do projeto neoliberal... que reconhecem - e até em parte estimulam – a auto-organização da sociedade civil, mas buscam orienta-la para a defesa de interesses puramente corporativos, setoriais ou privativas*”. Segundo essa lógica de sociedade civil, cada grupo se organiza, se fecha e luta por objetivos tão específicos, que se tornam objetivos particulares daquele grupo, não abrangendo o restante da sociedade, os interesses coletivos e públicos.

Tornou-se habitual acompanhar a grande mídia enaltecer a privatização das empresas e se vangloriar do setor empresarial por suas ações em favor do bem-estar de seus funcionários e da população carente das cidades sob sua jurisdição. Assistimos também à atuação de alguns sindicatos na defesa de suas categorias profissionais, por aumento de salários, manutenção da estabilidade no emprego e dos direitos adquiridos por sua categoria profissional, descolando-se da elaboração de um projeto real de transformação da sociedade.

Coutinho (2000), nos alerta que tais iniciativas que aparentemente são solidárias, filantrópicas e justas são na verdade uma grande armadilha, pois transformam a sociedade civil em uma massa organizada, mas despolitizada, situada além do mercado e do Estado, que luta apenas por interesses específicos, corporativos, fechando-se em seus “guetos” e não conseguindo enxergar o global, o bem público, mas apenas os interesses particulares e corporativos. E o que é mais grave é a representação do Estado, dos políticos e das instituições governamentais que essas iniciativas ajudam a formar, pois ao tratarem o Estado com desconfiança, como um eixo mau que deve ser minimizado, ou mesmo abatido, em prol do desenvolvimento da livre vontade,

difundem a idéia de uma sociedade civil idealizada, asséptica, sem contradições e disputas pelo poder.

Em linhas gerais fazendo uma retrospectiva da sociedade brasileira podemos dizer que até os anos 1930 o Brasil era uma sociedade em que o Estado era tudo e a sociedade civil incipiente. Já durante o período de 1945 a 1964 houve uma grande efervescência da sociedade civil, com um crescente mover dos trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, artistas e outros. Essa efervescência foi reprimida pelo golpe militar de 1964, que mesmo sendo violento e autoritário, teve como especificidade a não preocupação em subordinar e cooptar a sociedade civil e a de incentivar a modernização do sistema produtivo brasileiro aos moldes capitalistas. Ao não subordinar a sociedade civil e não criar sindicatos e partidos próprios, a ditadura militar acabou por deixar um campo de possibilidades aberto para que a sociedade civil se desenvolvesse com relativa autonomia – desde que não confrontasse os interesses dos militares.

Essa sociedade civil saiu mais forte do regime militar do que havia entrado em 1964. Nesse período, devido à modernização capitalista e suas novas demandas emergiu uma nova classe de trabalhadores industriais, um novo movimento sindical de onde se originou o Partido dos Trabalhadores (PT) e várias associações de bairros que se organizaram com vistas a resolver as demandas criadas por este tipo de sociedade em desenvolvimento (industrial e urbana), que havia se intensificado nesse período. Contudo, essa sociedade civil que atuou durante o regime militar se organizou numa relação de antagonismo e oposição em relação ao Estado que, na sua visão, continha os vícios da política oficial.

Na década de 1980, os movimentos sociais passaram de uma fase de otimismo para uma de perplexidade, devido às mudanças que ocorreram na composição dos agentes responsáveis pela implementação e fiscalização das políticas públicas, o surgimento das grandes centrais sindicais e o aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais, especialmente as Organizações Não-Governamentais (ONGS). Esses fatores, entre outros, contribuíram para a descrença dos movimentos sociais e a conseqüente perda de sua capacidade mobilizadora.

Na década de 1990 temos o auge das ONGS, e a sua transformação de organizações que intermediavam o movimento popular e as agências financiadoras, para o de protagonistas, onde passaram a substituir o movimento popular nas lutas sociais e políticas.

A implantação do projeto neoliberal no Brasil, principalmente a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso formaliza, no seio do projeto político social-democrata do Estado mínimo, a transferência para a sociedade civil de suas responsabilidades sociais. Com isto, essa “privatização” das responsabilidades do Estado direciona, a partir de então, as ações do “terceiro setor”, que abriga a proposta de promoção de justiça social e a parceria entre os outros dois setores: governo e mercado livre. Essa proposta política da “terceira via” vai insistir no caráter popular dessas medidas que tornaram o aparelho estatal mais eficiente, podendo, desta maneira, privilegiar o interesse público (SILVA, 2006). O que, em parte, vai ser garantido pela responsabilidade social das empresas (RSE).

Concordamos com Marco Aurélio Nogueira (2000: 117), quando afirma que o descrédito da população brasileira nas esferas governamentais se deve ao encaminhamento das questões políticas posteriormente ao período autoritário da ditadura militar. Após longos anos de afastamento dos rumos decisórios, tal população não se sentiu contemplada pelo regime democrático que tanto ansiava ver se constituir. Assim, com pouca confiança nos políticos, vendo o Estado como espaço onde poderosos se digladiam para garantir seus interesses pessoais, a soberania do país ameaçada pela sua subjugação aos ditames dos organismos internacionais – que buscam ampliar o domínio do capital por meio da tão propalada globalização – uma parcela da população começa a se articular e passa a dar vida a uma rede de organizações privadas que buscam disputar o Estado por meio da sociedade civil.

No mundo globalizado em que vivemos e com a “nova lógica” que essa mundialização trouxe alardeando a pós-modernidade, valores universais e totalizantes, estão sendo substituídos pelos locais e fragmentados, as grandes lutas substituídas pelas pequenas lutas, as multidões pelas minorias.

Hoje se proliferam os grupos que lutam pelos direitos dos índios, dos negros, das mulheres, dos homossexuais e de tantas outras minorias, que no nosso entender são positivos, mas a grande preocupação é se essas lutas não estão caindo no que Gramsci denomina de “pequena política”, ou seja, um turbilhão de demandas fragmentadas, facilmente despolitizadas e burocratizadas pelo próprio Estado, que atendem perfeitamente aos objetivos da política neoliberal, que querem os movimentos sociais divididos, disputando espaços entre si e desconectados de uma luta de dimensão global.

O CECAB, ligado a Fundação Zumbi dos Palmares se insere nesse contexto brasileiro de proliferação das Organizações Não – Governamentais (ONGS).

A grande questão é analisar se a ONG CECAB tem cultivado objetivos específicos de grupo, sem se deslocar do benefício coletivo. Possui uma visão social ampla, ou está restrita à pequena política?

Para responder a essas perguntas, vamos primeiro analisar algumas características do que seria uma organização não-governamental que costumeiramente é vinculada como componente do terceiro setor. Para esse fim usaremos as análises de Carlos Montaña (2007), que nos ajudará na tarefa de conceituar e de desvendar as contradições e ambigüidades inerentes a esse conceito.

Montaña analisa que o conceito terceiro setor tem procedência norte-americana e surge como conceito cunhado, nos EUA, em 1978, por John D. Rockefeller III, e no Brasil chega via funcionária da Fundação Roberto Marinho.

O termo é construído a partir de um recorte do social em esferas em que o Estado seria o primeiro setor, o mercado o segundo e a sociedade civil o terceiro. Esse recorte é claramente neopositivista e isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, desistoricizando assim a realidade social.

Montaña defende a tese de que o fenômeno real encoberto pelo conceito ideológico e mistificado de terceiro setor refere-se a um processo de reestruturação do capital, pautado nos princípios neoliberais de questão social deixa de ser um direito cidadão e uma responsabilidade de todos – do Estado e da sociedade –, para ser uma opção do voluntariado que ajuda o próximo, e um não-direito do “*cidadão pobre*”.

Nesse sentido a retirada de responsabilidades do Estado e do capital (primeiro e segundo setor, respectivamente), de intervirem nas questões sociais não se dá porque as ONGs ou as organizações da sociedade civil sejam mais eficientes, nem apenas por razões financeiras de redução dos custos para sustentação, mas pelo motivo fundamental de esvaziar o sentido de direito universal.

Montaña (2007) assim sintetiza a questão:

“O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de autculpa pelas mazelas que afetam a população; e de auto-ajuda e ajuda-mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do ‘*terceiro setor*’, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial” (MONTAÑO: 2007, 23).

De acordo com essa concepção de terceiro setor Montañó (2007) mostra as contradições e ambigüidades que cercam o conceito. Ele analisa que os teóricos do neoliberalismo ao identificarem a sociedade civil como sendo o terceiro setor, cometem um grave erro de historização, pois já é senso comum entre os teóricos/filósofos que a sociedade civil é a grande gestora das demais estruturas, no caso o Estado e o Mercado, portanto ela corresponde ao Primeiro Setor e não ao terceiro. Mostra também que a partir de 1998, no VI encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor ficou definido que fariam parte do termo (Terceiro Setor) toda aquela organização da sociedade civil que fossem: privadas, não-governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas e de associação voluntária. Mas ele observa que essa definição é tão ampla que dentro dela pode caber quase todas as organizações da sociedade civil: escolas, igrejas, sindicatos, movimentos radicais, etc.; Mas que ao mesmo tempo existe uma controvérsia entre os atores de aceitarem ou não algumas dessas organizações da sociedade civil como pertencentes ao conceito. Outra debilidade que apresenta do conceito são: as características de não-governamental, autogovernado e não lucrativo atribuído às suas organizações.

Como dizer que essas organizações são não-governamentais se a maioria delas nos dias atuais são financiadas por entidades, muitas desta de caráter governamental por meio de parcerias ou através da contratação do próprio Estado – seja Federal, Estadual ou Municipal -, para desempenhar funções a ele atribuídas de forma terceirizada? Como dizer que são autogovernadas se, o Estado ao escolher com qual dessas organizações vai estabelecer parceria, ou de qual delas vai financiar e acolher os projetos, “*está certamente desenvolvendo uma tarefa seletiva, dentro e a partir da política governamental*”. (MONTAÑO: 2007, 57)? E como falar que são organizações sem fins lucrativos, se algumas organizações são ligadas a grandes empresas e através delas propagam uma boa imagem de seus produtos e negócios e ainda recebem isenção de impostos; ou como grande parte dos recursos repassados do Estado para algumas ONGs – por meio das parcerias -, não chega a seus destinatários finais – os mais pobres -; mas são utilizados para custear os gastos operacionais destas organizações?

“Nisto podemos até considerar o ‘salário’ de altos funcionários de muitas organizações; aquelas chamadas popularmente de “*pilantropicas*”: alguém bem intencionado monta uma ONG, e daí consegue financiamento, a maior parte do qual se destina a seu salário

como gerente ou diretor – aí claramente há uma finalidade *'lucrativa'*.” (MONTAÑO: 2007, 58).

A passagem das ONGs dos anos 60 e 80 – que tinham como finalidade a organização e a potencialização dos movimentos sociais desse período - para as ONGs dos anos 90 que passaram a intermediar a relação dos movimentos sociais ou da sociedade civil não organizada com o Estado, levou a uma despolitização do conflito e a um rompimento, da relação direta dos movimentos sociais com o Estado – já que a maioria deles são intermediadas pelas ONGs. Isso gerou o repasse de verbas e fundos públicos do Estado para instâncias privadas e a substituição do movimento social pela ONG. Perderam, portanto a autonomia dos movimentos pela dependência que as ONGs têm dos financiamentos estatais, empresariais ou de fundações internacionais. Segundo Montaña (2007), *“a perspectiva de luta e confronto, trocadas pela ‘parceria’ e ‘acordo’ ... a procedência popular das demandas passando agora a ser definidas pelas ... entidades financeiras ou pelo Estado”*. (MONTAÑO: 2007, 149).

O autor analisa que a idéia vinculada na mídia para justificar o afastamento de suas funções sociais era a grave crise fiscal que esse estava sofrendo, o que o impossibilitava de conseguir recursos para atender as demandas sociais da sociedade. Criou-se assim a imagem de um Estado corrupto, moroso e sobrecarregado de funções sociais que não tinha condições de gerir e que, portanto essas funções deveriam ser repassadas para a sociedade civil, o terceiro setor, que era mais ágil, honesto e eficiente. Montaña rebate essas idéias lembrando que a ineficiência do Estado, a sua corrupção e até os seus déficits, se devem, em grande parte, ao uso do Estado para interesses privados do capital como: o clientelismo eleitoral, o financiamento de obras necessárias à industrialização, entre outras; e também faz a indagação de que se o Estado tem que transferir suas funções sociais para a sociedade civil porque está passando por uma grave crise fiscal que lhe elimina os recursos, como entender então que as pesquisas mostrem, que no Brasil, o Estado representa importante fonte de recursos do Terceiro Setor? Essa idéia de falta de recursos do Estado para financiar os projetos sociais, além de ser enganosa, ainda leva a uma reflexão de que no momento em que não for mais interessante para o governo repassar recursos a essas organizações, através das parcerias, a maioria delas – e as populações e projetos atendidos por elas – vão desmoronar, deixando as populações carentes sem os seus serviços e sem nenhum outro meio de consegui-lo, já que o Estado se tornou o *“mínimo”*.

Analisando a Organização não-governamental Centro de Referência da Cultura Afro-Brasileira (CECAB) – Abdias do Nascimento, de acordo com a visão de Montañó (2007), podemos fazer as seguintes considerações: 1) a organização é sustentada principalmente através de uma parceria com a Fundação Municipal Zumbi dos Palmares; 2) seus projetos estão em conformidade com os projetos da Fundação Zumbi e, conseqüentemente, do poder público municipal que a mantém; 3) possui uma autonomia parcial frente ao Estado/Poder Público.

Mesmo observando a tentativa de autonomia que a ONG CECAB – Abdias do Nascimento proporcionaria aos integrantes da diretoria da Fundação Zumbi dos Palmares frente ao poder público na execução de seus projetos, principalmente após o fechamento do pré-vestibular da Fundação, durante quase todo o ano de 2005 pelo então prefeito do município; podemos constatar que essa organização não conseguiu sua total autonomia, pois se a maior parte de seus recursos vem da parceria firmada com a Fundação Zumbi dos Palmares, e se essa é uma organização municipal com orçamento disponibilizado pelo poder público, podemos concluir que ela também está subordinada aos repasses desse Estado – no caso, o municipal.

Um fato interessante, no entanto ocorreu entre a Fundação e a ONG CECAB. Quando no segundo semestre de 2007 o pré-vestibular da Fundação Zumbi dos Palmares não voltou a funcionar por motivos de falta de repasse de verbas, só retornando suas atividades – e apenas em um turno, o da noite – no final do ano; o pré da ONG CECAB funcionava tranqüilamente nos seus três turnos e com quatro turmas (1 manhã/1 tarde e 2 noite). Também se percebia ao entrar nas instalações da Fundação e nas instalações do CECAB, que este último estava muito melhor estruturado em termos materiais e organizacionais, do que a Fundação. O CECAB contava com sala dos professores, secretaria, uma sala de informática com equipamentos recém comprados, máquina de xerox e cinco salas de aula – onde predominavam a limpeza e a organização; a Fundação possui instalações maiores e um maior número de funcionários, possui salas de aula bem estruturadas e secretaria, mas no todo seu ambiente é mais desorganizado e seus equipamentos inferiores. Podemos dizer que, em certo sentido, houve um esvaziamento da Fundação Zumbi em favor da ONG CECAB, ou seja, do público para o privado. E percebemos que o próprio carro chefe da Fundação - o pré-vestibular e a questão educacional - foi repassado e está muito mais presente no CECAB do que na Fundação.

Existe uma dificuldade em mostrar onde termina a Fundação e onde começa o CECAB, os professores que atuam no pré-vestibular da Fundação, em sua maioria atuam no pré-vestibular do CECAB e existe uma grande mobilidade entre os alunos que se deslocam de um para outro na ocasião de eventos, ou da falta de funcionamento de um dos cursos.

Encontramos dificuldade de pesquisar a fundo o CECAB, pois nenhuma documentação nos foi disponibilizado, e a diretoria tanto da Fundação, quanto do CECAB respondiam as perguntas feitas nas entrevistas misturando as duas organizações, de maneira que elas pareciam estar intrinsecamente ligadas, uma complementando a outra. Diante disso as observações que faço são de minha pesquisa do tipo etnográfica, do tempo que passei nas duas organizações, da minhas análises das instalações, do seu cotidiano de funcionamento e do contato com seus professores e alunos.

Ao haver uma maior organização e privilegiamento da ONG e um relegamento para segundo plano da Fundação, mesmo que isso possa ser justificado com a abertura de uma nova trincheira do movimento e de conseguir uma maior autonomia frente ao Estado, ao poder público – percebemos os perigos que isso representa e o esvaziamento que isso causa frente a um movimento social ligado às questões afro em Campos, à medida que esse não se sente representado pela Fundação Zumbi o que se agrava com a situação do CECAB, que vai ganhando a cada dia uma característica mais privada e se moldando muito de acordo com a visão e os projetos do seu presidente.

O CECAB corre o risco assim, de suplantar a própria Fundação que a criou e subordiná-la a seus interesses, repassando para uma esfera privada as responsabilidades e recursos que são públicos.

5. Zumbi vive na escola?

A figura de Zumbi, último líder do Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, no atual Estado de Alagoas e que, na época, fazia parte da Capitania de Pernambuco, tornou-se a partir do fim da ditadura militar no Brasil o símbolo da luta negra a favor da liberdade e do fim do racismo no Brasil.

Zumbi que nasceu livre no Quilombo dos Palmares é raptado durante uma invasão holandesa ao quilombo e entregue a um padre que residia na capitania.

Até os 15 anos foi criado pelo padre e chamado de Francisco, depois fugiu de lá e retornou ao quilombo se tornando em pouco tempo chefe de armas e em 1678 o líder dos palmarinos.

Zumbi assume a liderança de Palmares após o assassinato de seu antigo líder Ganga Zumba (“grande senhor”), que governou o quilombo de 1656 a 1678 e, pressionado pelos ataques dos colonos, travou com o governador de Pernambuco um acordo de paz que previa liberdade para os negros nascidos em Palmares, com a condição de serem devolvidos aos colonos os escravos recém-chegados ao quilombo. O sobrinho de Ganga Zumba, Zumbi, liderou o grupo que não aceitava esse acordo. Zumba foi destituído e assassinado, e Zumbi passou a liderar Palmares contra vários ataques dos brancos.

Em 1687, o governo e os senhores de engenho contrataram o bandeirante Domingos Jorge Velho e seus comandados para destruir Palmares. Em 1692, cercaram e atacaram o quilombo com o objetivo de matar todos os seus membros. Liderados por Zumbi, os quilombolas defenderam sua liberdade. Milhares de pessoas morreram nessa luta em que os bandeirantes foram derrotados.

Em novo ataque ao quilombo, também comandado por Jorge velho, o governo enviou ajuda aos bandeirantes: cerca de 6 mil homens bem armados. Os palmarinos não

tinham armas e munições suficientes, mas ainda assim resistiram durante um mês. Ao final do longo combate, o quilombo foi destruído e sua população massacrada.

Zumbi conseguiu escapar ao cerco. Mas após muitas perseguições, foi preso e assassinado em 20 de novembro de 1695. Cortaram-lhe a cabeça, e essa foi exposta em praça pública, na cidade do Recife.

Apesar de várias expedições militares organizadas para destruí-lo, Palmares resistiu por mais de 60 anos, chegando a ter, segundo um governador da capitania de Pernambuco do período, aproximadamente 20 mil habitantes e a atingir uma área de 27 mil quilômetros quadrados. Esse número de habitantes provavelmente era menor; acredita-se que foi aumentado pelo governador para justificar o fracasso das primeiras expedições militares enviadas contra o quilombo.

Para os senhores de engenho, Palmares representava um desafio permanente, pois era um sinal concreto de que a vida em liberdade era possível para o escravo fugitivo.

Apesar de sua trágica morte, Zumbi passou a representar o desejo de liberdade, a resistência e a consciência negra no Brasil.

A partir do final da década de 1970 e início da década seguinte, os movimentos negros brasileiros passam a difundir a idéia de que o 13 de maio de 1888 (abolição da escravidão no Brasil), não representava os anseios dos movimentos negros contemporâneos, pois para eles a abolição brasileira não havia passado de uma farsa, em que o governo fez questão de difundir a idéia de que a liberdade dos negros foi um presente advindo das mãos da princesa Isabel, e não uma conquista dos negros e de seus movimentos de resistências em favor de sua liberdade. Também que essa abolição não trabalhou no sentido de combater o racismo e as injustiças sociais que acometiam os negros no Brasil. Por esses motivos os movimentos negros passaram a lutar pela comemoração do dia 20 de novembro, o dia da morte de Zumbi, chamado de Dia da Consciência Negra, por representar a luta heróica do maior quilombo brasileiro à tentativa dos senhores brancos de reescravizá-los e destruírem sua forma de vida alternativa dentro da sociedade escravista da época.

Zumbi dos Palmares passa a simbolizar um herói nacional negro, e passa a denominar vários movimentos e entidades ligadas à questão negra, como a Fundação Zumbi dos Palmares em Campos dos goytacazes/RJ.

Diante desses atributos que são destacados na figura de Zumbi: coragem, resistência, amor pela liberdade, não cooptação e colaboração com o poder constituído -

mesmo com os benefícios imediatos que isso poderia trazer como alforria e uma trégua nos combates -, fica difícil responder positivamente à pergunta feita no título desse capítulo: Zumbi vive na escola? Mais difícil ainda responder positivamente à pergunta se ela for estendida a toda Fundação Zumbi dos Palmares de Campos dos Goytacazes - RJ. O que está implícito na pergunta Zumbi vive na escola é a tentativa de procurar ver se os ideais de Zumbi: luta, resistência, consciência negra estão presentes no Pré-Vestibular da Fundação. Ver se o seu projeto pedagógico está baseado nos ideais dos palmarinos que os levaram a lutar pela sua liberdade, a enfrentar vários cercos, várias privações e até a morte em nome de sua comunidade, de seus valores, de sua nova vida. É ver se esse projeto pedagógico apresenta para esses alunos que cursam o pré-vestibular um projeto alternativo, como Palmares representava para os palmarinos. Ver se ele apresenta novas possibilidades, novos horizontes, se estimula a resistência, se prepara para a luta, se descortina o racismo, as injustiças sociais e emancipa seus alunos e professores, como Palmares fez com seus integrantes.

Nesse sentido nosso objetivo é analisar se o projeto pedagógico do Pré-Vestibular da Fundação é emancipador e como tem se processado a formação continuada de seus professores.

5.1 O projeto pedagógico do pré-vestibular da Fundação

Falar de um projeto pedagógico é falar da noção teórica, ideológica que uma comunidade escolar tem de si mesma e como traça, norteia suas ações.

Através de um projeto pedagógico podemos ter idéia do que norteia a coletividade de professores, coordenadores e diretores em suas práticas pedagógicas. Mesmo que saibamos a distância entre o que está escrito e a prática; entre os abismos que podem existir entre a escrita do projeto pedagógico e as práticas pedagógicas do dia-a-dia. Mas essa escrita nos dá uma referência das idéias que povoam as mentes, as emoções e o cotidiano de quem participa do processo educativo dessa escola. Até quando o projeto pedagógico não existe ou foi encomendado a um especialista ele pode dizer muito a respeito dessa comunidade escolar como, por exemplo, se nela faltam participação de todos os integrantes nas decisões pedagógicas, se falta preparo e

consciência de seus coordenadores e diretores, falta interesse em tornar o processo de ensino-aprendizagem um processo democrático.

Procurar analisar se esse projeto pedagógico é emancipador, nos leva a buscar o que seria emancipação, o que seria olhar a educação e a escola como lócus de emancipação de seus educandos.

Procurando o que seria emancipação em Gramsci fomos levados à suas análises sobre o papel dos intelectuais na sociedade e, dentro dessa análise, qual seria o papel da escola na formação desses intelectuais.

Quando Gramsci está analisando o papel dos intelectuais na sociedade ele é levado a analisar o papel da escola na formação desses intelectuais e abre uma discussão sobre a escola que era destinada a formar os intelectuais tradicionais na sua Itália natal e as dificuldades que as escolas destinadas às classes subalternas apresentavam para poderem ser usadas para a formação dos intelectuais orgânicos. Temos aí a grande preocupação de Gramsci com a escola e a sua análise do princípio educativo.

Portanto buscar o que seria um projeto emancipador em Gramsci, é procurar ver o que ele entendia como princípio educativo, e principalmente o que ele entendia como uma educação que deveria ser ministrada às classes subalternas, o que tornaria a educação italiana emancipadora. Para isso, temos que seguir sua análise sobre o que seria um princípio educativo democrático, no momento em que a Itália estava passando pela reforma educacional dirigida por Giovanni Gentile em 1923, sob o governo fascista.

Através das cartas enviadas/recebidas à sua esposa e cunhada sobre a educação de seus filhos e das cartas enviadas/recebidas a seus irmãos e pais sobre a educação de seus sobrinhos, e com as anotações feitas nos cadernos, podemos analisar que Gramsci tem uma grande preocupação com o tipo de educação que está sendo ministrada a seus pequenos filhos e sobrinhos e procurar estar informado dos desdobramentos da reforma Gentile na educação italiana e do tipo de educação que está sendo implantado na recém socialista União Soviética, onde seus filhos residem.

Gramsci analisando a reforma Gentile que procura substituir a escola velha italiana baseada em um princípio educativo humanista voltado para o estudo gramatical das línguas latina e grega e de suas literaturas e histórias políticas pela escola profissionalizante baseada no trabalho, na separação entre a escola primária e média e a superior, não representava uma emancipação, um princípio democrático, mesmo que tenha tido aparência de democracia e tenha sido louvada como tal, pois para Gramsci a

escola de tipo profissional, preocupada em satisfazer interesses práticos imediatos, passa a predominar sobre a escola formativa, mas essas escolas continuaram a ser destinadas a formar as classes instrumentais, ou seja, aquelas que se dedicariam ao trabalho técnico e manual. Diante disso Gramsci constata que a reforma Gentile ao multiplicar o tipo de escola profissional tendia a eternizar as diferenças tradicionais, ou seja, dar um tipo de escola próprio para cada grupo social, perpetuando nestes estratos uma determinada função tradicional: dirigente ou instrumental.

Para ele não se muda o *status quo* se um operário manual se tornar qualificado, ou um camponês se tornar um agrônomo, mesmo que esses trabalhadores passem a uma hierarquia social superior aos demais operários e camponeses que não possuem qualificação, pois mesmo um operário qualificado não deixa de ser um operário e de pertencer à classe governada.

Para Gramsci o princípio educativo emancipador é aquele em que a escola, a educação seja capaz de conduzir o educando, através do ensino primário e médio, à escolha profissional, formando-o como pessoa capaz de “pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige”. Para isso, é preciso que a sociedade lhe dê condições, mesmo que abstratas, de se tornar um governante, pois para ele o verdadeiro princípio democrático da educação é dar condições para que cada cidadão possa tornar-se governante.

“(…) a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado o aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessárias a essa finalidade”. (GRAMSCI: 2006 v.2,.50)

Para dar condições para que as classes subalternas se tornem dirigentes Gramsci aponta que é preciso acabar com os diferentes tipos de escolas destinadas a grupos sociais diferentes e criar uma escola única – a escola unitária: pública, de tempo integral, com dormitórios, refeitórios, bibliotecas especializadas, salas adequadas para o trabalho de seminário – que ao lado das lições instrumentais como ler e escrever desenvolvesse, sobretudo a parte relativa aos direitos e deveres, as primeiras noções de Estado e sociedade, que em sua fase inicial criasse os valores fundamentais do humanismo, a autodisciplina intelectual e uma autonomia moral que levasse o educando a uma posterior especialização científica através dos cursos universitários ou

uma especialização prático-produtiva na indústria, na burocracia, no comércio ou em outro ramo. Na última fase dessa escola unitária – que corresponderia ao nosso Ensino Médio – seria introduzido o estudo e o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida – a escola criadora. Criadora não no sentido de uma escola de inventores, mas uma escola que contribui para desenvolver educandos autônomos e responsáveis e professores que exerçam o papel de guia amigável. Essa escola segundo Gramsci conduz o educando a:

Descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajudas exteriores, é criação, mesmo que a verdade seja velha, e demonstra a posse do método; indica que, de qualquer modo, entrou-se na fase da maturidade intelectual, na qual se podem descobrir verdades novas. Por isso, nesta fase, a atividade escolar fundamental se desenvolverá nos seminários, nas bibliotecas, nos laboratórios experimentais; é nela que serão recolhidas as indicações orgânicas para a orientação profissional”.
(GRAMSCI: 2006 v. 2, 39).

Gramsci critica a reforma Gentile, pois essa criticava duramente a escola velha italiana humanista acusando-a de dogmática, conteudista, voltada a aprendizados desinteressados sem aplicação prática instantânea sendo apenas de caráter formativo das classes dirigentes e das habilidades que essa precisaria para governar, sendo no dizer dos reformadores uma escola oligárquica. Gramsci concorda com a crítica de que essa escola fosse oligárquica no sentido de que ela era destinada às classes superiores, cristalizando assim as classes superiores como dirigentes; mas discordava com as críticas que diziam que o seu método de ensino fosse oligárquico, pois para ele não é a tendência a formar homens superiores, a aquisição de capacidades de direção que dá a marca social de uma escola, mas o grupo social a que é destinada esta escola.

A reforma de Giovanni Gentile acontece no momento em que as classes subalternas estão ingressando e procurando a escola – antes destinada principalmente às classes médias e ricas -, e esse fator, entre outros, como o processo de industrialização italiano, causou uma crise na escola velha de caráter humanista, pois esta se encontrava totalmente desvinculada da vida, da nova vida urbana e industrial que crescia e se expandia no século XX e das exigências que ela trazia. Mas em lugar dessa escola, foi sendo implantada uma inferior, destinada a facilitar o acesso e a permanência das classes subalternas. Sob um manto de democracia proliferaram-se escolas

profissionalizantes, aboliu-se o estudo gramatical do latim e do grego, foram diminuídos os conteúdos humanísticos, priorizaram-se os conhecimentos técnicos e de uso imediato, diminuiu-se ou se aboliu a leitura dos filósofos.

Para Gramsci a reforma Gentile nada tinha de democrática e o ensino da velha escola italiana, nada de oligárquico.

Gramsci não era cego às dificuldades apresentadas pelos educandos oriundos das classes subalternas que adentravam os bancos escolares em sua época, mas não sucumbia à tentação – como a reforma Gentile –, de degenerar a qualidade do ensino, de amacia-lo, de facilita-lo, para que ele não causasse desconforto ao educando das classes subalternas.

Gramsci sabia que esse discente enfrentava muito mais dificuldades do que um da classe média ou superior para se manter na escola, pois para estes últimos o próprio ambiente familiar já o preparava para o ambiente escolar, para a concentração, a falta de mobilidade por longo tempo, os livros, os números e as provas. Mas mesmo sabendo dessas dificuldades, Gramsci diz que esse educando das classes subalternas precisa vencê-las, pois ele precisa de uma educação de peso, de profundidade que o preparará para ser dirigente.

Gramsci não entende a educação, como a maioria dos seus contemporâneos italianos, como algo que privilegia o aluno e coloca o professor apenas como aquele que estimula a lógica inata do educando. Para ele o estudo é um trabalho, um trabalho intelectual, e como qualquer trabalho gera fadiga, aborrecimentos e desconforto. E esses sentimentos e fadigas não devem ser tirados da escola, pois eles disciplinam o discente, o seu corpo, a sua mente, tiram-lhe a ilusão de que todo conhecimento é prazeroso e envolto em laços de fita. O educando, para se tornar um bom estudioso, um dirigente, não pode ser poupado das dores e sofrimentos que a aquisição do conhecimento traz, pois sob o manto da humanidade e da democracia da reforma Gentile, estavam tirando do educando subalterno a chance dele se tornar um intelectual, não nos moldes tradicionais, mas no do novo tipo, o orgânico, em que não importa em que área profissional esse educando vai atuar (técnica ou intelectual), desde que estivesse completamente inserido na vida prática e agisse como dirigente (especialista+político), ou seja, que passasse da técnica trabalho, à técnica-ciência e dessa à concepção humanístico-histórica. Pois, se um indivíduo só chegar ao conhecimento técnico e científico, nunca chegando ao conhecimento histórico e social

da sociedade em que vive, esse indivíduo não passa de um especialista, não tendo condições de se tornar um dirigente.

Diante do exposto sobre a concepção de escola em Gramsci, podemos constatar as dificuldades de apresentarmos o projeto pedagógico das escolas brasileiras como um projeto de educação emancipador, e dentro desse contexto o próprio projeto do pré-vestibular da Fundação Zumbi dos Palmares, mesmo que esses tenham uma fachada democrática e sejam louvados por isso.

Como na época de Gramsci, existe na sociedade brasileira atual um grande mover das classes subalternas em direção à escola, mas não à primária e média como nos tempos de Gramsci, mas a Superior, à universidade; e tal como na época de Gramsci vários esforços estão sendo feitos no sentido de facilitar o acesso e a permanência dessas camadas à universidade.

O pré-vestibular da Fundação se apresenta como um desses facilitadores, pois visa diminuir a defasagem e preencher lacunas deixadas pelo Ensino Médio nas camadas subalternas, e dando-lhes conhecimentos instrumentais que atendam às suas necessidades imediatas que é passar no vestibular e assim conseguir entrar no Ensino Superior. Só que o simples fato desses educandos das camadas subalternas entrarem em uma universidade e concluírem o curso superior não altera o *status quo*, nem o emancipa, mesmo que se crie a impressão contrária.

Claro que para esse indivíduo e para a sua família o diploma universitário representa uma conquista e uma chance de ascender na escala social, mas do ponto de vista político nada vai ser alterado na sociedade, nada vai ser alterado na posição que esse indivíduo ocupa de governado.

A grande maioria dos alunos do pré da Fundação sai do curso e entra na universidade, ou não, com o mesmo pensamento político com o qual entrou, mesmo que saia com muito mais conteúdo. Mas não existe a introdução do método criativo, que é fazer com que o educando busque o conhecimento e descubra velhas verdades sob a orientação do professor. Em grande parte porque isso é contrário à metodologia de um pré-vestibular que é de passar a maior quantidade possível de conteúdos da maneira mais eficaz e rápida possível, o que pode ser comprovado pela fala de alguns professores que trabalham no pré da Fundação, que reclamaram que por causa da própria dinâmica do curso não podiam se deter muito nas questões étnicas e políticas que surgiam durante as aulas.

Outro fator é o do pré preparar alunos que em sua maioria irão ingressar nas faculdades e nos cursos de menor prestígio social na região – particulares e licenciaturas, respectivamente -, o que como nos tempos de Gramsci continua eternizando as diferenças sociais, separando as melhores escolas e os cursos de maior prestígio social para as classes médias e superiores e deixando para as subalternas as de qualidade inferior e as destinadas a profissões menos rentáveis e de menos poder de direção.

É interessante que os pré-vestibulares das classes médias geralmente preparam seus educandos para cursos como: medicina, engenharia, direito e para as universidades públicas; já o pré da Fundação, destinado às classes subalternas, tem em sua maioria alunos que querem ingressar em faculdades particulares e em cursos de licenciatura, ou seja, como na época de Gramsci onde existia um tipo de escola que era destinada às classes subalternas – a profissionalizante, e outra destinada às futuras classes dirigentes – a formativa, hoje temos universidades e cursos superiores destinados às classes subalternas – as faculdades particulares e os cursos de licenciatura -, e os destinados às classes dirigentes – as universidades públicas e os cursos de engenharia, direito e medicina em geral.

Como advertia Gramsci na década de 1930 do século XX, não existe democracia e humanidade em facilitar e amolecer o ensino da escola primária e média destinada às classes subalternas, pois as conseqüências de tais atitudes podem ser vistas na necessidade de se ter o pré-vestibular da Fundação, destinado a minimizar as carências e deficiências de um Ensino Médio facilitado e amolecido ministrado nas escolas públicas brasileiras.

Sob o pretexto democrático de facilitar a entrada e manter a permanência dos educandos oriundos das classes subalternas, a escola pública tem formado todos os anos milhares de jovens e adultos no Ensino Médio, que não têm a mínima condição de ingressarem automaticamente no Ensino Superior e que precisarão passar por pré-vestibulares por um ou mais anos, para se sentirem seguros a prestarem um vestibular em universidades particulares, já que como constatamos entre os alunos do pré da Fundação, poucos tentam os vestibulares para as universidades públicas.

Dito de outra forma o pré-vestibular da Fundação está em conformidade com o tipo de sociedade que já está posta, não se apresentando como um projeto alternativo para a sociedade, nem rompendo com a lógica dos demais pré-vestibulares da classe média, muito menos transformando esses educandos em dirigentes, ou seja,

transformando-os ou dando-lhes condições para que se tornem governantes ou vigiem e dirijam quem governe.

5.2 A formação continuada dos professores do Pré-Vestibular da Fundação

Quando pensamos em formação continuada de professores, como aquela formação que acontece após a formação inicial do docente, e que vai se construindo ao longo de sua caminhada profissional, somos levados a indagar como se processa sua formação inicial, como se realizam os programas de formação de professores em nosso país. Que arcabouço teórico-metodológico e político-social é dado a este aluno para que ele venha a exercer sua função como docente.

Observando a nossa LDB nº 9.394/96, algumas resoluções, pareceres do CNE/CP e decretos vemos um quadro da legislação brasileira feita nas últimas décadas em relação à formação inicial e continuada dos professores que mostra como uma legislação desvinculada do debate público gera um número exorbitante de leis, que em alguns momentos são contraditórias e ambíguas. O Estado, ao decretar, através dessas legislações, o fechamento da maioria das Escolas Normais em nível médio e instituir que todos os docentes que atuam na Educação Básica devem ter formação em nível superior, num prazo determinado, e abrir precedentes para que essa formação aconteça nos Institutos Superiores de Educação (ISE) em detrimento das Universidades, e ao instituir também o curso Normal Superior, com duração de dois anos, para professores da Educação Infantil e dos primeiros anos da Educação Básica, produz as “*políticas de favores e terrores*” (LINHARES, SILVA: 2003). Favores no sentido de que muitas instituições particulares garimpam do poder público a autorização para funcionamento, não visando à qualidade, mas uma fatia do mercado que após a LDB, tornou - se promissor, o que leva a termos cursos a nível superior funcionando em precárias condições e, o pior, sendo procurados por profissionais, que pressionados pela política do terror imposta pelas Secretarias de Educação, diretores de escola e outros órgãos, se vêem obrigados a cumprirem as exigências legais, não importando o modo como esteja sendo feito.

Mas procurando em outros caminhos, olhando para as margens, como o conto africano Nas águas do tempo, do escritor moçambicano Mia Couto nos ensina a ver,

poderemos encontrar algumas direções. Diz o conto:

Meu avô, nesses dias, me levava rio abaixo, enfilado em seu pequeno concho. Ele remava, devagaroso, somente raspando o remo na correnteza. O barquito cabecinhava, onda cá, onda lá, parecendo ir mais sozinho que um tronco desabandonado.

- Mas vocês vão aonde?

Era a aflição de minha mãe. O velho sorria. Os dentes nele, eram um artigo indefinido. Vovô eram dos que se calam por saber e conversam mesmo sem nada falarem...

- Voltamos antes de um agorinha, respondia.

Nem eu sabia o que ele perseguia. Peixe não era. Porque a rede fica amolecendo o assento. Garantido era que, chegada a incerta hora, o dia já crepusculando, ele me segurava a mão e me puxava para a margem. A maneira como me apertava era a de um cego debengalado. No entanto, era ele quem me conduzia, um passo a frente de mim. Eu me admirava de sua magreza direita, todo ele musculíneo. O avô era um homem em flagrante infância, sempre arrebatado pela novidade de viver.

Entrávamos no barquinho, nossos pés pareciam bater na barriga de um tambor. A canoa solavanqueava, ensonada. Antes de partir, o velho se debruçava sobre um dos lados e recolhia uma aguinha com sua mão em concha. E eu lhe imitava.

- Sempre em favor da água, nunca esqueça!

Era a sua advertência. Tirar água no sentido contrário ao da corrente pode trazer desgraça. Não se pode contrariar os espíritos que fluem. Depois viajávamos até o grande lago onde nosso pequeno rio desaguava. Aquele era o lugar das interditas criaturas. Tudo o que ali exibia, afinal, se inventava de existir. Pois naquele lugar, se perdia a fronteira entre água a terra. (...)

De repente, meu avô se erguia no concho. Com o balanço quase o barco nos deitava fora. O velho, excitado, acenava. Tirava o seu pano vermelho e agitava – o com decisão. A quem acenava ele? Talvez a ninguém. Nunca, nem por um instante, vislumbrei por ali alma deste ou de outro mundo. Mas o avô acenava seu pano.

- Você não vê lá na margem? Por trás do cacimbo?

Eu não via. Mas ele insistia, desabotoando os nervos.

- Não é lá. É láááá. Não vê o pano branco a dançar-se?

Para mim havia era a completa neblina e os receáveis aléns, onde o horizonte se perde. Meu velho, depois, perdia a miragem e se recolhia, encolhido em silêncio. E regressávamos viajando sem companhia de palavra.

(...)

Certa vez, no proibido, eu e vovô aguardávamos o habitual surgimento dos ditos panos. Estávamos na margem onde os verdes se encançam, aflautinados. Dizem: o primeiro homem nasceu de uma dessas canas. O primeiro homem? Para mim não podia haver homem mais antigo que meu avô. Acontece que, dessa vez, me apeteceu espreitar os pântanos. Queria subir à margem. Colocar o pé em terra não firme.

- Nunca! Nunca faça isso!

O ar dele era de maiores gravidades. Eu jamais assistira a um semblante tão bravo em meu velho. Desculpe-me: que estava descendo do braço mas era só um pedacito de tempo. Mas ele ripostou:

- Neste lugar, não há pedacitos. Todo o tempo, a partir daqui, são eternidades.

Eu tinha um pé meio-fora do barco, procurando o fundo lodoso da margem. Decidi me equilibrar, busquei chão para assentar o pé. Sucedeu-se então que não encontrei nenhum fundo, minha perna descia engolida pelo abismo. O velho acorreu-me e me puxou, Mas a força que me sugava era maior que o nosso esforço. Com a agitação,

o barco virou e fomos dar com as costas posteriores na água. Ficamos assim, lutando dentro do lago, agarrados às abas da canoa. De repente, meu avô retirou o seu pano do barco e começou a agita-lo sobre a cabeça.

- Cumprimenta também, você!

Olhei a margem e não vi ninguém. Mas obedeci ao avô, acenando sem convicções. Então, deu-se o espantável: subitamente, deixávamos de ser puxados para o fundo. O remoinho que nos abismava se desfez em imediata calmaria. Voltamos ao barco e respiramos os alívios gerais. Em silêncio, dividimos o trabalho do regresso. Ao amarrar o barco, o velho me pediu:

- Não conte nada o que se passou. Nem a ninguém, ouviu?

Nessa noite, ele me explicou suas escondidas razões. Meus ouvidos se arregalavam para lhe decifrar a voz rouca. Nem tudo entendi. No mais ou menos, ele falou assim: nós temos olhos que se abrem para dentro, esses que usamos para ver os sonhos. O que acontece, meu filho, é que quase todos estão cegos, deixaram de ver esses outros que nos visitam. Os outros? Sim, esses que nos acenam da outra margem. E assim lhes causamos uma total tristeza. Eu levo-lhe lá nos pântanos para que você aprenda a ver. Não posso ser o último a ser visitado pelos panos.

- Me entende?

Menti que sim. Na tarde seguinte, o avô me levou uma vez mais ao lago. Chegados à beira do poente ele ficou a espreitar. Mas o tempo passou em desabitual demora. O avô se inquietava, erguido na proa do barco, palma da mão apurando as vistas. Do outro lado, havia menos que ninguém. Desta vez, também o avô não via mais que enevoada solidão dos pântanos. De súbito, ele interrompeu o nada:

- Fique aqui!

E saltou para a margem, me roubando o peito no susto. O avô pisava os interditos territórios? Sim, frente ao meu espanto, ele seguia um passo sabido. A canoa ficou balançando, em desequilíbrio com meu peso ímpar. Presenciei o velho a alonjar-se com a discrição de uma nuvem. Até que, entre a neblina, ele se declinou em sonho, na margem da miragem. Fiquei ali, com muito espanto, tremendo de um fio arrepioso. Me recordo de ver uma garça de enorme brancura atravessar o céu. Parecia uma seta trespassando os flancos da tarde, fazendo sangrar todo o firmamento. Foi então que deparei na margem, do outro lado do mundo, o pano branco. Pela primeira vez, eu coincidia com meu avô na visão do pano. Enquanto ainda me duvidava foi surgindo, mesmo ao lado da aparição, o aceno do pano vermelho do meu avô. Fiquei indeciso, barafundado. Então, lentamente, tirei a camisa e agitei-a nos ares. E vi: o vermelho do pano dele se branqueando, em desmaio de cor. Meus olhos se neblinaram até que se poentaram as visões.

Enquanto remava um demorado regresso, me vinham à lembrança as velhas palavras de meu avô: a água e o tempo são irmãos gêmeos, nascidos do mesmo ventre. E eu acabava de descobrir em mim um rio que não haveria nunca de morrer. A esse rio volto agora a conduzir meu filho, lhe ensinando a vislumbrar os brancos panos da outra margem. (COUTO: 1995)

Esse conto mostra um avô africano ensinando ao neto a respeito da morte, da força vital. Através de seus passeios de barcos, de suas poucas palavras ensinou o neto a olhar para dentro de si, a enxergar as margens, a enfrentar a morte e a transmitir esses ensinamentos a sua futura geração. Perpetuando assim ensinamentos e olhares que não poderiam morrer, deixar de existir quando as últimas pessoas que os detêm morressem, fossem para as margens.

Entendendo a educação como uma perpetuação de ensinamentos, olhares e

sentimentos que não devem morrer e se extinguir com as pessoas adultas e idosas que o detém e sabedores da necessidade de transmiti-los às gerações futuras, pois como diz Gramsci, cabe à geração antiga a tarefa de educar as novas gerações. Utilizaremos esse conto para além do sentido que o seu autor quis transmitir, e nos serviremos de suas personagens e de suas alegorias para refletirmos sobre o papel de nossas escolas e no papel dos professores que atuam em cursos de Licenciaturas ou em cursos de Formação de Professores, participando ativamente na formação dos novos professores e na formação continuada dos professores em serviço.

Nesse sentido, usando o conto como alegoria, levantamos algumas indagações. São elas: O que nossas escolas estão nos ensinando a ver? Será que somos como o menino que não enxerga o que está nas margens? Ou será que somos como o avô, que sem muitas palavras leva o neto a conhecer o lado de lá? A conhecer o que está tão perto, mas que não foi percebido e que a maioria das pessoas olha, vê, mas não enxerga? Os professores têm levado seus alunos a conseguirem olhar o que a maioria não vê? Conseguem mostrar as margens? Conseguem fazer com que seus alunos reconheçam seus semelhantes no outro lado? Nas margens? Conseguem fazer com que abram a comunicação com as margens?

Utilizaremos a alegoria das margens para designar as populações carentes, estereotipadas, injustiçadas e excluídas de nossa sociedade, ressaltando entre elas as afro-descendentes que, tanto sofrem com a miséria, os preconceitos e as injustiças sociais do país. O avô representará o professor. O neto o jovem professor. O barco a escola e o rio o processo ensino-aprendizagem.

O avô/professor nos mostra, através do conto, algumas qualidades que devem estar presentes em um educador das gerações futuras: saber para onde está indo, calar por saber e conversar sem palavras, conduzir, arrebatado pela novidade de viver, insistir em mostrar o que ninguém vê, mostrar os limites, socorrer e ensinar meios de se livrar do perigo, se inquietar e não deixar que os conhecimentos que possui morram com ele e não se anestesiar/conformar esquecendo as margens, mas levar os jovens educandos a enxergarem seus semelhantes que se encontram à margem.

O neto/jovem professor chega à escola de Formação de Professores ou de Licenciaturas, em geral, como o neto chegava no barco, empolgado, mas sem enxergar. Não sabendo para onde se dirigia, confiando apenas na direção do avô, imitando os seus passos, seus gestos, entendendo apenas parte do que lhe é transmitindo, mentindo quando perguntado se entendeu, mas que ao longo dos passeios de barco pelo rio, e

após a morte/ausência de seu avô, descobre as margens e consegue abrir comunicação com elas, se reconhecendo, encontrando algo de seu, do lado de lá. E o mais importante, conduz o seu jovem filho ao mesmo rio e lhe mostra as mesmas margens.

O barco/escola navega pelo rio/ensino-aprendizagem, e esse rio deve ser respeitado, pois nele se perdem as fronteiras entre a água e a terra, entre o que se conhece e o que se vai conhecer. Mas esse rio apresenta perigos, você pode ser engolido por redemoinhos, se não houver um avô/professor experiente que lhe conduza novamente ao barco, que lhe guie de forma amigável ao barco. O barco é o meio de que se utiliza para chegar ao conhecimento, ao conhecimento do profundo, do que não se vê, se não for treinado o olhar, se não se abrirem os olhos interiores, da mente, das emoções e da sensibilidade para se enxergar os que nos acenam nas margens, para nos ensinarem a forma e o meio de nos comunicarmos com eles.

O neto só conseguiu ver as pessoas acenando para ele quando o seu avô morreu, pois antes ele não enxergava, pois ele não tinha ninguém seu na margem de lá. Da mesma forma o jovem professor precisa que seu professor o ensine a olhar as populações postas à margem por este sistema de ensino e de sociedade excludente em que vivemos, mas ele não enxergará se não for treinado a olhar para as margens e a se reconhecer, reconhecer seus semelhantes do lado de lá. Pois como nos diz Baptista (2000):

“(…) a banalização da morte, o apogeu do individualismo pragmático, a indiferença frente ao outro tornado coisa (...) nos alerta sobre a barbárie desse fim de século incrustada na descrença da possibilidade de redimensionarmos nossas indignações em ato de revolta (...) que funcionamentos do capitalismo contemporâneo estariam produzindo subjetividades neutralizadoras do espanto e da insurgência. Quais seriam as estratégias para transformarmos as intensas indignações localizadas e particularizadas em ato de revolta e solidariedade? ”. (BAPTISTA apud CANEN, 2000,57).

Partindo dessa pergunta final de Baptista (2000), somos levados a pensar no projeto que está posto em nosso sistema educacional, projeto esse baseado num capitalismo excludente, segregador, que vai individualizando os sujeitos, fechando-os em si mesmos, nas suas necessidades, cegando-os, e emudecendo-os e insensibilizando-os em relação às dores alheias, aos atos de injustiça, à miséria e desrespeito que vai tomando conta e se alastrando por todos os setores da sociedade.

Grande parte dos indivíduos de nossa sociedade se tornou tão fechada em si mesma que não consegue enxergar as margens, as pessoas que nosso sistema capitalista e nosso sistema educacional exclui de seus direitos, de sua dignidade, de ter acesso à educação, trabalho, saúde; que segrega, discrimina, sem se sensibilizar com sua dor com as injustiças que sofrem e com suas frustrações.

Há a necessidade de formar professores que comecem a lutar contra essa indiferença e individualização da sociedade, estejam preparados a levar seus alunos a enxergarem as margens, as desigualdades, a diversidade, nos levar a refletir sobre a necessidade de formar professores que saibam formar pedagogicamente com a diversidade (GOMES: 2002).

A formação de professores no Brasil, segundo Pinto (2002), raramente incorpora a variável raça e a preparação do professor para lidar com situação de discriminação. O professor não se sente preparado para lidar com o processo de democratização da educação, que fez adentrar uma parcela considerável das camadas populares na clientela da escola pública. E, agravando a situação, a grande parcela de afro-descendentes que compõe essa clientela carente.

Em sua maioria os cursos de formação de professores – seja ao nível de Ensino Médio, Normal Superior ou Licenciaturas – parte do pressuposto de que nossa sociedade é homogênea, silenciando a questão da diversidade, o que tem como consequência um grande despreparo, da maioria dos docentes, de enfrentar as questões levantadas ultimamente envolvendo as políticas afirmativas em prol da população afro-descendentes, da inclusão do ensino de História e cultura africana nas escolas e das questões étnico-raciais que adentram a escola, escancarando os conflitos, até pouco tempo e ainda, tão velados.

Segundo Gomes (2002), o desafio da didática e da formação dos professores no que se refere à diversidade é pensá-la em articulação com os processos educativos e não em termos de metodologia e técnicas de ensino para os ditos “diferentes”, pois segundo ela a diversidade deve ser tomada como constituinte dos processos educativos.

“Assim, podemos concluir que os profissionais que atuam na escola e demais espaços educativos sempre trabalharam e sempre trabalharam com as semelhanças e as diferenças, as identidades e as alteridades, o local e o global. Por isso, mais do que criar novos métodos e técnicas para se trabalhar com as diferenças é preciso, antes, que os educadores e as educadoras reconheçam a diferença enquanto tal, compreendem-na

à luz da história e das relações sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira”. (GOMES: 2002, 20).

Gomes (2002), analisa que as lutas sociais contemporâneas, principalmente dos movimentos negros, estão exigindo da escola, e conseqüentemente da formação de seus futuros professores e da formação continuada de seus professores em exercício algumas demandas como: 1) entender que a escola é pluriétnica e pluricultural, e que portanto a diferença não pode ser considerada um estigma; 2) compreender a educação escolar como um direito social; 3) que o trato da diversidade não pode ficar a critério da boa vontade ou da intuição individual, mas uma competência político-pedagógica a ser adquirida pelos profissionais da educação nos seus processos formadores.

O grande desafio da formação dos profissionais da educação, seja em sua formação inicial ou continuada, é fazer com que competências político-pedagógicas sejam adquiridas por esses profissionais da educação e que influenciem de maneira positiva a relação desses com seus educandos e com toda a sociedade.

Entendendo a educação, e por conseqüência, a formação de seus profissionais, como uma ação política, entendendo que o campo educacional, e o seu campo de formação de professores se constituem num *lócus* de luta em que se confrontam vários projetos dos movimentos sociais, contra o projeto hegemônico do capital, somos levados ao conceito gramsciano de hegemonia, que em sua concepção é essencialmente uma relação educativa.

Para Gramsci, as escolas e outros estabelecimentos educacionais não são neutros, ao contrário, servem para cimentar a hegemonia existente e estão ligadas intimamente aos grupos sociais mais poderosos.

Ele atribui um sentimento de protagonismo ao conceito de hegemonia. Protagonismo de natureza não estática, aberta à negociação e renegociação – e que, portanto pode ser renovada e recriada, de caráter incompleto, seletivo -, o que indica que pode haver espaço para uma atividade contra-hegemônica. A hegemonia é contestada no próprio terreno que a suporta – a sociedade civil, concebido como espaço de luta.

Segundo ele, os atores que trabalham pela transformação social, têm que se engajar em uma “guerra de posição” que se manifesta como um processo de organização social e de influência cultural de amplo alcance, sendo por meio desse

processo que o grupo cria, junto com outros grupos e setores da sociedade um ‘bloco histórico’.

Utilizando os conceitos gramsciano de hegemonia, contra-hegemonia e bloco histórico e os utilizando na análise da formação continuada dos professores que atuam no pré – vestibular da Fundação Zumbi dos Palmares, podemos entender que a hegemonia do projeto educacional do grande capital que predomina no sistema educacional brasileiro e o torna segregador e excludente, pode/deve ser contestada no próprio terreno que o suporta, ou seja, a escola.

Tomaremos como enfoque a formação continuada que se processa/ou pode vir a se processar no próprio pré-vestibular da Fundação, nos baseando para isso nos conselhos de fábricas da Itália antes do fascismo, e que foram vistos por Gramsci como uma “*escola de trabalho*”.

Na Turim de 1919, a revista *L’ordine Nuovo*, de Gramsci, dirigia grande parte de suas energias para o movimento de conselhos de fábrica.

Segundo Mayo (2004):

“[Gramsci o concebia] como um movimento de educação... pelo qual os trabalhadores eram ‘*educados*’ como produtores em vez de simplesmente como assalariados... e iniciados no processo da democracia industrial. O conselho de fábrica era concebido como uma ‘*instituição politicamente educativa*’... meio pelo qual o local de trabalho seria convertido em uma verdadeira ‘*escola do trabalho*’.”. (MAYO: 2004, 41).

Seguindo a concepção gramsciana de transformar a fábrica em uma escola, a escola deveria se converter em uma verdadeira escola do trabalho, em que o professor aprenderia a educar a si mesmo, a reunir experiências e adquirir uma consciência responsável dos seus deveres e dos deveres das classes que detêm o poder e a necessidade de alianças com outros grupos, para não serem derrotados, como os conselhos de fábrica foram, por se encontrarem isolados. Aprenderia as vantagens de não lutar sozinho, mas de se unir, de fazer alianças com os outros membros da comunidade escolar, com os pais de alunos e os movimentos sociais ligados à educação e às demais questões sociais.

O pré-vestibular da Fundação se constitui assim num locus privilegiado de gestação de um projeto contra-hegemônico baseado em princípios democrático-étnicos, por abrigar um contingente de educandos que são selecionados por um recorte étnico-

social – o que indiretamente já leva à percepção da diversidade; e também por estar inserido em uma Fundação que, ao menos em termos formais/legais, está envolvida com a questão racial e com a luta pela implementação de políticas afirmativas para as populações afro-descendentes do município.

Através do contato e das entrevistas realizadas com os professores da Fundação percebemos que a consciência da diversidade está presente de forma muito clara nesses profissionais, mas que essa percepção se dá de uma maneira indireta, ou seja, pelo tipo de pré-vestibular, pela sua clientela majoritária de afro-descendentes e pelo próprio recorte étnico-racial do curso.

Mas não existe uma formação continuada, em termos formais de cursos, reciclagens, palestras, que seja oferecido pela coordenação pedagógica do pré, nem um plano pedagógico que oriente a prática docente numa abordagem étnico-racial.

A presença de estar trabalhando em um pré que se diferencia dos demais pré-vestibulares do município se dá muito mais por um viés social do que por um racial. A maioria dos professores respondeu, ao serem entrevistados, que o que diferenciava o pré da Fundação dos demais prés da região era o de sua clientela advir da Escola Pública e ter um nível sócio-econômico muito baixo. O enfoque racial não foi citado como caracterizador do pré, e um fato que ilustra bem isso é que quando a mesma pergunta foi feita aos alunos do pré, principalmente aos alunos do turno da tarde, esses responderam de forma efusiva, que o curso não tinha nada de diferente dos demais, a não ser o fato de ser gratuito, e quando perguntávamos se o pré - vestibular por ser dirigido a afro-descendentes alterava alguma coisa, nas respostas se apressavam a dizer que não; que ali não havia racismo e que isso de jeito nenhum estava presente ali.

A consciência racial formada de maneira indireta nos professores do pré da Fundação não consegue tocar a consciência da maioria dos seus alunos, que encara a Fundação e o seu pré-vestibular como uma grande chance de ascender socialmente nos estudos e principalmente no mercado de trabalho, mas não consegue perceber a dimensão racial/étnico desse mesmo pré, e por terem um grande apreço pelo pré e seus professores, correm em defendê-los dizendo que ali não existe nada de raça, todos são iguais. Não entendem o fator racial e a diversidade, como algo natural e existente no pré, nas escolas, na sociedade e em toda vida. Ainda percebem a diversidade de maneira negativa, de algo que se existir, for tocado/perguntado é para incriminar alguém por práticas racistas.

Percebemos que os professores da Fundação têm conseguido olhar as margens,

condoerem-se com as suas dores, se sentirem e se reconhecerem do lado de lá, mas não têm conseguido levar seus alunos a olhar e enxergar o próprio lugar de margem em que estão e com isso não conseguem abrir o diálogo com elas. Diálogo que só começa a se dar quando os olhos se abrem e se descobre o lado de lá ou o estar lá.

A pergunta que somos levados a fazer é: se os professores do pré têm uma consciência da diversidade que existe em suas turmas, por que ela não é repassada, transmitida a seus alunos?

A resposta não está numa deficiência individual desses professores – que são graduados, a maioria com especialização e até mesmo mestrado/doutorado na área em que atuam, alguns são participantes ou ex-participantes de movimentos sociais -, mas na falta do que chamamos acima de “*escola do trabalho*”, ou seja, de existir uma formação continuada desses professores no seu próprio ambiente de trabalho – o pré da Fundação - que enfoque a abordagem político-pedagógica da diversidade.

Esses professores que chegam ao pré-vestibular da Fundação têm uma formação inicial (graduação/pós-graduação), que em sua grande maioria não contemplou as questões étnico-raciais em sua abordagem. Esses cursos os capacitaram a ser professores formais que possuem ferramentas teórico-metodológicas para lecionarem suas disciplinas, mas não receberam as ferramentas político-metodológicas para lidarem com a diversidade. As que possuem vêm de suas experiências individuais em sala de aula, ou de sua vivência junto a algum movimento social. Mas a atuação individual e isolada não é capaz de transformar a educação e a consciência dos educandos, fazendo com que a educação, o estar ou passar pelo pré da Fundação não lhe aumente apenas os conteúdos, mas lhe faça descobrir o seu ser no mundo, na sociedade e o leve a questionar e a lutar para transformar essa situação.

A formação continuada através do pré como uma escola de trabalho, que treine seus professores para a luta, para um projeto contra-hegemônico de educação baseado na democracia e na diversidade, e que consiga levar à emancipação de seus educandos, passa a transformar a Fundação em um centro de cultura onde seus professores, coordenadores e diretores sejam levados à leitura e discussão de literatura referente ao tema; que o espaço educacional seja transformado em um espaço de colaboração entre os profissionais envolvidos no processo educacional, fazendo com que cada profissional se sinta parte inseparável e indispensável de todo processo do ensino-aprendizagem; a gestação e a prática de uma pedagogia diretiva, em que todos os envolvidos soubessem as metas político/metodológica que visam e o papel de

intelectual orgânico que todo educador representa, por possuir um corpo de conhecimento e uma compreensão teórica que pode direcionar o educando.

Assim sendo, esse conhecimento adquirido no local de trabalho levaria os professores a um entendimento maior do funcionamento da sociedade, adquirindo uma consciência do seu papel no processo de transformação da sociedade em todos os níveis, desde a escola até a nação.

BIBLIOGRAFIA

ACANDA, J.L. *Sociedade civil e hegemonia*. Tradução por Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do Cpdoc*. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)*. RJ: Vozes, 1987.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. SP: Moderna, 1996.

ARAUJO, Maria Celina Soares d'. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945 – 65*. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BARATTA, G. *As rosas e os cadernos, o pensamento dialógico de Gramsci*. Tradução por Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. Tradução por Marco Aurélio Nogueira. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Estado, Governo, Sociedade; Para uma teoria geral da política*. Tradução por Marco Aurélio Nogueira. 8 ed. RJ: Paz e Terra, 1987.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Tradução de Lucy Magalhães. RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 3 ed.. RJ: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *Questões de Sociologia*. RJ: Editora Zero, 1983, p. 89-94.

BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Tradução por Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CANAU, Vera Maria (org.). *Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa*. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE). RJ: DP&A, 2000.

CANEN, Ana. *Multiculturalismo e identidade escolar: desafios e perspectivas para repensar a cultura escolar*. In: OLIVEIRA, Iolanda. Cadernos PENESB nº 6. RJ: Quartet/Niterói: EdUFF, 2006.

CARNEIRO, Juliana. *O despertar de Nina Arueira: da disputa de memória à construção do mito*. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2003.

CARTA DE LISBOA. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/partido/cartalis.asp>. Acesso em: 25 jan. 2007.

CAVALLEIRO, Eliane (org.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. SP: Summus, 2001.

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: SOUZA, Neusa dos Santos. *Tornar-se negro*. RJ: Graal, 1983.

COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil. Ensaio sobre idéias e formas*. 2 ed. Rio de Janeiro: DPeA, 2000.

_____. *Introdução*. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Edição e tradução por Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. pp.7-48.

_____. *Contra a Corrente. Ensaio sobre a democracia e socialismo*, SP, Cortez, 2000.

_____. *Democracia e Socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro*. SP: Cortez: Autores associados, 1992. (Col. Polêmicas do nosso tempo; v. 51).

COUTO, Mia. *Estórias abensonhadas*. RJ: Nova Fronteira,

_____. *Cada homem é uma raça*. RJ: Nova Fronteira, 1998.

_____. *O Outro pé da sereia*. SP: Cia das Letras, 2006.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In Daniel Mato (coord.) *Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, pp.95-110.

_____. (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. SP: Brasiliense, 2004.
DEBRUN, Michel. *Gramsci: filosofia, política e bom senso*. SP: Editora da Unicamp; Centro de Lógica e Epistemologia, 2001.

DUARTE, L. *Gramsci e os perigos do cosmopolitismo*. In: Educação em foco. *Revista de Educação*. Juiz de Fora: UFJF, v.5, n.2, set/fev – 2000 /2001, pp.81 -94.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. SP: Perspectiva, 1991.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. RJ: Fator, 1983.

FÁVERO, O.F., SEMERARO, G. (orgs.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral* (orgs.). RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História Oral e multidisciplinaridade*. RJ: Diadorim, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos*. SP: Edições Loyola, 1997.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. SP: Vértice; RJ: IUPERJ, 1988.
- GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (orgs.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. BH: Autêntica, 2002.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação Afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social*. RJ: Renovar, 2001.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guracira Lopes Louro. 10 ed. RJ: DP&A, 2005.
- _____. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardiã Resende et al. BH: Editora UFMG, 2000. (Humanitas).
- HANCHARD, Michael. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 – 1988)*. RJ: EdUERJ, 2001.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. RJ: Graal, 1979.
- _____. *Estrutura social, mobilidade e raça*. SP: R. dos Tribunais, 1988.
- _____, SILVA, Nelson do Valle. *Raça e oportunidades educacionais no Brasil*. Estudos Afro-Asiáticos. RJ: nº 18, p. 73-91, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O Breve século XX – 1914 1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. *Pensamento Social no Brasil*. SP: EdUSC, 2004. (Coleção Ciências Sociais).
- IBGE. Indicadores Sociais 2004/2005.
- IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/tmas.php?nomemun=campos>. Acesso em: 18 de março de 2008.
- IPEA. Política Social: acompanhamento e análise. IPEA, 2007.
- JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades Raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002
- KONDER, L. *O futuro da filosofia da práxis. O pensamento de Marx no século XXI*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LINHARES, Célia, SILVA, Waldeck Carneiro da. *Formação de Professores: travessia crítica de um labirinto legal*. Brasília: Plano Editora, 2003. (Texto legal: legislação).
- LINHARES, Célia Frazão, GARCIA, Regina Leite (orgs.). *Simpósio Internacional Crise da Razão e Crise da Política na Formação Docente*. RJ: Agora da Ilha, 2001.
- LINHARES, Célia Frazão Soares. *Saberes docentes: da fragmentação e da imposição à poesia e à ética*. Movimento, nº 2. Rio de Janeiro: setembro, 2000. p 33 – 57.

_____ (org.). *Os professores e a reinvenção da escola: Brasil e Espanha*. 2 ed. SP: Cortez, 2001.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Tradução Luiz Sérgio Henriques. RJ: Editora UFRJ; SP: Editora Unesp, 2004. (Pensamento Crítico; v. 2).

_____. *Contra-história do liberalismo*. Tradução Giovanni Semeraro. SP: Idéias & Letras, 2006.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. *A Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. SP: EPU, 1986.

MANACORDA, Mário A. *O princípio educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MAYO, Peter. *Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora*. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. SP: Ática, 1989.

MONTANÕ, Carlos. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 4 ed. SP: Cortez, 2007.

MUNANGA, Kabengele. *Teorias sobre o racismo*. Niterói: EdUFF, 1998. (Estudos e pesquisas, 4).

_____. *Negritude: usos e costumes*. SP: Ática, 1989.

NEGRI, Antônio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. RJ: DP&A, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Educação e política no Brasil de hoje*. 4 ed. SP: Cortez, 2005. (col. Questões da nossa época; v.36).

_____ (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. SP: Xamã, 2005.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NOGUEIRA, M.A. *Gramsci desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de sociedade civil*. In: Educação em foco. *Revista de Educação*. Juiz de Fora: UFJF, v.5, n.2, set/fev – 2000 /2001, pp.115 - 130.

_____. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, C. N. e TEIXEIRA, A., *Ler Gramsci, entender a realidade*, RJ, Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2 ed. SP: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Iolanda de (org.). *A produção de saberes e práticas pedagógicas*. Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira. RJ: Niterói – EdUFF, 2000. (v. 3).

OLIVEIRA, Iolanda de; SISS, Ahyas (orgs.). *População Negra e Educação Escolar*. Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira. RJ: Niterói – Quartet/EdUFF, 2006. (v. 7).

PAIXÃO, Marcelo; SANT'ANNA, Wania. *Desenvolvimento humano e população afro-descendente no Brasil: uma questão de raça*. Proposta, RJ, ano 26, nº 73, jun/ago. 1997.

PAQUAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe et al. *Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?* Tradução Fátima Murad e Eunice Gruman. 2 ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PINTO, Regina Pahim. A questão racial e a formação dos professores. In: OLIVEIRA, Iolanda de (org.). *Relações raciais e educação: temas contemporâneos*. Niterói: EdUFF, 2002, p. 103-122 (Cadernos PENESB; 4).

PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução por Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Projeto de Lei/2004 – Reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, especialmente negros e indígenas, nas universidades públicas federais, 2004.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Secretaria de Assuntos Parlamentares. Projeto de Lei/2006. Reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, especialmente negros e indígenas, nas universidades públicas federais, 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Medida Provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004.

PROUNI. Disponível em: <http://www.prouni.mec.gov.br>. Acesso em: 18 de março de 2008.

SALES, Augusto dos Santos (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para Todos).

SANT'ANA, Luiz Carlos. *Breve memorial do movimento negro no Rio de Janeiro*. Papéis Avulsos. RJ: CIEC/UFRJ, nº 53, 1998.

SANTOS, Renato Emerson dos. Agendas & Agências: a construção do movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes. In: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (org.). *Negro e Educação – identidade negra: pesquisar sobre o negro e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: ANPED/Ação Educativa/Fundação Ford, 2003, v., p. 37-57.

SAVIANI, Demerval. *Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional*. 5º ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004 (Coleção educação contemporânea).

SEMERARO, G. *Gramsci e a sociedade civil*. Cultura e educação para a Democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. São Paulo: Idéias e letras, 2006.

Schwarcz, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)*. SP: Cia das Letras, 1995.

SKIDMORE, Thomaz E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. RJ: Paz e Terra, 1976.

SILVA, Artur de Moraes. Voluntariado e responsabilidade social, direitos da cidadania e serviços públicos: as políticas sociais de Estado no Brasil pós 1995. In: NADJJAR, Jorge e CAMARGO, Sueli (Orgs.). *Educação se faz (na) política*. Série Práxis Educativas. Niterói: EdUFF, 2006, pp 169-198

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Diversidade étnico-cultural e currículos escolares – dilemas e possibilidades*. Cadernos Cedes, Campinas, p. 25-34, 1993.

SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas*. RJ: Quartet; Niterói: PENESB, 2003.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. RJ: Graal, 1983.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. RJ: Zahar, 1993.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia e o marxismo*. SP: Editora Atlas S. A, 1990.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)